

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**

MARIANA AFFONSO PENNA

**SOCIALISTAS LIBERTÁRIOS E LUTAS SOCIAIS NO RIO DE
JANEIRO:**

Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)

**NITERÓI
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIANA AFFONSO PENNA

**SOCIALISTAS LIBERTÁRIOS E LUTAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO:
MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS (1985-2009)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade.

Orientadora: PROF.^a DR.^a LAURA ANTUNES MACIEL

**Niterói
2010**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P412 Penna, Mariana Affonso.

Socialistas libertários e lutas sociais no Rio de Janeiro: memórias,
trajetórias e práticas (1985-2009) / Mariana Affonso Penna. – 2010.

166 f. ; il.

Orientador: Laura Antunes Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História,
2010.

Bibliografia: f. 155-166.

1. Movimento social. 2. Socialismo. 3. Autogestão. 4. Participação.
5. Memória. 6. Invasão urbana. I. Maciel, Laura Antunes. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD 320.98153

MARIANA AFFONSO PENNA

**SOCIALISTAS LIBERTÁRIOS E LUTAS SOCIAIS NO RIO DE JANEIRO:
MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS (1985-2009).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a LAURA ANTUNES MACIEL - Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. ALEXANDRE RIBEIRO SAMIS
Colégio Pedro II

Prof.^a Dr.^a VIRGÍNIA FONTES
Universidade Federal Fluminense

Ao “grito” e às lutas pela dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Laura Antunes Maciel pela exemplar orientação e apoio em todas as fases dessa dissertação.

Aos meus amigos e a minha família, pais e irmãs, pelo apoio e carinho.

Aos companheiros do *Acampamento Maria Júlia Braga*, com quem muito aprendi política.

Aos ativistas da *Frente de Luta Popular*, da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* e demais movimentos e organizações estudados, por suas experiências, por suas lutas.

Aos professores que compõem a banca: Alexandre Ribeiro Samis, Nildo Viana, Norberto Ferreras e Virgínia Fontes; assim como aos professores: Carlos Walter Porto Gonçalves, Guilherme Gitahy de Figueiredo e Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira, pelos ensinamentos, sugestões, apoio e críticas fornecidas.

Aos ativistas entrevistados ou que forneceram relato de suas experiências: Alexandre Ribeiro Samis, André de Paula, Jobson Lopes Santos, Maurício Campos, Rafael Borges Deminicis, Renato Ramos, Tatiana Costa e aos que preferiram manter o anonimato.

À Ana Beatriz Affonso Penna e ao Peter Havlena pela tradução do resumo da dissertação para o inglês.

E por fim, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, por tornar possível a realização desta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação analisa movimentos e organizações atuais no Rio de Janeiro que adotam práticas socialistas libertárias, ou seja, que possuem como princípio a atuação direta dos trabalhadores nas lutas sociais e na construção de uma organização própria, horizontal e autônoma de poder, portanto autogestionária, desconstruindo a noção muito difundida de que o socialismo libertário é uma prática política relegada ao passado. Dessa maneira, a dissertação visa reconstituir a memória recente, assim como as trajetórias e práticas políticas dessas organizações e movimentos sociais.

Primeiramente traça um breve histórico das organizações que deram origem a alguns dos coletivos contemporâneos, apresenta como estes se organizam e reflete sobre suas práticas. O foco principal da investigação procurou acompanhar ações de ocupação urbana, uma luta social que vem sendo privilegiada pelos socialistas libertários na cidade do Rio de Janeiro, particularmente as experiências do *Acampamento Maria Júlia Braga*, da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* e da *Frente de Luta Popular*.

Por fim, busca apresentar alguns dos principais mecanismos utilizados pelos antagonistas dos movimentos sociais para fazer frente a essas lutas, via grande mídia, judiciário e aparelhos repressivos.

Palavras-chave: Socialismo Libertário. Movimentos Sociais. Memória. Ocupação. Movimento Sem-teto. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This dissertation analyzes recent movements and organizations in Rio de Janeiro which have adopted libertarian socialist practices. These organizations have as a principle the direct action of workers in the social struggles, and in the construction of a horizontal, autonomous organization of power. The resulting self-management serves to deconstruct the widespread notion that libertarian socialism is a political practice relegated to the past. Thus, the dissertation aims to reconstruct the recent memory, as well as the trajectories and political practices of these organizations and social movements.

First this dissertation traces a brief history of the organizations that gave rise to some contemporary collective, after presenting how they organize and reflecting on their practices. The main focus of the investigation sought to monitor actions of urban occupation, a social struggle that has been privileged by libertarian socialists in Rio de Janeiro. In particular the experiences of *Acampamento Maria Júlia Braga*, *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, and *Frente de Luta Popular*.

Finally, it introduces some of the main mechanisms used by antagonists of social movements to deal with these struggles through the mass media, judicial and law enforcement apparatus.

Keywords: Libertarian Socialism. Social Movements. Memory. Occupation. Homeless Movement. Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I:	
Entre passado e presente: movimentos e organizações socialistas libertárias no Rio de Janeiro	24
1. A Frente de Luta Popular: origens, formação e composição política.	27
2. Outras experiências e tradições socialistas libertárias	40
3. Federação Anarquista do Rio de Janeiro: formação e composição política.	54
4. Acampamento Maria Júlia Braga - O Quilombo do Século XXI: formação e composição política	59
5. Socialismo Libertário e organização	63
6. Formas de financiamento dos movimentos e organizações	65
7. Mídia libertária: memória, propaganda e luta.....	69
CAPÍTULO II:	
As Ocupações como espaços privilegiados de atuação libertária.....	74
1. Porque Ocupações?	74
2. O aprendizado das ocupações pelo Movimento Sem-teto.....	77
3. Ocupação na Universidade: O AMJB	102
CAPÍTULO III:	
Mídia, judiciário e polícia: militância e interesses de classe.....	116
CONCLUSÃO.....	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
FONTES.....	158

INTRODUÇÃO

Viver no Rio de Janeiro é viver rodeado por situações revoltantes, é presenciar a cada dia pessoas sem condições básicas para a dignidade humana enquanto outros podem aproveitar suas vidas de maneira luxuosa e esbanjadora. Ao andarmos no centro do Rio de Janeiro é impossível não observar uma enorme quantidade de vendedores de balas, de catadores, pedintes, mendigos, crianças de rua, de pessoas em extrema miséria. Frente a frente a essa realidade contrasta a riqueza de uma minoria, uma riqueza que, algumas vezes, se mostra adjacente, vizinha da miséria, tal como São Conrado e Rocinha. De um lado vivem pessoas com recursos suficientes para dispor de uma boa alimentação, de bons serviços de saúde, tendo acesso a escolas específicas para elas (um verdadeiro *apartheid* no sistema de ensino), podendo usufruir de lazer, de outro lado sobrevive uma massa gigantesca de pessoas que vivem em penúria, chegando a extremos de miséria ao ponto de muitos não possuírem nem um teto para se abrigarem. E esse quadro social não é exclusivo do Rio de Janeiro, nem mesmo do Brasil.

A desigualdade social está tão naturalizada que falar sobre ela já se tornou um verdadeiro clichê, indigesto para muitos. De tão explícita é difícil acreditar que essa realidade possa passar despercebida ou que o ideário liberal de que as oportunidades são iguais para todos os indivíduos, sendo necessário apenas o empenho individual para “crescer na vida” possa ser absorvido sem danos à consciência daqueles que o reivindicam.

Não se trata de fazer aqui uma análise psicológica de como o fenômeno da desigualdade social, impossível de ser ignorada num país em que esta se faz recordista, afeta aqueles que necessariamente a presenciam. Também não é a nossa pretensão compreender minuciosamente os mecanismos de poder que conduzem a conformação e legitimação de um quadro de total desrespeito à dignidade humana. Não buscamos aprofundar análises sobre as válvulas de escape culturais, que amenizam a pressão de ter de suportar tal realidade ou mesmo aliviar a consciência, percepções muito difundidas no senso comum que tratam as mazelas humanas como se elas fossem parte de sua

própria “natureza”. Também as religiões muitas vezes servem de válvulas de escape para as possíveis inquietações, fruto da observação e experiência do caos social em que vivemos. Carmas, provações, encostos, “o céu é dos pobres”, são algumas das explicações aceitas tanto pelos que sofrem como pelos que infligem a exploração, e ajudam a neutralizar a inconformação social.

Mas vale ressaltar o caráter ativo dos indivíduos nesse processo de “fechar os olhos” para a realidade social que os circunda:

Fica difícil crer que alguém esteja tão à vontade com o mundo que nem sente repulsa diante da fome, da violência e da desigualdade que o cercam. É muito mais provável que suprima consciente ou inconscientemente a repulsão ou o desacordo seja para ter uma vida tranqüila, seja, muito mais simples ainda, porque simular que não vê ou não sente os horrores do mundo lhe proporciona benefícios materiais diretos. Para proteger nossos empregos, nossos vistos, nossos lucros, nossas oportunidades de receber boas qualificações, nossa sanidade, aparentamos não ver, purgamos nossa percepção filtrando a dor, simulando que não está aqui, mas lá longe, na África, na Rússia, que aconteceu há cem anos, em algo de tal forma alheio que, por ser estranho, depura nossa própria experiência de toda negatividade.¹

Não se trata, portanto, de mera insensibilidade da maior parcela da população para com as injustiças sociais. Trata-se de que agir contra elas, enfrentá-las, implica numa escolha muito mais difícil do que seguir o rumo mais fácil e já traçado de aceitação do *status quo* e das resoluções individuais dos problemas materiais.

Mas nem todos aqueles que vivem em uma situação de certo conforto assimilam a tentadora cultura do consumismo e alienação da “Indústria Cultural”, assim como o individualismo egoísta que prega a falsidade da livre concorrência muito mais confortável para a consciência dos que dela se beneficiam. Também dentre aqueles que estão subjugados nessa sociedade de classes nem todos se submetem à cultura do medo e da conformação com a miséria, ou às doces promessas da pós-morte ou mesmo a ilusão da ascensão social.

É a essa revolta frente à tão ultrajante realidade que John Holloway se refere como “o grito”, ou seja, a manifestação, que pode se dar sob múltiplas formas, de desconformidade frente ao atual quadro das relações sociais.

¹ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003, pp. 21-22.

E a vontade de mudar o mundo, muitas vezes mais evidente em meio à juventude, continua a se manifestar, de maneira a buscar respostas mais ou menos eficazes para o objetivo de transformação da realidade social. Em acordo com John Holloway, percebemos que “começamos da negação, da dissonância”² e que essa dissonância é fruto de diferentes maneiras de vivenciar a opressão:

*Nossa dissonância surge da nossa experiência, mas essa experiência varia. Às vezes, é a experiência direta da exploração na fábrica, da opressão em casa, do estresse no escritório, da fome e da pobreza ou da experiência da violência ou da discriminação. Às vezes, o que nos incita à raiva é a experiência menos direta do que percebemos através da televisão, dos jornais ou dos livros. Milhões de crianças vivem nas ruas. Em algumas cidades, as crianças de rua são sistematicamente assassinadas como única forma de reforçar o respeito à propriedade privada.*³

Independentemente da maneira como se chega a essa dissonância, a essa negação da realidade, há segundo Holloway uma percepção comum:

*(...) sentimos que esses não são fenômenos isolados, que entre eles existe uma relação, que são parte de um mundo defeituoso, de um mundo equivocado em algum aspecto fundamental.*⁴

Só a partir dessa percepção de que há algo errado, pode-se projetar algo diferente, isso porque é apenas como negação do que está posto que uma realidade distinta existe:

*Nosso grito, então, é bidimensional: o grito da ira que se eleva a partir da nossa experiência atual implica uma esperança, a projeção de uma alternativa possível.*⁵

Portanto, a “rejeição do que é, é a projeção do que pode ser”⁶, e assim se configuraram/configuraram diversos movimentos sociais e organizações políticas em sentido amplo para lutar contra o que entendiam/entendem como “os defeitos” desse mundo, com destaque para a questão da maneira como está distribuída a riqueza em

² HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003, p. 9.

³ IDEM, pp. 9-10.

⁴ IDEM, p. 10.

⁵ IDEM, p. 17.

⁶ IDEM, p. 20.

meio à sociedade. Movimentos desse tipo surgiram em diversos períodos da história da humanidade quando esta se divide em classes. No Capitalismo, a luta pela socialização das riquezas ganhou diferentes formas em meio ao que podemos designar genericamente por “Socialismo”.

De acordo com Raúl Zibechi, até a derrota da Comuna de Paris, o movimento socialista, por considerar a associação direta entre a exploração econômica e a dominação política, defendia hegemonicamente a atuação direta dos trabalhadores sobre as decisões que lhes diziam respeito. No entanto, quando a Comuna de Paris orientada por esse princípio caiu frente à reação, uma parcela dos socialistas passou a defender a idéia de partido como um substituto à atuação direta das massas. Ao partido caberia tomar o poder estatal para fins revolucionários:

La caída de la Comuna de Paris aceleró el desplazamiento del movimiento obrero hacia la política. Engels señala en una carta a Terzaghi, en 1872, que “fue la falta de centralización y de autoridad lo que costó la vida de la Comuna de Paris”. El mismo año, en una carta a Louis Albert François, defiende la tesis de la “conquista del poder político por la clase obrera como medio de lograr su emancipación social”. Este punto de vista consagra el viraje. La emancipación ya no será obra de los propios proletarios, (...) sino que se realizará por medio del estado y, por lo tanto, quedará sujeta a su lógica. (...) Como consecuencia del deslizamiento hacia la acción política, las redes de instituciones obreras, como el mutualismo, comienzan un prolongado decaimiento. Y surge una nueva temática: la del partido, que había estado ausente en las teorizaciones de Marx.⁷

Essa tendência se fortaleceu no campo socialista e tornou-se hegemônica após a vitória bolchevique na Revolução Russa. A partir das teorizações de Lenin, que consagram essa virada, o partido emergiu então como o sujeito revolucionário privilegiado, uma vanguarda para a classe trabalhadora e responsável por reeducá-la para que enfim fosse possível ao proletariado assumir a participação política direta:

A essência do novo tipo de Estado seria encontrada em uma nova democracia “que coloca em primeiro plano a vanguarda das massas trabalhadoras, faz delas legisladores, executores e responsáveis pela defesa militar, e cria uma estrutura que pode reeducar as massas” (...) É importante destacar como Lênin releva de maneira clara que o poder é

⁷ ZIBECHI, Raúl. *La Mirada Horizontal: Movimientos sociales y emancipación*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999, pp. 21-23.

*exercido em primeira instância pela vanguarda, enquanto as massas são reeducadas para o exercício das funções legislativas e executivas.*⁸

Ainda que houvesse certo consenso acerca da alienação inerente à existência do Estado, os socialistas que apostaram/apostam na conquista deste pela vanguarda revolucionária viam/vêem nele um “mal necessário” para alcançar um objetivo maior, ou seja, a sua própria abolição quando as massas estivessem prontas (“reeducadas”) para esse avanço. Os socialistas libertários, por outro lado, são contrários à manutenção da lógica de representação baseada em uma hierarquia inerente ao Estado, e defendem a construção imediata de espaços de poder com participação direta e horizontal de todos os envolvidos, com delegações temporárias e subordinadas às decisões da coletividade.

Assim, é possível afirmar que a principal oposição dos socialistas libertários aos que defendem o partido como o responsável por criar as condições para isso, se fundamenta na idéia de que os meios estão diretamente relacionados aos fins. Para tanto são significativas as considerações de Emma Goldman:

*Não há maior falácia do que a crença de que objetivos e propósitos são uma coisa, enquanto métodos e táticas são outra. Esta concepção é uma potente ameaça à regeneração social (...). Os meios empregados tornam-se, através do hábito individual e da prática social, parte integrante do propósito final; influenciam-no, modificam-no e, dentro em pouco, objetivos e meios tornam-se idêntico.*⁹

Também John Holloway, autor de *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*, fundamenta a oposição à instrumentalização do Estado para fins revolucionários da seguinte maneira:

Os movimentos revolucionários inspirados no marxismo sempre tiveram consciência da natureza capitalista do Estado. Por que então se concentraram no objetivo de conquistar o poder do Estado como o meio para mudar a sociedade? Uma resposta é que, com frequência, esses movimentos tiveram uma visão instrumental da natureza capitalista do Estado. Habitualmente, tomaram o Estado como um instrumento da classe capitalista. A noção de instrumento implica que a relação entre o Estado e a classe capitalista é externa: como um martelo, a classe capitalista manipula agora o Estado segundo seus próprios interesses; depois da revolução, este

⁸ BAMBIRRA, Vânia. *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993, p. 116.

⁹ GOLDMAM, Emma. *O fracasso da Revolução Russa, 1924*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/09/290647.shtml> Acesso em 1 ago. 2009.

será manipulado pela classe trabalhadora segundo seu próprio interesse. Esse ponto de vista reproduz, talvez inconscientemente, o isolamento ou autonomização do Estado em relação a seu próprio contexto social, isolamento cuja crítica é o ponto de partida da política revolucionária. (...) essa visão fetichiza o Estado: o abstrai da rede de relações de poder em que está imerso. A dificuldade que os governos revolucionários tiveram em deter o poder do Estado a favor dos interesses da classe trabalhadora sugere que a imersão do Estado na rede de relações sociais capitalistas é muito mais forte e mais sutil do que a noção de instrumentalidade sugeria. O erro dos movimentos marxistas revolucionários não foi negar a natureza do Estado, mas compreender de maneira equivocada o seu grau de integração na rede de relações sociais capitalistas.¹⁰

Essa concepção política que nega a disputa pelo aparato estatal teve participação marcante em importantes episódios da história mundial, especialmente em momentos de maior acirramento da luta de classes. Isso se deu durante a Revolução Russa, durante a Revolução Espanhola de 1936, nos movimentos de Maio de 1968 na França e mais recentemente continuamos a perceber a permanência desses pensamentos e práticas políticas.

Historicamente existiram diversos movimentos e correntes de pensamento que podem ser compreendidos como socialistas libertários. O Anarquismo é possivelmente o mais conhecido, e inclusive, muitas vezes, o termo socialismo libertário é entendido apenas como Anarquismo. Isso se dá, possivelmente, pelo Anarquismo ser uma das mais antigas tradições e que contou com importantes pensadores contemporâneos a Karl Marx, tais como Joseph Proudhon¹¹ e Mikhail Bakunin¹². No caso brasileiro é muito associado ao movimento sindicalista durante o período da Primeira República, e por isso reduz-se a sua importância para não dizer sua existência, em meio a historiografia, ao passado.

Além disso, a defesa da autogestão social não é exclusividade dos anarquistas, também o Conselhismo pode ser compreendido como parte desse “campo” por opor-se frontalmente ao pensamento leninista no interior do marxismo, indo além da proposta “síntese” lançada por Rosa Luxemburgo¹³ em oposição a Wladimir Lênin. Luxemburgo defendia uma maior autonomia das massas, mas não questionava a existência do

¹⁰ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*, op. cit., p. 27.

¹¹ PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* Lisboa: Estampa, 1975.

¹² BAKUNIN, Mikhail. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.

¹³ LÊNIN, Wladimir e LUXEMBURGO, Rosa. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo: Nova Estela, 1985.

partido, já autores clássicos desse marxismo libertário tais como Otto Rühle¹⁴ e Anthon Pannekoek¹⁵ propunham o conselho operário como meio de garantir a autonomia e o poder de fato nas mãos dos trabalhadores. Herdeiros dessas heranças, principalmente do Conselhismo, os situacionistas¹⁶ que de um movimento artístico passaram a atividade política influenciando diretamente nos acontecimentos de Maio de 68 na França, também podem ser compreendidos como parte desse campo que optamos por denominar como Socialismo Libertário.

No século XXI, o Socialismo Libertário dá sinais de sua vitalidade. Os anos que marcaram a virada desse último milênio se destacaram pelo ascenso de uma onda global de protestos anticapitalistas. Tais manifestações se deram em torno da crítica direta às instituições reguladoras do capitalismo global através de tentativas de impedimento das reuniões dessas cúpulas e ficaram conhecidos em meio à militância por *Dias de Ação Global*.¹⁷ Esse período de grande efervescência de lutas contra o capitalismo, especialmente em sua faceta neoliberal, é um marco importante para compreender os rumos de muitos dos movimentos contestatórios atualmente ativos. Primeiramente porque evidenciaram a existência de setores suficientemente organizados, num período de aparente apatia dos movimentos de massas (década de 1990), capazes de sublevarem-se mundialmente e tornarem pública sua dissonância frente à atual realidade social. E em segundo lugar, porque esses levantes estimularam a criação, reorganização e/ou fortalecimento de muitos agrupamentos sob um paradigma de atuação política voltado para a edificação imediata da Autogestão Social.

Percebia então, em 2000, que essa crítica ao modelo de representação não era uma especificidade brasileira, ainda que nacionalmente fique talvez mais evidente tal “descrença” que em alguns outros estados. Da mesma forma a crítica às desigualdades sociais intensificadas pelo modelo neoliberal da economia capitalista se faziam presentes nos movimentos anti-capitalistas, que demonstravam sua força principalmente através dos atos de tentativa de impedimento das reuniões de instituições reguladoras do

¹⁴ RÜHLER, Otho. *A Revolução não é tarefa do Partido*. Disponível em: www.marxists.org Acesso em: 09 fev. 2010.

¹⁵ PANNEKOEK, Anton. *As tarefas dos Conselhos Operários*. Disponível em: www.marxists.org Acesso em: 09 fev. 2010.

¹⁶ São referências de intelectuais situacionistas Raul Vaneigem e Guy Debord. Ver: VANEIGEM, Raul. *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002. DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. Contraponto: 1992.

¹⁷ Ver: LUDD, Ned (org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

capitalismo global, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), dentre outras. Essas manifestações ocorriam simultaneamente em diversas partes do globo, sendo logicamente de maior porte nas localidades dos encontros, eram portanto, ações globais, e ficaram conhecidos esses dias como Dias de Ações Globais, talvez o principal marco da luta anti-capitalista durante a virada do século.

As razões que explicam a opção por essa linha de atuação política – a partir dos princípios de autogestão –, estão relacionadas, naquele contexto de efervescência, ao protagonismo de um movimento organizado na proposição daquelas mobilizações:

Em 1996, os zapatistas, (...) lançaram um chamado para um encontro internacional de ativistas e intelectuais em Chiapas (...). Seis mil pessoas atenderam ao chamado, e passaram dias conversando e compartilhando suas histórias de luta contra o inimigo comum: o capitalismo. A este encontro se seguiu no ano seguinte um encontro na Espanha, onde a idéia de uma campanha global mais concreta, chamada Ação Global dos Povos, foi parida por dez dos maiores e mais inovadores movimentos sociais, incluindo o Movimento Sem-terra brasileiro e o Sindicato dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS), dos agricultores radicais da Índia.¹⁸

Desde o levante em 1º de janeiro de 1994 que o Zapatismo se destaca como uma das principais referências socialistas libertárias de questionamento prático e radical ao capitalismo, visto que visa atacá-lo no que entendem como sua essência e buscam construir no cotidiano de sua estrutura e ações a negação ao modelo de organização social capitalista. Isso significa focar sua luta não no fortalecimento de um partido eleitoral ou um partido baseado numa organização político-militar para, por meios legais ou através de ação armada, tomar o poder, mas sim em construir uma forma distinta de organização social:

Este é então o desafio revolucionário no começo do século XXI: mudar o mundo sem tomar o poder. (...) Os zapatistas afirmaram que querem fazer o mundo de novo, que querem criar um mundo de dignidade, um mundo de humanidade, mas sem tomar o poder.¹⁹

¹⁸ LUDD, Ned (org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*, op. cit., p. 17.

¹⁹ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. op.cit., p.37.

A partir de práticas com base nessas referências de luta, os zapatistas atraíram a simpatia de ativistas que também se identificavam com a defesa da Autogestão Social, como é o caso dos anarquistas.

*En Nuestra bandera Roja y Negra, que estamos seguros que es la suya, compañeros/as Zapatistas, esta inscrito, como dijera Bakunin, con letras relumbrantes las siguientes palabras: ¡abolición de todos los Estados! ¡Destrucción de la civilización burguesa! ¡Libre organización de abajo a arriba de las asociaciones libres! ¡Creación de un nuevo mundo humano!*²⁰

E, conforme comunicado enviado pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI) em agradecimento aos coletivos que mundialmente atenderam ao chamado zapatista para realizar manifestações nas embaixadas do México em apoio ao levante de Oaxaca em 2006, os zapatistas revelam a sua identificação com as lutas anarquistas:

*Como zapatistas chamamos a atenção sobre o que têm de contribuição as lutas anticapitalistas de grupos e coletivos anarquistas e libertários em sua autogestão.*²¹

Dessa maneira, aquele movimento obteve a simpatia e o apoio político de diversos indivíduos e agrupamentos mundo afora que aderiram aos *Dias de Ação Global*. Isso gerou uma grande euforia no meio socialista libertário que estimulou a mobilização e ampliação da organização daquele setor e atingiu também os ativistas cariocas:

(...) os libertários e libertárias colocam-se mais uma vez no seu devido lugar na história dos povos. O movimento zapatista no México, a partir de 1994, mostra ao mundo sua cara encapuzada, seus fuzis e seu projeto de democracia direta comunitária indígena. Estabelece-se o marco de um

²⁰ Alianza de los Comunistas Libertarios, “El Anarquismo Revolucionario y la Sexta Declaracion”. *Anarkismo Net*. Disponível em: http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1030 Acesso em: 01 ago. 2009

²¹ CCRI- Comitê Clandestino Revolucionário Indígena. *Comunicado de dezembro de 2006*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/12/367810.shtml> Acesso em: 01 ago. 2009.

*amplo reerguimento do socialismo libertário. Com suas bandeiras vermelhas e negras, desde o México até o Uruguai, de Seattle até São Paulo, o anarquismo volta a assumir seu papel histórico na dianteira da construção do Poder Popular.*²²

Podemos assim afirmar que a virada desse milênio foi marcada por um avanço das lutas orientadas pelo modelo da autogestão, que já dava sinais de vitalidade no final da década de 1970 e início da década de 1980 com os movimentos desencadeados a partir da greve no ABC paulista. De acordo com Eder Sader, a iniciativa popular de autogoverno marcou aquele período de efervescência política:

*O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano”.*²³

Mas foi principalmente no início desse novo milênio que diversas organizações e movimentos políticos de cunho socialista libertário surgiram e/ou se consolidaram no Rio de Janeiro. Assim optamos por trabalhar nesta dissertação com a experiência de algumas organizações – tais como a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, a *Frente de Luta Popular* e o *Acampamento Maria Julia Braga* – que, nas últimas décadas, na cidade e estado do Rio de Janeiro, foram capazes de, a partir da defesa de modelos autogestionários de atuação política, contribuir para avanços significativos na luta social de contestação ao capitalismo.

Mas o fato de movimentos e organizações estarem se mobilizando, realizando ações políticas a fim de levar a cabo suas bandeiras e avançar em conquistas, não significa que eles obterão visibilidade por isso. É de conhecimento comum aos ativistas socialistas libertários que dificilmente poderão contar com a grande mídia para propagandear suas lutas, da mesma maneira que sabem que dificilmente suas realizações poderão ser conhecidas pelas próximas gerações se eles mesmos não se empenharem nisso. Dessa maneira, “as lutas em torno da memória são também uma das

²² “Uma proposta do Laboratório de Estudos Libertários para a rearticulação de um anarquismo militante no Brasil, e para a intensificação da Propaganda”. *Libera...Amore mio*, n° 109. Rio de Janeiro, Novembro/Dezembro de 2001, p.4.

²³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, São Paulo: Paz e Terra, 1988, pp.311-312.

lutas significativas a ser travada por movimentos e ativistas sociais, pois fixar a compreensão sobre o significado do passado é uma das formas de definir os rumos políticos no presente e no futuro e muitos movimentos e ativistas sabem disso”.²⁴

Por isso, muitos movimentos e organizações socialistas libertários se empenharam em iniciativas de comunicação social independente, outros formaram grupos de estudos como maneira de aprofundarem seus conhecimentos, inclusive sobre as práticas anteriores de outros ativistas. E para conhecer o passado de outras lutas e permitir às próximas gerações que conheçam as atuais, ativistas preocupam-se em arquivar documentos e materiais que consideram relevantes para a preservação de suas memórias, e não apenas arquivam como também produzem seus próprios registros e interpretações acerca dos processos políticos nos quais estão envolvidos.

Todo esse empenho não é “à-toa”, afinal a memória e em decorrência, a história, se constroem por meio de constantes disputas, pois, segundo Maciel, “(...) a memória é um campo de luta política, no qual esforços por lembrar e esquecer estão em disputa, e onde diferentes verdades procuram se afirmar”²⁵. Assim, “a história se constrói e institucionaliza por meio da legitimidade de algumas memórias e a desqualificação ou apagamento de outras”.²⁶

Dessa maneira essa dissertação foi elaborada justamente com o objetivo de “investigar as memórias dos agrupamentos socialistas libertários para, a partir delas e com elas, propor uma explicação histórica”²⁷. Como tantos outros, fui motivada pelo “grito”, fruto da experiência da exploração (em geral indireta) e busquei me unir a outros descontentes, que também “gritavam” e atuar politicamente. Dessa atuação surgiu a necessidade de refletir historicamente sobre a própria experiência dos grupos que me serviram de referência, assim como daqueles nos quais participei.

Essa pesquisa nasceu, portanto, da minha experiência como ativista social e da necessidade de dar respostas às questões que estão sendo cotidianamente refletidas por mim e por tantos outros militantes a fim de prosseguir e avançar em nossas lutas. A minha observação direta, participante, indicava que havia muitos elementos comuns e uma espécie de rede informal de apoio e reconhecimento entre vários coletivos cariocas,

²⁴ MACIEL, Laura Antunes. Comentários durante reunião de orientação.

²⁵ MACIEL, Laura Antunes. *Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 1-24, dez. 2009, p. 21.

²⁶ IDEM.

²⁷ MACIEL, Laura Antunes. Comentários durante a orientação.

e que por mais que houvesse divergências e até mesmo conflitos entre alguns deles, tais agrupamentos compunham um grupo comum. Mas como definir esse “grupo comum” se os mesmos se apresentam por diferentes nomes, se uns falam em anarquia, outros em poder popular e outros em autogestão (mesmo significando praticamente a mesma coisa)? Era necessária uma denominação comum, por mais que cada corrente se atribua nomenclatura própria. Assim, mesmo antes de conhecer os trabalhos de Daniel Guérin, cheguei à opção que é a de denominar o socialismo de ação direta, de participação horizontal e não hierárquica, por Socialismo Libertário, independentemente de ele ser ou não marxista, ter surgido na Europa ou em meio aos maias. No entanto, a significação que dei a palavra não é consensual pois, segundo Nildo Viana, para Guérin o socialismo libertário seria uma espécie de síntese entre marxismo e anarquismo:

*Cabe destaque ao livro Jeunesse du Socialisme Libertaire (Juventude do Socialismo Libertário), de 1959, texto no qual defende a síntese entre marxismo e anarquismo, o socialismo libertário.*²⁸

Foi então com uma definição ampla de socialismo libertário que optamos por trabalhar, pois apesar de reconhecer a existência de muitas tradições socialistas libertárias – tais como o Anarquismo, o Conselhismo, o Situacionismo, o Zapatismo e outras mais – há um “elo” comum que torna possível considerar todas em um mesmo campo do socialismo que é a opção, de formas diversas, pela autogestão social.

Solucionada essa primeira questão, optei por focar as trajetórias e as práticas políticas das organizações selecionadas. Nesse ponto, meu envolvimento direto com os movimentos, que a princípio parece ser uma grande vantagem acabou por revelar dificuldades. Primeiro pela preocupação quanto à responsabilidade que implicava escrever sobre organizações e movimentos atuais. Segundo porque meu envolvimento me levava a dar ênfase sobre os processos vivenciados, como se fosse essa uma garantia da maior veracidade dos acontecimentos assim como a julgar as escolhas políticas das organizações. Mas buscando sempre superar esses problemas, houve também facilidades resultantes do meu ativismo. Para além da experiência direta, que ao mesmo

²⁸ VIANA, Nildo. *Prefácio - O Anarquismo segundo Daniel Guérin*. In GUÉRIN, Daniel. *El Anarquismo – de la doctrina a la acción*. Disponível em: http://api.ning.com/files/WzcaIWn7A91DbD8-7eILaEjGTj9EjGDRBk-54EYQoe6OZ2F6z6kbVjd*dPvFhUvGyShUDotAimdcS UHxtyrS3M6Z*vzyirJs/ElanarquismoDanielGuerin.pdf Acesso em 09 fev. 2010.

tempo em que provoca as citadas dificuldades, fornece também um acúmulo tanto teórico como prático, eu possuía “trânsito livre” entre as organizações e tive facilidade em obter entrevistas, pois a relação entre entrevistador e entrevistado se dava em termos de um diálogo entre ativistas. Além disso, eu já conhecia também os meios para acessar as fontes.

A pesquisa se deu principalmente nos acervos da Biblioteca Social Fábio Luz, com destaque para a coleção de jornais sobre as ocupações (assim como alguns documentos e processos) e para os exemplares de periódicos de coletivos libertários, tais como o *Libera* e *O Mutirão*. Além dessas fontes eu também possuía um acervo pessoal, assim como tive acesso direto a todos os registros, documentos, processos e jornais do *Acampamento Maria Júlia Braga*, movimento do qual eu era participante. Conteí também com acesso irrestrito aos processos e jornais da Federação Internacionalista dos Sem- teto, cedidos pelo advogado e ativista André de Paula.

Essa forma de acessar as fontes, em arquivos das próprias organizações e acervos de ativistas enfrentou dificuldades para localizar referências completas de autoria, local de produção, data em muitos documentos utilizados, pois alguns eram recortes e impossibilitavam saber o número da página e/ou caderno de onde foram extraídas, mas em geral facilitou muito por possibilitar acesso a numerosas fontes.

A pesquisa realizada permitiu estruturar a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo “Entre passado e presente: movimentos e organizações socialistas libertárias no Rio de Janeiro”, abordamos a trajetória histórica da conformação desses coletivos cariocas procurando conhecer suas origens e como o acúmulo de práticas e reflexões no decorrer do processo contribuíram para configurar os movimentos e organizações atualmente ativos. A seguir observamos como se estruturam internamente tais organizações, ou seja, quais são seus principais métodos organizativos.

No segundo capítulo “As ocupações como espaços privilegiados de atuação libertária” tratamos mais especificamente de experiências dessas organizações em sua inserção no movimento social. O enfoque foi nas ações de ocupação, pois entendemos que estes foram os espaços privilegiados de atuação libertária ao longo das décadas. Por essa razão, levantamos alguns exemplos de lutas pautadas nesse modelo, tanto no movimento sem-teto como no movimento estudantil, procurando conhecer suas estratégias de ação, possibilidades e limites de suas atuações.

Além disso, este capítulo analisa alguns momentos de confrontação direta dessas organizações e dos movimentos em que atuam contra a ordem social vigente, e procura explicitar as contradições e apresenta mais claramente os sujeitos sociais com os quais esses agrupamentos antagonizam.

O terceiro capítulo intitula-se “Mídia, judiciário e polícia: militância e interesses de classe” e visa analisar os diversos mecanismos empregados pela reação, ou seja, a classe dominante e proprietária, para combater o movimento social a fim de fazer valer seus interesses. Busca, ainda, reconhecer os meios utilizados no enfrentamento das ações de ocupação – desde o emprego do aparato repressivo formal e informal (polícia e milícia armada, respectivamente), ao judiciário e a mídia corporativa –, visto que a luta de classes também se manifesta em termos de disputa ideológica e não apenas em coerção direta.

Ao final desta pesquisa e da dissertação, esperamos contribuir na importante tarefa de dar visibilidade a lutas sociais e políticas que vem sendo sistematicamente ignoradas, mas cuja importância é fundamental em termos de edificação de uma sociedade mais igualitária e livre.

CAPÍTULO I

Entre passado e presente: movimentos e organizações socialistas libertárias no Rio de Janeiro

*O ressurgimento atual do interesse pelo anarquismo é um fenômeno curioso e à primeira vista inesperado.*²⁹

Assim, o renomado historiador Eric Hobsbawm inicia o capítulo *Reflexões sobre o Anarquismo*, parte de sua obra *Revolucionários* publicada no ano de 1969, após a grande evidência dos acontecimentos de maio de 1968 na França.

Destacamos esta produção de Hobsbawm, pois apesar de sucinta expressa de maneira explícita a maneira como hegemonicamente o anarquismo foi e vem sendo tratado pela intelectualidade:

*Foi a quase certamente monumental ineficiência do anarquismo que, para a maioria das pessoas da minha geração (...) determinou a nossa rejeição a ele.*³⁰

Mesclando ideologias, pensamentos políticos contraditórios, mas que em algum momento foram identificados pela denominação de anarquismo, o autor apresenta argumentos incoerentes para defender a irrelevância histórica do anarquismo. Assim generaliza e mescla individualismo com coletivismo, como se fossem ambos “o anarquismo”, chegando ao extremo de afirmar que “versões extremadas do liberalismo individualista são, *logicamente*, tão anarquistas quanto Bakunin”.³¹ Além disso,

²⁹ HOBBSAWM, Eric. “Reflexões sobre o Anarquismo”. In: *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 90.

³⁰ IDEM, pp. 91-92.

³¹ IDEM, p. 96.

criminaliza também importantes atuações revolucionárias dos anarquistas como a Revolução Autogestionária Ucrâniana e a Revolução Espanhola na qual a força contra-revolucionária stalinista contribuiu para a vitória fascista ³²:

*Quem tenha estudado, ou tenha tido algo a ver com o verdadeiro movimento anarquista, se sentiu profundamente movido pelo idealismo, heroísmo, espírito de sacrifício e religiosidade que tantas vezes [o anarquismo] engendrou, lado a lado com a brutalidade do Makhnovshchina ucraniano ou dos pistoleiros fanáticos e incendiários de igrejas na Espanha.*³³

No entanto, as mais enfáticas e possivelmente as mais eficazes das colocações de Hobsbawm (e que permeiam todo o capítulo) dizem respeito à ineficiência e irrealidade da proposta anarquista:

*Como escreveu Gerald Brenan, autor do melhor livro sobre a Espanha moderna: uma única greve dos mineiros (socialistas) nas Astúrias afetava mais o governo espanhol do que setenta anos de maciça atividade revolucionária anarquista, que não representava mais que um problema policial rotineiro.*³⁴

O interessante destas colocações é perceber como, de fato, não existe neutralidade e como a opção política do historiador filtra a história, chegando ao ponto de apagar a importância histórica de seus adversários. Ao enfatizar que a greve foi feita por “socialistas”, ele exclui automaticamente os anarquistas desse grupo e atribui àqueles apenas a capacidade de realizar ações eficientes. Mas quantas não foram as greves de grande efeito impulsionadas por ativistas anarquistas? E porque não se menciona que o maior sindicato espanhol à época da revolução, ou seja, a Central Nacional do Trabalho (CNT) era hegemonicamente anarquista?

Se, de fato, se apaga todo um passado de lutas e conquistas, parece realmente estranho, ou ainda “injustificado”, nas palavras do autor, que simpatias pelo anarquismo sejam retomadas nos anos 1960. Por isso, ele desconsidera por completo a importância

³² Ver: LE LIBERTAIRE & LE MONDE LIBERTAIRE. *Espanha Libertária - A Revolução Social Contra o Fascismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

³³ HOBBSAWM, Eric. “Reflexões sobre o Anarquismo”. In: *Revolucionários*, op. cit., p. 91.

³⁴ IDEM, p. 92.

desse pensamento político. Hobsbawm se pergunta: “qual é o valor da tradição anarquista hoje?”³⁵ E responde:

*Em termos de ideologia, teoria e programas, o anarquismo permanece marginal. É uma crítica dos perigos do autoritarismo e da burocracia dos Estados, partidos e movimentos, mas isto é primordialmente um sintoma de que esses perigos são amplamente reconhecidos. Se todos os anarquistas houvessem desaparecido da face da terra, a discussão sobre tais problemas não seria muito diferente.*³⁶

Felizmente os socialistas libertários não desapareceram da face da terra, e anarquistas ou marxistas libertários, vêm em sua prática contribuindo para negar a tese de sua irrelevância histórica.

O que gostaria de destacar é que as avaliações desse renomado autor evidenciam o quanto a atuação de anarquistas e socialistas libertários, de um modo geral, como sujeitos históricos nos processos de transformação social tem sido bastante apagada, tanto pelos seus inimigos diretos como por seus adversários políticos.

Um exemplo interessante que demonstra como a história oficial pode ser reelaborada de forma a alterar o papel dos sujeitos históricos é apresentado por Alessandro Portelli no evento “História Oral: desafios para o século XXI”:

(...) no meu país, a Itália, a discussão política atual está baseada na questão do revisionismo histórico. (...) A democracia italiana nasceu das lutas contra o nazismo e o fascismo, das lutas dos partidários da democracia, do comunismo e do socialismo, que lutaram pela liberdade e pela dignidade da Itália.

Essa visão atual tem uma versão inteiramente diferente (...). Nazistas, fascistas e comunistas mataram-se uns aos outros, e os verdadeiros heróis, assim como as verdadeiras vítimas, foram os que ficaram no meio, e que não são culpados de coisa alguma. (...).

*Basicamente, o resultado disso é o cancelamento de todas as experiências históricas que, de algum modo, situam-se além dos limites impostos pelas ideologias liberais de livre mercado.*³⁷

Este exemplo é interessante pois demonstra a urgência de tornar pública a ação de sujeitos sociais que, caso contrário, teriam sua história “manipulada” ao bel prazer da

³⁵ HOBBSAWM, Eric. “Reflexões sobre o Anarquismo”. In: *Revolucionários*, op. cit., p. 95.

³⁶ IDEM.

³⁷ PORTELLI, Alessandro. “Memória e Diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI”. In: *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, pp.67-68.

ideologia dominante ou mesmo de correntes intelectuais contra-hegemônicas, porém adversárias.

Assim, este capítulo tem por intenção, através da documentação disponível e dos registros de memória, reconstruir o passado recente dos agrupamentos que, nas últimas décadas, no Rio de Janeiro, avançaram na construção de movimentos autogestionários, socialistas libertários. A intenção é perceber na experiência concreta de tais organizações, através do cotidiano das lutas, como se efetivaram suas opções políticas e como se desenvolveram os movimentos sociais nos quais estiveram envolvidos tais ativistas.

A reconstituição histórica dos coletivos abordados nesta pesquisa foi organizada em separado por cada organização/movimento trabalhado, a fim de tornar mais “didática” a apresentação da mesma. De qualquer forma, como ficará perceptível no decorrer do texto, o intercâmbio entre os ativistas e movimentos é constante. Assim, apresentaremos a trajetória de constituição das organizações/movimentos contemporâneos atuantes no Rio de Janeiro focalizados nesta pesquisa: *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, *Frente de Luta Popular* e *Acampamento Maria Júlia Braga*, bem como analisaremos suas formas de organização e ação, financiamento e comunicação social.

1. A Frente de Luta Popular: origens, formação e composição política.

A *Frente de Luta Popular* (FLP) foi inicialmente organizada por militantes oriundos majoritariamente de uma matriz socialista marxista composta por egressos do *Coletivo Gregório Bezerra*, dissidência do PCB (*Partido Comunista Brasileiro*) que depois formou o PLP (*Partido da Libertação Proletária*), juntamente com anarquistas egressos da *Resistência Popular* (RP-Rio), do *Movimento da Educação Libertária* (MEL) e outros libertários independentes.

A aproximação desses militantes de uma linha marxista libertária se deu mais em função de um acúmulo de práticas políticas em sua inserção social do que a partir do acesso a leituras de autores clássicos do Conselhismo e do Situacionismo, tais como Anton Pannekoek, Otto Ruhle, Guy Debord, dentre outros. Isso porque a formação

política, principalmente de alguns ativistas mais experimentados da *Frente de Luta Popular* se deu no interior do “marxismo oficial”, visto que são, em sua maioria, egressos do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB). Portanto a aproximação desses ativistas a princípios socialistas libertários ocorreu a partir do questionamento das práticas dos partidos nos quais estavam inseridos, tendo como desdobramento a aproximação a um modelo de organização social autogestionário e não representativo, o qual definem por Poder Popular.

Esse rompimento com a linha política hegemônica no interior do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) tem origem em finais da década de 1970, quando uma crise se instaurou em seu interior a partir do retorno de uma Direção Nacional. Um dos fatores que ampliaram essa crise foi o posicionamento do Comitê Central (CC) contrário ao acirramento das tensões no que dizia respeito às greves do ABC Paulista. A partir da interpretação do CC do PCB, era necessário rechaçar a greve, pois ela poderia provocar um fechamento do regime militar em vigor na época. A isso o próprio Luís Carlos Prestes se opôs em sua *Carta aos Comunistas*³⁸ na qual convocava os militantes a tomarem as rédeas do partido, pois ele estaria indo a reboque da burguesia.

Mas, conforme relata Maurício Campos, ex-ativista da *Frente de Luta Popular* egresso do PCB, a crítica à linha manifestada pela direção nacional do partido possuía razões mais profundas que se desdobraram em questionamentos à própria estratégia do partido:

(...) os diversos rachas do PCB surgiram por conta da posição do PCB diante do ascenso de luta de massa que teve no final dos anos 70. Era uma posição extremamente recuada. O PCB propunha a Frente Ampla pra derrotar a ditadura e na verdade era uma submissão à linha da oposição burguesa, principalmente do PMDB. Enquanto isso o movimento crescia, o movimento ia pra rua (...). Então esse foi o mal estar primeiro que levou à discussão, mas a partir daí as pessoas (...) perceberam que tinha um problema mais fundo, começaram a questionar a própria estratégia que tinha desde a fundação do PCB, uma estratégia de cunho nacional-democrática, uma estratégia que no fundo levava o PCB sempre a ficar como a ala esquerda da burguesia nacionalista. (...). Então o racha ia mais a fundo, questionava toda essa caracterização do Brasil como país dependente, que tinha que passar por uma revolução democrática nacional e assumia uma estratégia mais claramente de revolução proletária (...) que entendia as lutas antiimperialistas dentro desta estratégia de revolução proletária e não dentro de qualquer tipo de etapa anterior. (...) das organizações que surgiram do racha do PCB [o Coletivo Gregório Bezerra]

³⁸ PRESTES, Luís Carlos. *Carta aos Comunistas*. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm> Acesso em: 12 ago. 2009.

*era a que ia mais a fundo nesta discussão no sentido de questionar abertamente [os rumos do socialismo no leste europeu]*³⁹

Assim sendo, vários militantes descontentes com a linha política assumida pelo PCB passaram a criar *Comissões Provisórias de Reconstrução e Defesa do Partido* em diversos estados a fim de romper com a linha de “conciliação nacional” do PCB. Desta maneira, em 1981 realizaram um primeiro congresso da organização no sentido de tentar reagrupar os comunistas dissidentes em torno da proposição de construção de um partido com viés revolucionário. Neste evento elegeram uma direção e a partir das discussões definiram/elaboraram um programa a ser seguido.

Como percebemos, a crítica fundamentava-se na posição recuada da direção do PCB e sua estratégia, que era de conciliação com a burguesia nacional. Isso não significa, no entanto, que houvesse uma crítica à organização de vanguarda em si, visto que ao romperem com o PCB visavam, através das *Comissões Provisórias para a Reconstrução e Defesa do Partido*, reorganizá-lo sob uma nova direção nacional.

Em 1982 criaram o informativo *A Vanguarda* na mesma perspectiva de agregar os comunistas que se opunham à linha hegemônica no *Partido Comunista Brasileiro*. Em 1983 realizaram a *I Conferência Estadual* na qual enfatizaram a necessidade de construir de imediato uma organização nacional a qual denominaram *Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista – CFCPC*. Passaram a atuar no movimento de associação de moradores, criticando a linha reformista da *Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro* (FAMERJ) assim como no movimento estudantil passaram a fazer frente ao PCB, PC do B e MR-8, e a nível sindical buscaram fortalecer a *Central Única dos Trabalhadores* na seção do Rio de Janeiro (CUT-RJ).

Em 1986 realizaram a *II Conferência Estadual do Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista*, a qual contou com a participação de militantes de outros estados: Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais, na qual decidiram incorporar ativistas de outros estados e mudaram o nome da organização para *Coletivo Gregório Bezerra* (CGB)⁴⁰. Buscaram, então, o fortalecimento dos laços com outros estados e

³⁹ CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.

⁴⁰ ARQUIVO de Memória Operária do Rio de Janeiro. *Coletivo Gregório Bezerra*. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/COLETIVO%20GREGORIO%20BEZERRA.pdf> Acesso em: 13 jan. 2009.

surgiu a proposta de criar uma direção nacional que viria a dirigir o futuro partido. O coletivo considerou, conforme discutido em sua terceira conferência em 1987, que seria tático apoiar governos populares, o que para eles se definiu a partir de um programa que fosse no mínimo anti-monopolista, anti-latifundiário e anti-imperialista. Avançando nessa direção, o *Coletivo Gregório Bezerra* se transformou no *Partido da Luta Proletária* (PLP), em 1992, e participou de algumas eleições. No entanto, a crítica à disputa eleitoral foi paulatinamente crescendo no interior da organização, assim como cresceu, paralelamente e paulatinamente, seu envolvimento nos movimentos sociais, o que conduziu ao fim da proposta de construir um partido voltado para a disputa eleitoral.

Há certa relação entre essa negação à conciliação com a classe proprietária para compor um projeto “nacional-democrático” e a atuação no movimento social de base. Ao defenderem uma revolução genuinamente proletária, aqueles egressos do PCB apostavam no proletariado como o imediato sujeito revolucionário. Assim, devia haver uma aproximação junto a esse setor em detrimento do diálogo e negociação com a burguesia nacional. E, ainda que a proposta não fosse a de romper com a idéia de vanguarda, parte do *Coletivo Gregório Bezerra* (depois *Partido da Luta Proletária*), na experiência de atuação direta nos movimentos sociais percebeu paulatinamente as limitações do papel politizador da vanguarda⁴¹.

Todo este processo pelo qual passou uma parcela dos ativistas que foram vinculados ao *Coletivo Gregório Bezerra*, que depois se converteu em *Partido da Luta Proletária*, levou significativa parcela destes militantes a se oporem frontalmente à existência de um Comitê Central assim como à disputa eleitoral. Assumiram como prioridade a atuação junto aos movimentos sociais de base, e essa opção política aliada à decepção frente à tendência constante do descolamento das direções frente às bases dos partidos, contribuiu para a edificação de uma perspectiva cada vez mais horizontal de atuação política.

Desde o final dos anos 1970 até finais da década de 1980, a efervescência do movimento social e os rumos que este movimento tomava, evidenciavam um potencial contestatário e ao mesmo tempo criativo que estava para muito além da atuação das vanguardas dos partidos. De acordo com a análise que Maurício Campos faz do período,

⁴¹ Como abordaremos no segundo capítulo ao falarmos das ocupações que promoveram

esse momento teria sido um dos mais importantes para o embate da classe trabalhadora contra o capital:

Todo aquele período de ascenso que vários companheiros aqui viveram, finais dos anos 70 e início dos anos 80, foi marcado por uma cultura política que, embora já tivesse em germe o que veio a ser dominante, a questão da luta dentro dos limites do capitalismo, dentro da legalidade e da institucionalidade, tinha um potencial anti-capitalista muito grande. (...) tinham determinadas bandeiras e eixos de lutas que eram eixos que não cabiam e não se acomodavam dentro da lógica do capital.⁴²

Um dos poucos trabalhos acadêmicos a atentar para essa especificidade daquele período foi a obra de Eder Sader, *Quando Novos Personagens Entram em Cena*⁴³, que analisa o surgimento de novos sujeitos históricos no cenário paulista do final da década de 70 e na década de 80. Segundo o autor, uma diferente maneira de fazer movimento social emergiu pautando-se pela autonomia deste e por vezes através de práticas autogestionárias de organização⁴⁴, que se opunham ao modelo decadente de certas instituições as quais o autor, neste livro publicado em 1988, já apontava como “em crise”: a igreja católica, as esquerdas tradicionais e os sindicatos. Além disto, tal como também apontou Maurício Campos, Éder Sader enfatiza a questão do avanço da politização não apenas dos trabalhadores formais, mas também de um setor bastante ampliado do proletariado, conduzindo a transformações nas esferas que antes não eram tidas propriamente como políticas:

O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve por contrapartida a vontade de serem “sujeitos de sua própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano”.⁴⁵

⁴² ANDES-RJ & ADUFF. *Fala de Maurício Campos in Seminário sobre Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Andes, 2006, p. 13.

⁴³ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁴⁴ Vale ressaltar que esta especificidade do período não significa uma novidade em absoluto, como aponta Sader. Manifestações do “poder-fazer” das classes oprimidas emergiram e emergem com certa frequência na história mundial, e são, em especial, característica marcante dos períodos de maior acirramento da luta de classes.

⁴⁵ SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*, op.cit., pp.311-312.

Assim sendo, estas mobilizações foram de extrema importância para a emergência de um Poder Popular ou Autogestionário, ou seja, de um poder horizontal exercido diretamente pelas bases, pelo proletariado através de suas organizações de luta de massas. No entanto, conforme Campos:

Depois de março de 1989 ficou claro. (...) O passo adiante deveria necessariamente colocar a questão do poder e como o movimento caminharia para isso. Contudo, a opção dominante respondeu a essa questão pela via eleitoral com a candidatura do Lula (...).⁴⁶

Esta resposta foi para Maurício Campos, algo que não aconteceu “do nada”, mas que já se gestava no movimento, ou seja, a opção pela criação de um partido de trabalhadores e o apelo para as vias eleitorais, o que contribuiu, segundo ele, para o enfraquecimento do próprio movimento e, conseqüentemente, para o enfraquecimento de toda a luta anticapitalista que se desenvolveu na época. Certamente, estes episódios de levante popular e auto-organização das massas ao revelarem seu potencial criativo estimularam também os ativistas a pensar formas de organização próximas a Autogestão Social, o que no caso dos ativistas da *Frente de Luta Popular* oriundos desta vertente marxista se manifestou em meados da década de 1990.

Surgiu também em 1995, paralelamente ao *Partido da Luta Proletária*, a *Frente Revolucionária* a fim de agregar setores, principalmente trotskistas radicais, que estavam rompendo com o PT, com destaque para a *Causa Operária* e a *Convergência Socialista*, tendo o PLP sido convidado também para integrar essa frente. O objetivo era construir um agrupamento de oposição à linha dominante na esquerda manifestada especialmente no *Partido dos Trabalhadores* e no *Partido Comunista do Brasil*. No entanto, segundo a análise de Maurício Campos, houve um racha devido a divergências em torno da intenção manifestada pela *Convergência Socialista* em, a partir da frente, construir um novo partido, assim como às proposições voltadas para uma perspectiva de participação e disputa eleitoral. Dessa maneira, tais divergências internas conduziram ao fim da *Frente Revolucionária* tal como ela estava formada, ainda que o PLP junto a alguns independentes que atuavam na frente continuassem a reivindicar o nome. Após esse rompimento, a *Convergência Socialista* fundou o *Partido Socialista dos*

⁴⁶ ANDES-RJ & ADUFF. *Fala de Maurício Campos in Seminário sobre Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora*, op. cit., p. 14.

Trabalhadores Unificado (PSTU) e a *Causa Operária* fundou o *Partido da Causa Operária* (PCO).⁴⁷

A partir de então, os ativistas do PLP passaram a refletir sobre qual seria a melhor maneira de atuar de acordo com as questões e conjuntura em que estavam inseridos. A opção foi a de criar um movimento cultural. Dessa maneira surgiu, provavelmente em 1995⁴⁸, o *Centro de Cultura Proletária*. As atividades culturais eram desenvolvidas em diversas comunidades cariocas como maneira de estreitar relações com seus moradores e esses eventos se davam principalmente em datas comemorativas de luta. Em 1997 o *Centro de Cultura Proletária* ganhou um espaço físico numa área proletarizada da cidade do Rio de Janeiro, em Manguinhos, em um imóvel cedido pelo ativista Maurício Campos da Frente Revolucionária, o qual se transformou num espaço de intercâmbio principalmente com diversos setores da juventude em torno da crítica a organização capitalista da cultura. Ocorriam nele uma série de atividades culturais, contando com exibição de filmes críticos, palestras, cursos de formação política, concertos musicais. Foi nesse espaço que se estabeleceu contacto orgânico com participantes do *Movimento Anarco Punk*⁴⁹ que trouxeram contribuições no sentido de difundir idéias libertárias e a contracultura punk, o “Do it yourself!” (Faça você mesmo!), ou seja, um lema punk que contém em si elementos de defesa da autogestão, manifestado principalmente na crítica ao controle da indústria cultural que estabelece seus padrões mercadológicos na produção de uma cultura vendável. Apesar de muitos só se vincularem ao Punk pela questão musical e/ou pela busca de chocar determinados

⁴⁷ CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.

⁴⁸ Ainda não foram encontrados registros que confirmem a data exata de fundação do CCP, mas segundo relato de Maurício Campos ela data de aproximadamente dois anos antes da criação do espaço físico do CCP em Manguinhos.

⁴⁹ O Movimento Anarco Punk é um movimento de amplitude mundial. Segundo alguns de seus aderentes, sua origem remonta à Inglaterra dos anos 80's com o surgimento da banda Crass. Tal banda se propunha defender o Anarquismo e atacar o neoliberalismo de Thatcher através da música e estilo punks. Dentre as bandeiras anarco punks estão: combate ao consumismo e à desigualdade social, igualdade entre os gêneros, liberdade sexual, ambientalismo, luta contra o racismo, luta contra a exploração animal.

O Movimento Anarco Punk, apesar de ser amplamente estereotipado por muitos setores e organizações políticas, ao menos no caso da cidade do Rio de Janeiro, pode ser agrupado entre as organizações de influência Socialista Libertária. O foco de atuação Anarco Punk é sem dúvida na área cultural, os ativistas primam por uma transformação de valores, hábitos e costumes que identificam como da sociedade capitalista, burguesa.

Uma das principais bandeiras levantadas pelos anarcopunks é a da igualdade entre os gêneros. A luta pela igualdade entendida por este grupo deve se dar através de moldes bastante radicais como a defesa da androginia no vestir-se e em alguns casos até, defende-se a bissexualidade como tendência sexual natural ao ser humano. Eles também se manifestam constantemente na luta contra a homofobia. Além disso, há também mundialmente uma tendência ao vegetarianismo e ao veganismo como princípios éticos e ecológicos.

valores culturais, muitos são os que se voltam para um debate classista e assim se precipitam no movimento social transpondo os limites de uma crítica estética e de valores morais. E foi principalmente com esse setor que se articularam inicialmente os marxistas no interior do *Centro de Cultura Proletária* e posteriormente conformaram a *Frente de Luta Popular*.

Nesse contexto, já podemos identificar uma defesa clara da Autogestão Social manifestada na carta de princípios do *Centro de Cultura Social*. Dentre eles verificamos a negação do estado, entendido como instrumento de opressão da classe dominante, assim como a enfática defesa de uma organização política em moldes horizontais:

O CCP luta pela autodeterminação e autogestão da sociedade, pela auto-organização do povo em todos os aspectos da vida social (econômico, educacional, cultural, autodefesa, etc) como alternativa ao sistema burocrático-estatal e mercantil;

(...)Defendemos uma organização popular baseada na igualdade e na solidariedade, onde todos participem como militantes e tenham pleno direito de opinião e participação nas decisões. Defendemos que coordenações e outros órgãos que venham a ser escolhidos em processos livres sejam rotativos e que nenhum de seus membros tenham qualquer tipo de privilégio, apenas tarefas a mais;⁵⁰

Podemos verificar então uma clara guinada de uma esquerda que ainda se apresentava vinculada a uma perspectiva burocrática ligada ao partido de vanguarda, tal como no PCB, para uma proposição bem mais claramente autonomista, autogestionária. Assim se aproximaram a uma juventude libertária influenciada principalmente pelo pensamento e cultura anarquista e anarcopunk e participaram de ações conjuntas como o ato no Rio Sul e em Vigário Geral, que inauguram a *Frente de Luta Popular*, na qual se inseriram muitos anarcopunks ou identificados com essa proposta. No entanto, a maioria dos anarcopunks manteve-se atuando em seus próprios espaços e coletivos (MAP, Kradap, dentre outros), ainda que mantendo proximidade, realizando manifestações conjuntas e fornecendo apoio às ações de ocupação com a *Frente de Luta Popular* e outros coletivos libertários.

A memória de criação da *Frente de Luta Popular* registrada por seus próprios fundadores pode ser encontrada no caderno de debates *Periferia do Capital e Poder Popular*:

⁵⁰ CCP. *O que é o CCP?* Disponível em: <http://br.geocities.com/fcpataxo/CCProletaria.htm> Acesso em 2 ago. 2008.

Em 2000, diversos grupos e movimentos participaram ativamente das atividades de protestos contra as comemorações oficiais dos “500 anos do Descobrimento”, que culminaram nos ataques aos “relógios da Globo” em várias cidades do país, e nos confrontos generalizados que inviabilizaram a festa oficial em Porto Seguro e redondezas. (...) Aqui no Rio, diversos grupos e movimentos que haviam participado das mobilizações, resolveram dar continuidade a um trabalho conjunto local. Na época, o MTST estava já bastante implantado, com três grandes ocupações no estado, e estava acontecendo um ascenso dos protestos de favelas e comunidades pobres contra a violência policial. Surgiu uma articulação entre os grupos e movimentos em torno da realização de duas grandes atividades: uma mobilização num grande shopping contra o consumismo e desigualdade social, e um protesto unificado na data em que se completariam sete anos da chacina de Vigário Geral. A articulação se chamou então Frente de Luta Popular.⁵¹

Amplamente noticiada, a polêmica intervenção no shopping Rio Sul, que consistiu somente no ato de os Sem-teto passearem pelo shopping e fazer um lanche na praça de alimentação com a comida que trouxeram de casa, foi extremamente mal vista pelos transeuntes e pelos comerciantes que chamavam seguranças para constranger os manifestantes a se retirarem do prédio. Inclusive muitos comerciantes fecharam suas lojas devido à aproximação daquele “público estranho”⁵². A intenção era denunciar o quão falsa é a idéia de que aquele local, que deveria a princípio ser público, na verdade era um espaço destinado apenas a determinados grupos sociais, àqueles que podem pagar para estar naquele espaço “público”, o que ficou explicitamente confirmado.

Depois desta ação, os indivíduos que para ela se aglutinaram fizeram o ato contra o massacre de Vigário Geral, o qual consistiu numa passeata contra a violência policial da Candelária à Central do Brasil, em 29 de agosto de 2000. A partir de então buscaram se organizar e ampliar sua inserção social junto ao proletariado carioca.

Entre 27 e 28 de outubro de 2001, a *Frente de Luta Popular* realizou seu primeiro seminário a fim de estabelecer-se efetivamente como organização. Para isso, era fundamental definir um norte estratégico:

(...) No processo de avaliação que se seguiu [aos atos que fundaram a FLP], a maioria dos grupos da FLP optou por estabelecer uma definição estratégica mais precisa pelo Poder Popular, registrada na

⁵¹FRENTE de Luta Popular. Contribuição da Frente de Luta Popular à Conferência Política “Periferia e Poder Popular”. In: *Periferia do Capital e Poder Popular – Caderno de Debates*, 2006.

⁵²SEM-TETO “passeiam” no shopping. *Jornal Vale do Paraíba*, 05 ago. 2000. Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2000/08/05/geral/teto.html> Acesso em: 29 jul. 2009.

*primeira versão do nosso Manifesto aprovado pelo Encontro do final de 2000*⁵³.

O Manifesto da FLP expressa uma definição de Poder Popular claramente similar à noção de Autogestão Social, rechaça a vanguarda e enfatiza a necessidade de o próprio povo proletário criar suas próprias organizações de base com caráter horizontal.

Definidos os princípios norteadores da organização, passaram às atividades voltadas para ampliação de sua inserção social. Como é possível observar nos calendários que a frente divulgava no *Centro de Mídia Independente* durante o ano de 2003, suas principais atividades se concentravam em discussões a respeito da criminalização da pobreza e direitos humanos assim como manifestações contra a violência policial, atos e atividades anti-imperialistas, comemorações de datas de luta do proletariado, atividades culturais (Hip Hop, grafite), atividades de formação política e reuniões gerais em comunidades do Borel, Lagartixa e Santa Marta.

Percebemos nestas ações a herança tanto do *Coletivo Gregório Bezerra* que já possuía esta prática de inserção social de maneira bastante intensa assim como da *Resistência Popular* e do *Grupo Mutirão* dos quais alguns ativistas também eram oriundos.

A partir dos contactos que foram se estabelecendo por meio das atividades desenvolvidas, houve as articulações para o ato de 16 de abril de 2004, o “Posso me identificar?”, uma grande manifestação contra a morte de quatro jovens - Thiago da Costa Correia da Silva, 19 anos, Carlos Alberto da Silva Pereira, 21, Carlos Magno de Oliveira Nascimento, 18 e Everson Silote, de 26 anos - executados por policiais militares na localidade da Vila Preguiça no Borel em 2003. A partir das articulações que tornaram possível a realização dessa passeata de grandes dimensões para os parâmetros atuais, cerca de seiscentas pessoas, foi formada a que hoje se denomina *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*, e que na época se intitulava *Movimento Posso me Identificar?*.

Simultaneamente à preparação desta manifestação ocorria também a organização para a primeira grande ocupação urbana em que a Frente de Luta Popular atuou: a *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, que ocorreu no ano de 2004. A esta se

⁵³ FRENTE de Luta Popular. *Contribuição da Frente de Luta Popular à Conferência Política “Periferia e Poder Popular”*. In: *Periferia do Capital e Poder Popular – Caderno de Debates*, 2006, p. 31.

seguiram outras ocupações bem sucedidas as quais serão apresentadas no próximo capítulo.

Percebemos então que a *Frente de Luta Popular* se destacou em termos de realização de *Ocupações Urbanas* no centro do Rio de Janeiro, e este é um dos principais motivos de seu prestígio como organização política. Por suas bandeiras representarem causas justas frente ao atual quadro de desigualdade social extrema, desde o início ela foi capaz de estabelecer uma ampla rede de apoio. Vale lembrar que há membros e pessoas próximos da *Frente de Luta Popular* em diversas áreas chave para a ação política do agrupamento, tais como a imprensa e o judiciário.

No entanto, a justeza de sua causa e a grande simpatia e visibilidade que a organização obteve criaram uma aura em torno deste agrupamento que ofuscou alguns problemas de organização interna e que contribuíram para contradições que se tornaram mais críticas próximo à desarticulação da organização.

Atualmente, alguns ativistas da *Frente de Luta Popular* se mantêm ainda organizados como é o caso daqueles que atuam na *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*. Outros mantêm laços informais entre eles e realizam ações conjuntas. Além disso, as ocupações são ainda espaços de luta social no qual muitos ativistas se mantêm inseridos e, considerando o contexto de repressão e criminalização da pobreza promovidas pela atual gestão da prefeitura do Rio de Janeiro, governo Eduardo Paz, os militantes estão sendo “lançados” para frentes de batalhas junto com coletivos afins, como é o caso da mobilização contra o “Choque de Ordem” da Prefeitura.

Em termos de sua estrutura e métodos de ação a *Frente de Luta Popular* possuía um único fórum de decisão que eram as reuniões gerais da organização, as quais ocorriam ao menos uma vez por mês. Nesta reunião, todos tinham igual poder de intervenção e deliberação, sendo estruturada através de inscrições de falas. O formato da reunião não era muito rígido, as pautas não eram muito bem estabelecidas, havia certa fluidez. Em termos de relação ativista-organização, percebemos que os ativistas possuíam grande liberdade de atuação frente à organização para realizar seus projetos. Nas reuniões, percebemos que os ativistas desenvolviam seus projetos, apresentavam para a organização e dela obtinham seu aval (quase certo) e sugestões.⁵⁴

⁵⁴ Essas características foram percebidas em participação direta nas reuniões assim como confirmadas nas seguintes entrevistas:

Essa prática, que conferia grande liberdade ao indivíduo no interior da organização, parece possuir raízes em experiências anteriores de organização como o *Coletivo Gregório Bezerra*, pois de acordo com Maurício Campos, havia uma resistência dos ativistas da *Frente de Luta Popular* no que diz respeito a estabelecer parâmetros rígidos de organização:

*Essa resistência tem sua razão de ser. Eu não condeno ninguém por isso. Passei por diversas experiências de organização que foram experiências que por um lado foram boas porque eram organizações que se dedicavam a luta de base e por outro lado foram muito ruins porque eram organizações que não permitiam o desenvolvimento de uma autonomia mesmo dos organismos de massa propriamente ditos, interferia muito. Por exemplo, a experiência da Ocupação Nossa Senhora das Graças foi muito boa, muito firme, combativa e tudo mais, mas as assembleias da associação eram quase teatros porque a célula da organização se reunia antes, combinava tudo que ia ser colocado na assembleia, se houvesse divergência tinha que ser resolvido na célula e mesmo que a pessoa não estivesse convencida, tinha que ter uma posição unificada pra levar pra assembleia. Mas isso não faz sentido, isso impedia os próprios moradores que faziam parte da ocupação de ter acesso às polêmicas, de ter acesso aos diferentes argumentos.*⁵⁵

Mas a pouca disciplina na condução da organização não é mera decorrência da negação ao modelo de vanguarda e pode, contraditoriamente, contribuir para a formação de vanguardas informais, assim como proporcionar a falta de compromisso principalmente para ações em longo prazo. Isto se dá, pois conforme a socióloga e ativista feminista inglesa Jo Freeman:

*(...) ao contrário do que gostaríamos de acreditar, não existe algo como um “grupo sem estrutura”. Qualquer grupo de pessoas de qualquer natureza, reunindo-se por qualquer período de tempo, para qualquer propósito, inevitavelmente estruturar-se-á de algum modo.*⁵⁶

Por isso que, em acordo com Freeman, uma organização pode possuir uma estrutura formal ou informal. No caso das organizações que não possuem uma estrutura clara, esta se dá de maneira informal, e desta forma cria-se, o que ela denomina de elite

COSTA, Tatiana. . Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 20 de maio de 2008.

SANTOS, Jobson Lopes. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 16 de setembro de 2008

⁵⁵ CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.

⁵⁶ FREEMAN, Jô. *A Tirania das Organizações sem Estrutura*. São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2005, p. 5.

informal. Em qualquer organização política, inclusive naquelas que se orientam pelos princípios de autogestão, sempre haverá aqueles indivíduos que se dedicarão à causa de forma muito aguerrida e que por isso estão sempre opinando e participando nas decisões referentes aos processos em que estão envolvidos. Numa organização socialista libertária claramente estruturada, a tendência é a de criar mecanismos responsáveis por evitar que tais indivíduos se transformem em direção. No entanto, não se trata de acusar os indivíduos, muitas das vezes os mais dedicados, de propositalmente criar esta estrutura para que tomem para eles o poder. Muitas das vezes é a negação, a princípio saudável da burocracia, que levada a extremos irracionais, passa a então propor a não-estruturação das organizações, o que, conforme afirma Jô Freeman, não é possível.

Disto decorre que quando não estão claras as regras, uma confusão pode se instaurar no grupo e levar a ações desconexas, pouco eficazes ou a uma centralização das decisões disfarçada pela falta de estrutura.

Este problema se manifestou algumas vezes na *Frente de Luta Popular*, principalmente quando precisavam realizar alguma ação de grande porte, que exigia de certa maneira a inversão da relação ativista-organização, ou seja, a ação tinha que ser coordenada conjuntamente, partindo então da organização para o indivíduo.

Estes casos acabavam por empurrar alguns indivíduos a “pensar” mais que outros o processo. Assim, decisões são tomadas na informalidade e, muitos atuam de maneira semi-alienada. O exemplo maior é o papel dos apoios⁵⁷ nos momentos de ocupação. De fato, a posição de apoio tem caráter ocasional, não caracteriza quaisquer vínculos mais permanentes com a organização, no entanto, isto não significa que o apoiador deva ser mero tarefeiro. Até porque a ausência de discussão, de conhecimentos prévios faz com que tais ativistas não tenham nenhum preparo e possam realizar ações que comprometam o sucesso da ocupação. Além disso, é também despolitizante, pois este indivíduo que não participou de nenhuma reunião prévia, vai acumular muito pouco impedindo sua autonomia e impossibilitando que, em outro espaço, possa conduzir também um novo processo de ocupação.

No entanto é necessário compreender que tais problemas são fruto não apenas de mera indisciplina dos ativistas, mas também de dificuldades materiais, que dificultam o

⁵⁷ Este termo “apoio” é amplamente utilizado no vocabulário militante do movimento sem-teto e significa a pessoa que vai auxiliar os ocupantes a fim de que a ocupação tenha sucesso, são muitas as atividades de apoio, como enfrentar a força policial, fornecer apoio logístico à ocupação, dentre muitas outras.

pleno desenvolvimento da atividade militante. Estas questões estruturais e organizativas fazem parte das reflexões e avaliações de algumas organizações, como a *Frente de Luta Popular*:

*Irregularidade nas discussões, tarefas mal definidas, sobreposição de tarefas, a inexistência de uma prática de formação mais coletiva, etc. Parte destes problemas é devido à nossa falta de estrutura material (dificuldades de transporte e comunicação para a grande maioria dos militantes, desemprego generalizado, etc.), mas parte é decorrente da juventude e inexperiência, e das dificuldades em harmonizar uma militância intensa com a luta pela sobrevivência básica e ainda a participação nos espaços coletivos da organização.*⁵⁸

2. Outras experiências e tradições socialistas libertárias

Dada a dificuldade de se acessar conhecimentos sobre o Socialismo Libertário e mais especificamente sobre o pensamento anarquista por “meios oficiais” como, por exemplo, a escola, os meios de comunicação de massa e até mesmo a universidade, faz-se necessário aos próprios libertários criarem estes espaços de troca de conhecimento, resgate de memória e acúmulo sobre o pensamento político que reivindicam. Além disso, é inerente à defesa da autogestão que todos os militantes se formem de maneira o mais igualitária possível, visto que não deve haver uma direção especializada para refletir e pensar os rumos das organizações e do movimento, a qual conseqüentemente necessitaria de maior acúmulo teórico. Assim, há uma grande preocupação por parte dos libertários em criar Grupos de Estudo como um espaço comum de troca de conhecimentos e de reflexão sobre teorias e experiências libertárias para assim possibilitar uma formação política para atuar na sociedade, afinal, cabe a todo e qualquer ativista político estar em constante formação para poder intervir da melhor maneira possível nos processos de transformação social e de forma o mais coerente com os princípios nos quais baseia sua ação política.

No caso do Anarquismo no Rio de Janeiro atualmente, a importância dos grupos de estudos fica bastante evidente, visto que, foi através destes espaços de formação que, nas últimas décadas, os anarquistas retomaram sua atuação no estado.

⁵⁸ FRENTE de Luta Popular. *Contribuição da Frente de Luta Popular à Conferência Política “Periferia e Poder Popular”*. In *Periferia do Capital e Poder Popular – Caderno de Debates*, 2006, p. 32.

O de maior relevância para esta pesquisa, pois foi um marco inicial para a construção das organizações anarquistas atuais, é o *Centro de Estudos Libertários Ideal Peres*. Neste grupo ocorreu a aproximação dos ativistas que posteriormente vieram a atuar na *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, na *União Popular Anarquista* e na *Frente de Luta Popular*.

Criado em 1985 na cidade do Rio de Janeiro, primeiramente denominado apenas de *Círculo de Estudos Libertários*, CEL, este se tornou um dos principais espaços aglutinadores dos militantes que se identificavam com o Anarquismo e que, a partir desse centro de estudos, passaram a buscar maneiras de se articularem e se organizarem.

Este centro de estudos contou com a participação de antigos membros do *Centro de Estudos Professor José de Oiticica* (CEPIO). Desde o princípio, tinha como objetivo, criar um espaço que tornasse possível a divulgação da memória, cultura e valores anarquistas a fim de prover formação política tanto para os que já militassem em algum espaço⁵⁹, como para os que estivessem interessados em conhecer e se aproximar do anarquismo.

O CEL, em 1995, mudou de nome em homenagem a Ideal Peres, ativista anarquista que em 1958 criou o *Centro de Estudos Professor José de Oiticica*, o qual foi fechado em 1969 pelo regime militar pós-64, sendo Ideal Peres preso por um mês. Em 1985, participou da fundação do centro de estudos que posteriormente herdou seu nome, o *Centro de Estudos Libertários Ideal Peres* (CELIP).

A partir das discussões travadas no interior do CELIP, projetos políticos se desenvolveram e novas frentes de militância foram se constituindo. Em 1991 foi lançado o primeiro exemplar do informativo *Libera*, do *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres*. Esse informativo, até hoje existente, é uma das principais fontes para a pesquisa sobre o Socialismo Libertário no Rio de Janeiro, e vem sendo desde então uma importante ferramenta de divulgação de idéias e projetos nos meios libertários.

Entre 1995 e 1996, cinco ativistas anarquistas cariocas estreitaram vínculos com a *Federação Anarquista Uruguaia* (FAU). A partir desta aproximação a influência do modelo de anarquismo uruguaio se difundiu no Brasil e assim chegaram a conclusões a respeito da necessidade de promover a criação de organizações guiadas pelo anarquismo e articuladas a nível nacional com um programa estratégico, com unidade teórica e

⁵⁹ No entanto não havia nesta época organizações libertárias propriamente ditas, ainda que ativistas pudessem estar engajados nas mais variadas lutas.

inserção social. O CELIP passou então a articular a aproximação de grupos interessados, o informativo *Libera* disponibilizou páginas para a divulgação das reflexões que adquiriam através desta aproximação com a FAU e também passou a realizar a distribuição no Brasil de um documento chamado *Luta e Organização*.

Esta aproximação junto a *Federação Anarquista Uruguiaia* foi de fundamental importância para a reflexão acerca da necessidade de existir uma organização política não para dirigir, mas para impulsionar e influenciar os Movimentos Sociais rumo a parâmetros autogestionários de organização.

Um dos documentos elaborados pela *Federação Anarquista Uruguiaia* e que serviu de referência para muitos anarquistas cariocas foi o “COPEI”⁶⁰. Escrito em 1972, este documento visava analisar as falhas no MLN – *Movimento de Libertação Nacional*, mais conhecidos pelo apelido de “Tupamaros”, no que diz respeito à utilização de métodos foquistas de guerrilha. A crítica mais fundamental que faziam ao MLN dizia respeito à necessidade de criação de uma organização política que pudesse estabelecer um programa, marcos estratégicos com objetivos tanto de curto como de longo prazo e que pudesse disputar consciências na sociedade e servir de parâmetro para a organização social que se pretendia construir. Segundo eles, o MLN superestimava a capacidade de somente por meio da luta armada criar as condições e o apoio necessário para a derrubada do poder burguês, e assim afirma a FAU sua discordância:

*O desenvolvimento das condições políticas e principalmente das condições ideológicas, não deriva da atividade da guerrilha nos termos bastante mecânicos previstos pelo foquismo. A atividade do foco armado não foi evidenciada como uma substituição adequada, nem sequer como uma substituição possível e viável da atividade de partido. (...) Se superestimou (...) a possibilidade de forçar pelas armas a transformação das condições políticas e da mentalidade, crenças das pessoas.*⁶¹

E ainda:

Um movimento de simpatias não equivale a um partido político. Um movimento de simpatias amorfo ideologicamente, carente, em suma, de outra estratégia e outra tática que não seja a mera simpatia com os fatos

⁶⁰ A utilização deste nome não possui nenhuma relação com o conteúdo do mesmo, trata-se da sigla de um partido de direita venezuelano e servia apenas para mascarar o conteúdo real frente à repressão por parte do governo uruguaio.

⁶¹ COPEI – Documento da FAU, 1972, p. 5.

*armados e sua adesão emotiva a eles não é suficiente. Um partido político é outra coisa.*⁶²

Trazido para o contexto em que se inseriam os ativistas libertários cariocas, as críticas ao que consideravam “equivocos do MLN” se traduziam facilmente na reflexão acerca da necessidade de criar uma organização política bem estruturada e organizada que pudesse superar as ações isoladas de repúdio a ordem capitalista. Ou seja, muitos militantes de então optaram por criar espaços que fossem capazes de pensar e desde já organizar os parâmetros fundamentais para a construção da sociedade futura.

Ou seja, constatavam nos anos 90 que não era mais suficiente organizar manifestações, atos públicos e demais ações de propaganda e manifestações do nosso “Grito” se não fossem criados simultaneamente espaços privilegiados de reflexão que pudessem servir para impulsionar as lutas e influenciá-las para os parâmetros socialistas libertários. Este espaço é o que a FAU se refere como partido, mas tendemos hoje a discordar desta interpretação conceitual de partido, pois englobaria grupos com atuação e perspectivas demasiadamente distintas para estarem lado a lado. Portanto ainda que organizações políticas socialistas libertárias possam reivindicar o nome de partido (Ex. partidos malatestianos e bakuninistas) de forma a se referir, resumidamente, a um agrupamento político organizado, com unidade teórica e que possua um programa voltado para atuar na sociedade, não reivindicamos a utilização deste termo. Isto porque, em acordo com Nildo Viana⁶³, partido político não é o mesmo que parte política, pois se é verdade que o partido é uma parte política e o é, o oposto não ocorre: nem toda parte política é um partido. Então como definir o partido? Optamos pela definição de Viana:

*Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existentes.*⁶⁴

Os partidos são estruturas burocráticas, pois funcionam através da relação dirigentes-dirigidos. Esta estrutura burocrática está diretamente relacionada ao objetivo

⁶² IDEM, p. 37.

⁶³ Viana, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

⁶⁴ IDEM, p.12.

principal do partido que é o de assumir o controle estatal. Tanto para os partidos que visam chegar ao estado por via eleitoral, como para os que visam alcançar o poder através de golpe de estado, é necessário possuir uma sólida estrutura organizativa e financeira que possuem como referência uma estrutura estatal, hierárquica.

Outro ponto importante é a ideologia da representação, ponto-chave na compreensão dos partidos políticos, fundamental à manutenção destes partidos, visto ser o motivo para a existência dos mesmos. É lógico que para alcançar legitimidade e conquistar simpatizantes e/ou eleitores, o discurso de representação poderá ocasionar o que Nildo Vianna denomina de “processo de dissimulação-simulação”. Tal processo consiste na discrepância entre os interesses de classe defendidos e o público alvo da propaganda política:

Representar significa tornar novamente presente. O representante deve em seus atos, tornar novamente presente o representado. Isto, na democracia representativa, é mera ficção, devido, entre outras coisas, ao processo já referido de dissimulação-simulação realizado pelos partidos políticos. O eleitor, após escolher seu “representante”, não exerce nenhum controle sobre ele. Tal como colocou Pierre Joseph Proudhon, “Os representantes do povo mal conquistam o poder e logo procuram consolidá-lo e reforçá-lo. Eles cercam incessantemente suas posições com novas trincheiras defensivas, até conseguirem se libertar por completo do controle popular. É um ciclo natural percorrido por todo representante: oriundo do povo ele acaba por cima do povo”⁶⁵

Portanto, de acordo com esta definição, os agrupamentos socialistas libertários, por não se proporem a representar, a dirigir o proletariado, mas sim utilizar desta organização política para estimular a criação e o fortalecimento de espaços autogestionários, horizontais, não deve ser denominado de partido político. Isto porque o partido se fundamenta basicamente na lógica da representação, da vanguarda, e não de uma minoria ativa a estimular, a fermentar as lutas.

Desta maneira então, motivados pela necessidade de criar espaços responsáveis por estimular o avanço da Organização Social Autogestionária, os ativistas que atuavam no *Centro de Estudos Ideal Peres* passaram a divulgar estas idéias principalmente a partir do Informativo Libera.

Esse processo, que não ocorria apenas no Rio de Janeiro, mas também em outros estados brasileiros como São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul, culminou na elaboração

⁶⁵ Viana, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?*, op. cit., pp. 20-21.

do projeto *Construção Anarquista Brasileira* (CAB) em 1996. A CAB, influenciada pelo modelo uruguaio e pelas discussões originadas a partir do contato com a *Federação Anarquista Uruguaia* era uma espécie de fórum nacional que tinha como proposta criar organizações a nível local, regional ou estadual num prazo de cinco anos. O documento “Luta e Organização”, anteriormente citado, servia como uma espécie de programa, contando com reflexões teóricas que abarcavam uma introdução sobre anarquismo através da discussão de conceitos chaves como: autogestão, livre acordo, apoio mútuo, federalismo, internacionalismo, ação direta e classismo; e também introduzia o método da organização com “definições, divisões internas de tarefas, infraestrutura básica, instâncias internas, orientações sobre inserção social, lutas, movimentos populares e processo revolucionário, discussões sobre teoria revolucionária e pensamento anarquista, discutindo a relação entre os grupos e movimentos sociais, as frentes de inserção e crescimento orgânico, as redes de apoio e o compromisso militante”.⁶⁶

Se entendermos o contexto em que se deu o surgimento da *Construção Anarquista Brasileira*, em 1996, reconhecemos a importância das reflexões acerca da necessidade de se criar organizações políticas anarquistas, afinal a partir do início dos anos 90 observamos o processo de retomada de atuação direta dos anarquistas cariocas nos movimentos sociais na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

Também é importante perceber hoje como as discussões travadas a partir da CAB foram tomando formas mais palpáveis e construindo uma herança para as organizações que anos mais tarde se formaram, ainda que a maneira como esta experiência é avaliada e incorporada seja seletiva e em graus diversos. A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* representa em diversos aspectos a materialização de muitas destas propostas de organização presentes na CAB. Fica explícito que as mesmas serviram como um norte para esta organização possibilitando a mesma a se estabelecer e manter-se de forma coesa até a atualidade. Estas propostas de organização por sua vez foram diretamente influenciadas pela experiência política objetiva da *Federação Anarquista Uruguaia*, que diferentemente da tendência que ocorreu aqui no Brasil de o movimento anarquista se dispersar em pequenos grupos culturais e de memória, ela

⁶⁶ FARJ. *Influências da FAU e Construção Anarquista Brasileira*. Disponível em: www.farj.org. Acesso em: 15 de julho de 2009.

manteve ações diretas de enfrentamento armado no conturbado período de extrema repressão militar naquele país.

A materialização da *Construção Anarquista Brasileira* se iniciou com a criação da *Organização Socialista Libertária* (OSL) a qual surgiu em julho de 1997 e se organizou em alguns estados do país, dentre eles no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Pará e no Rio Grande do Sul. Tal organização funcionava a partir dos moldes organizativos dos *círculos concêntricos bakunistas*, ou seja, os militantes possuíam poder de decisão de acordo com o nível de inserção que desejassem assumir no interior da organização. Esta metodologia de organização será mais adiante discutida de maneira mais aprofundada visto que é ainda hoje utilizada na *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*.

No caso do Rio de Janeiro já havia desde o início da década de 1990⁶⁷ um agrupamento denominado *Grupo Mutirão*, composto basicamente por militantes que atuavam no *Centro de Estudos Libertários* (CEL)⁶⁸ e eram responsáveis por um jornal de mesmo nome *O Mutirão - Periódico Anarquista*. Este jornal expressava em suas matérias uma tentativa de aproximação aos setores populares em luta. A admiração pelo processo de luta desenvolvido pelos Sem-terra fica explícita em várias matérias comentando suas ações assim como sobre as investidas dos capitalistas contra este setor em locais diversos do Brasil. Há também matérias mais gerais sobre a realidade do campo no Brasil, apresentando as injustiças e situação de indignidade sob as quais vive o proletariado nas áreas rurais.

É notável no desenvolvimento das matérias uma estrutura bastante semelhante que evidencia a angústia enfrentada pelos ativistas na época. Primeiro eles apresentavam a discussão foco do artigo, em geral ações de enfrentamento ou as reações de repressão promovidas contra os movimentos sociais. A seguir ofereciam uma reflexão sobre como deveria se configurar a sociedade almejada. Ao final, buscavam perceber na realidade que os circundava, indícios de avanço na consciência da

⁶⁷ O Ano provável de surgimento do jornal *O Mutirão* é 1991, digo provável pois em consulta às fontes, seus jornais só continham o mês de lançamento, como exemplo temos o primeiro exemplar arquivado do jornal - *O Mutirão - Periódico Anarquista, Julho/Agosto nº 3* – suas notícias são em geral referentes ao ano de 1991, mas não sabemos se os outros dois exemplares anteriores também foram lançados no mesmo ano.

⁶⁸ Posteriormente denominado Centro de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP), em homenagem ao ativista Ideal Peres nesta época ainda se chamava CEL.

população para edificar o Socialismo Libertário. Esta é uma constante nas matérias do *Mutirão*.

Desta tendência podemos perceber que seus ativistas estavam a todo tempo buscando respostas que conduzissem ao desenvolvimento de sua atuação política. Dentre as principais matérias era constante a questão do campo, pois se miravam naquela luta, a de ocupações rurais como exemplo a ser seguido, afinal representava um enfrentamento real, palpável, ao modelo de propriedade capitalista, e o avanço da organização de um setor do proletariado contra seus opressores. Além destas, eram também comuns notícias sobre processos de ocupação na Europa, o que novamente demonstra a simpatia daqueles ativistas por esta forma de luta, ou seja, a ocupação, matérias sobre o movimento Anarco Punk, do qual muitos dos ativistas do *Grupo Mutirão* eram adeptos, e também artigos sobre rádios comunitárias e mídia independente de um modo geral.

O notável é que estes são hoje os principais meios de inserção social dos socialistas libertários: as ocupações (a diferença é que há a predominância para as ocupações urbanas), os movimentos de mídia independente (este já se desenvolvia na década de 90 como é o caso do próprio *O Mutirão*, mas se expandiu através da Internet – principalmente com o *Centro de Mídia Independente, Indymedia* ⁶⁹ - e através de rádios comunitárias) e os movimentos de contestação contra-cultural como o Anarco Punk.

No que diz respeito ao *Grupo Mutirão*, este já começa a avançar na tentativa de inserção social em 1992 ao criar um coletivo autogestionário em Campo Grande⁷⁰ para sistematizar a ação naquela região. A partir então da *Construção Anarquista Brasileira* e da criação das organizações políticas para atuar no Movimento Social (as OSL's), e considerando o acúmulo prévio do *Grupo Mutirão*, este partiu para a realização de algumas ocupações “rururbanas” ⁷¹. Alguns anos depois, em 1997, realizam sua primeira ocupação de um prédio público no centro do Rio de Janeiro: a *Nova Canudos* na Rua Mem de Sá, 261. Nesta época, o *Grupo Mutirão* e a OSL já eram praticamente a mesma coisa, é como se o *Grupo Mutirão* se convertesse em OSL, ainda que mantendo

⁶⁹ Este é sem dúvida o exemplo maior de veículo de Mídia Independente criado a partir de coletivos identificados com o Socialismo Libertário. Falaremos dele mais adiante.

⁷⁰ Texto extraído de material datilografado para confecção do jornal *O Mutirão*, que data de 1992.

⁷¹ Ocupações Rururbanas são ocupações de terrenos em regiões de periferia.

o nome, conforme pode ser percebido nos documentos da época, no qual assinam *Mutirão/OSL*.

Em 1999 surgiu também a partir da *Construção Anarquista Brasileira* uma nova iniciativa, a *Resistência Popular* (RP). A proposta era aglutinar indivíduos que se identificassem com o Socialismo Libertário, concordassem com o programa da RP mesmo que não se autodenominassem anarquistas, de forma a se alcançar uma maior inserção social. O programa se resumia basicamente em internacionalismo, ação direta, poder popular, apoio mútuo e federalismo. Assim fundou-se no Rio de Janeiro a *Resistência Popular* em 18 de novembro de 2000. Diferentemente da *Organização Socialista Libertaria* (OSL), a *Resistência Popular* não tinha a pretensão de ser uma organização política no sentido de uma *Organização Específica Anarquista* ou uma *Organização Revolucionária Militante*⁷². Dessa maneira, foi formada, a partir do processo da *Construção Anarquista Brasileira*, para funcionar como uma espécie de “Braço Social”, ou seja, seria algo como um organização intermediária entre a organização política com unidade teórica, com um programa voltado para guiar a atuação a curto, médio e longo prazo e o movimento social. O seu programa no caso constituía mais uma espécie de sistematização dos princípios básicos aglutinadores responsáveis por guiarem aquele agrupamento para intervir no movimento social do que um programa propriamente dito.

A OSL, que em tese deveria corresponder à *Organização Específica Anarquista* se encerrou e desta maneira a *Resistência Popular* atuava sem vínculo direto com uma organização política naqueles moldes. A *Resistência Popular* se organizava dividindo-se em células regionais no caso do Rio de Janeiro ela se dividia em quatro células ou núcleos: Baixada, Rio, Niterói/São Gonçalo e Nova Friburgo. Estas células por sua vez enviavam delegações para o Secretariado. O Secretariado era um encontro de delegados de cada núcleo que se reuniam uma vez ao mês.

A dissolução da *Resistência Popular* ocorreu a partir de um racha entre os setores que compuseram o *Laboratório de Estudos Libertários* - LEL e seus opositores. O LEL foi um coletivo que surgiu em 1999 e passou a atuar no interior da RP. Apesar de, em tese, tal agrupamento ser um “coletivo de produção político-teórica”⁷³ somente,

⁷² Estes dois modelos de organização política são em verdade bastante próximos, a diferença básica é o fato de um reivindicar o Anarquismo e outro o Poder Popular.

⁷³ FAI. *Anarquismo é luta!* (07/11/2003) Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/green/2003/11/267403.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.

segundo seus antagonistas no interior da organização o mesmo apresentava um caráter “dirigista”. O LEL era como uma organização dentro da organização, por isso tiravam uma política própria e tinham por intenção levar suas posições para o interior da *Resistência Popular*. Como possuía ativistas em todos os núcleos, podia assim exercer certa hegemonia dentro da organização. No entanto muitos dos que compunham a RP e não estavam inseridos no LEL se opuseram a esta situação, considerando que estava ocorrendo uma espécie de burocratização. Segundo Jobson Lopes dos Santos⁷⁴, que foi ativista da *Resistência Popular*, o LEL estava atuando como um Comitê Central (CC) informal dentro da *Resistência Popular*. Daí se originou um conflito que gerou a extinção da organização em 2002. A partir de então seus ativistas formaram ou compuseram outros agrupamentos, em especial: *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, *Federação Anarquista Insurreição* (posteriormente denominada *União Anarquista Popular*) e *Frente de Luta Popular*.

Apesar de sua breve existência (de 2000 a 2002) a RP promoveu diversas realizações, para citar algumas, houve a atuação em alfabetização de adultos, criação uma biblioteca popular no Morro da Mineira no centro do Rio de Janeiro, ocupação de um terreno da igreja católica no Bairro da Saúde no Rio de Janeiro, atuação no Movimento Estudantil, criação do *Pré-vestibular Apoio Mútuo* em São Gonçalo e participação em diversos atos e manifestações como a crítica às celebrações dos 500 anos do Brasil em 2000⁷⁵.

O *Laboratório de Estudos Libertários*, LEL, agrupamento que também reivindicava as concepções e perspectivas de atuação política da *Federação Anarquista Uruguaia* (FAU), seguiu se organizando. Em 22 e 23 de março de 2003 realizaram o primeiro congresso da que veio a se chamar *Federação Anarquista Insurreição* (FAI). No entanto, a fundação da FAI só se tornou pública em 11 de julho de 2003, através de um “Ato de Lançamento” que ocorreu na *Universidade Estadual do Rio de Janeiro* (UERJ) e contou com a presença de outras duas organizações: A *Federação Anarquista Gaúcha* (FAG) e o *Coletivo Luta Libertária* de São Paulo.

⁷⁴ SANTOS, Jobson Lopes. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 16 de setembro de 2008.

⁷⁵ Podemos ainda hoje observar as inscrições e grafites da *Resistência Popular* na área externa do térreo do Bloco O da Universidade Federal Fluminense. Vale lembrar que foi também neste contexto que ativistas da *Frente de Luta Popular* realizam manifestações conjuntas com o setor de egressos do CGB e daqueles que se envolveram com o CCP.

Em pouco tempo a *Federação Anarquista Insurreição* (FAI) optou por mudar de nome para *União Anarquista Popular* (UNIPA), visto que tinham discordâncias com relação à prática que a *Federação Anarquista Ibérica* (FAI) desenvolveu durante a Revolução Espanhola. Durante algum tempo aquele coletivo desenvolveu trabalhos junto às ocupações e, através de seu “braço estudantil” atuou também na causa da moradia universitária e na luta contra a “máfia” dos transportes públicos. Atualmente a UNIPA tem atuação mais restrita ao sindicato dos professores.

O *Fórum de Luta pela Moradia*⁷⁶ foi um movimento de caráter autogestionário que surgiu na *Universidade Federal Fluminense* em outubro de 2002 para lutar pela construção da moradia universitária. Era estruturado de maneira horizontal em contraposição ao modelo de cúpula do Diretório Central dos Estudantes da UFF e foi responsável por diversas ações de contestação.

Além da participação no *Fórum de Luta pela Moradia*, a *Ação Direta Estudantil* também esteve a frente, ainda em 2003, de um movimento contra as altas tarifas do transporte público, realizando manifestações altamente combativas nas Barcas de Niterói, e também passeatas junto aos estudantes da rede pública de ensino no Rio de Janeiro contra a cassação do passe-livre.

Após o fim do *Fórum de Luta pela Moradia*, a ADE foi paulatinamente reduzindo numericamente em termos de militantes e em ações efetivas. Muitos de seus ativistas se formaram e alguns deles após isto passaram a atuar na *União Anarquista Popular* (UNIPA). Atualmente a *Ação Direta Estudantil*, ainda que com um número bastante reduzido de militantes, se mantém ativa. Participaram das mobilizações grevistas em 2005 e tentaram rearticular um movimento contra as altas tarifas do transporte público em 2007, mas sem muito êxito. Além disso, participaram juntamente com o *Acampamento Maria Júlia Braga* em momentos de grande efervescência, tais como passeatas e piquetes, mas não atuaram junto a este movimento em caráter mais permanente. É possível afirmar que há na *Ação Direta Estudantil* uma preferência pela atuação política em momentos de enfrentamento direto, no entanto, ações contínuas são negligenciadas.

Como dito anteriormente, a *Ação Direta Estudantil* contou com um contexto que foi em parte favorável a sua fundação, que era o ascenso do *Fórum de Luta pela Moradia* e a popularidade do *Coletivo de Estudos Libertários Domingos Passos*, um

⁷⁶ Suas principais ações políticas serão comentadas no segundo capítulo.

grupo de estudos inaugurado em novembro de 2001 na Universidade Federal Fluminense. Mesmo que não tenha sido o mais longínquo e mais relevante grupo de estudos, o qual é sem dúvida o *Centro de Estudos Libertários Ideal Perez*, o *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* cumpriu, sem dúvida, um importante papel em termos de formação política para a luta social.

Este grupo de estudos funcionava no espaço da antiga sala de Oficina de Ciências Sociais, na época em poder dos estudantes de Ciências Sociais, hoje Centro Acadêmico de História. Nesta pequena sala, ao lado da “Xérox da Família”, de 2001 a 2003, o *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* se reuniu durante todas as quartas-feiras das dezoito horas até por volta das vinte uma ou vinte e duas horas para discutir temas relacionados ao Anarquismo e à conjuntura política nacional e internacional. Principalmente no ano de 2003 o espaço foi bastante freqüentado, muitas vezes mais de vinte pessoas participavam das reuniões, não cabendo todos no interior da sala, o que os levava a assistir às exposições dos temas e participar dos debates a partir do lado de fora. O grupo era gerido através de reuniões mensais nas quais eram definidas as temáticas, os textos que seriam discutidos e quem se propunha a apresentá-los. Funcionava a partir de um regulamento básico, a Carta de Princípios, livremente estabelecido e horizontalmente deliberado no ano de 2002.

Em 2003, como afirmado anteriormente, ocorria a crise interna da *Resistência Popular* devido às críticas às tendências do *Laboratório de Estudos Libertário* (LEL) de operar como direção da organização. Esta crise se estendeu também ao *Coletivo de Estudos Libertários Domingos Passos*, do qual participavam ativistas vinculados ao *Centro de Estudos Libertários Ideal Perez* (CELIP) e que se inseriram na criação da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* (FARJ) assim como aqueles que ligados ao LEL formaram a *Federação Anarquista Insurreição* (FAI), hoje *União Popular Anarquista* (UNIPA). Estes últimos participaram na Universidade Federal Fluminense da criação naquele contexto da *Ação Direta Estudantil* (ADE), que veio a se tornar braço estudantil da FAI e é hoje da UNIPA.

O conflito se deu devido à discordância de uma parcela significativa dos ativistas do *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos*, principalmente os mais antigos, em romper com o estabelecido em sua metodologia de funcionamento do espaço, ou seja, que mensalmente fosse feita uma reunião para definir o funcionamento das demais reuniões conforme estabelecido na *Carta de Princípios*. Isto se deu quando

os militantes da recém criada *Ação Direta Estudantil* e depois da *Federação Anarquista Insurreição* fizeram uma proposta de que uma reunião por mês fosse reservada a eles, o que foi negado pela maioria dos integrantes do coletivo. Como represália, os membros daquela organização, dentre os quais havia estudantes de Ciências Sociais ligados ao centro acadêmico e ao *Projeto de Oficina de Ciências Sociais*, efetivaram a expulsão do *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* em novembro de 2003.

Depois desta expulsão o grupo de estudos passou a funcionar na sala do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC) vinculado ao Departamento de História da UFF, lá funcionou até 2005 quando, após a saída, por motivos de ordem pessoal, de alguns militantes que se colocavam mais a frente na organização do coletivo, o mesmo foi se enfraquecendo, se esvaziando até parar por completo. No entanto, em 2007, ativistas do *Acampamento Maria Júlia Braga* (AMJB) e próximos a este movimento que também tiveram participação no *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* decidiram reativá-lo, mas as dificuldades impostas pela falta de infra-estrutura do espaço do movimento - um acampamento – dificultaram a regularidade dos encontros do coletivo. Os membros mais antigos do *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* participaram de uma reunião de reativação e entregaram também os documentos e textos antes utilizados. No entanto, após a inserção de um membro da *Frente de Luta Popular* (FLP) no AMJB, antigos ativistas do *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos* por terem tido conflitos com tal ativista no passado passaram a manifestar oposição à manutenção do antigo nome do grupo de estudos nesta nova iniciativa, o que levou ao seu encerramento por definitivo.

Ainda no meio estudantil surgiu no início de 2005 ⁷⁷ o *Movimento da Educação Libertária* (MEL) com a proposta de aglutinar estudantes universitários para, organizados, poderem transpor a distância entre a universidade e os movimentos sociais, em especial os movimentos sociais urbanos. Foram estimulados por um cenário de mobilização política que entendiam como favorável:

(...) só no Rio, em 2 anos, houve mais de 5 ocupações sem-teto, reunindo mais de 400 famílias que massacradas e humilhadas pelo sistema capitalista, resolveram assumir por si próprias a frente de suas lutas e reivindicações, entendendo que os governos e partidos políticos não servem

⁷⁷ Não foi possível encontrar registros que informem de maneira precisa a data de fundação do MEL.

*como apoio às suas lutas pois só buscam submetê-los aos seus interesses políticos eleitorais.*⁷⁸

Desta maneira estabeleceram seu principal objetivo, ou seja, “(...) construir um movimento que não se limita ao meio estudantil e que visa transformar a educação através de uma união entre os estudantes e os trabalhadores”.⁷⁹

No ano anterior a sua fundação, ocorreu a *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, que obteve bastante visibilidade. Naquele ano foi a vez da *Ocupação Zumbi dos Palmares*, na qual o MEL atuou como apoio. Além destas ocupações que foram principalmente organizadas pela *Frente de Luta Popular*, este coletivo também apoiava ocupações em que a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* atuava inserida na *Federação Internacionalista dos Sem-teto* (FIST). Eram elas: a Ocupação Vila da Conquista, Nelson Marinho (que juntas formam um complexo) e Olga Benário.

Este trabalho junto com outros agrupamentos demonstrava a simpatia daquele coletivo por ambas as organizações, evidenciada na preparação da *Ocupação Quilombo das Guerreiras* na qual todos estes setores atuaram conjuntamente, ainda que, conforme veremos no segundo capítulo tal aliança tenha se rompido no meio do processo.

O MEL em 2006 passou por uma crise interna fruto de divergências acerca de como o coletivo deveria seguir se organizando e realizando suas ações. Havia aqueles que desejavam refletir mais profundamente sobre a ampliação do norte estratégico, havia alguns que consideravam pouco dialógica a relação com os moradores da ocupação, em resumo, muitas questões eram levantadas e não foram capazes como coletivo de debater e solucionar estes pontos polêmicos a fim de manterem-se como organização. Após a desarticulação do MEL, parte de seus militantes abandonaram o ativismo, e outra parte aderiu à *Frente de Luta Popular*.

⁷⁸ MEL. *Ocupe a sua Escola e a sua Universidade*. (14 Mar. 2005) Disponível em: <http://www.ainfos.ca/05/mar/ainfos00249.html>. Acesso em: 14 ago. 2009.

⁷⁹ IDEM

3. Federação Anarquista do Rio de Janeiro: formação e composição política.

Do acúmulo de algumas destas experiências libertárias surgiu, em 2003, a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* (FARJ), a qual agregou grande parcela dos ativistas do *Centro de Estudos Libertários Ideal Perez*, alguns egressos também da *Resistência Popular* e membros do *Coletivo de Estudos Anarquistas Domingos Passos*. Já contava na época com um informativo bastante conhecido, o *Libera*, que de informativo do CELIP passou a ser informativo da FARJ, tinham também, desde 18 de novembro de 2001 uma biblioteca por eles administrada, a *Biblioteca Social Fábio Luz*. Na época em que foi fundada era uma sala da antiga *Associação Baiana de Beneficência*, cedida por um senhor que administrava o local. No entanto, após tentativa de expulsão da biblioteca, em 2003, por este mesmo administrador os ativistas negociaram com ele a ocupação definitiva e total da *Associação Baiana de Beneficência*, a qual deu lugar ao *Centro de Cultura Social* que passou a dividir o espaço com o *Núcleo Luz do Sol* (uma organização não-governamental – ONG - que desempenha atividades beneficentes) ⁸⁰.

Logo no início a recém criada organização já podia contar com um espaço de convivência e de organização das atividades, o *Centro de Cultura Social*, localizado em Vila Isabel, na Rua Torres Homem, nº. 790:

*Em setembro de 1991 o CCS-RJ havia sido registrado em cartório pelos companheiros do Círculo de Estudos Libertários (CEL) – hoje Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres (CELIP) – e tinha por objetivo o desenvolvimento de projetos. No entanto, apenas agora, em 2004, o registro do CCS-RJ foi atualizado e sua fundação efetivamente realizada no dia 18 de setembro. “O objetivo do CCS-RJ é servir como um espaço comunitário, onde sejam desenvolvidos projetos culturais, de ensino, de geração de renda e de apoio e incentivo aos movimentos populares” explica um dos membros do grupo.*⁸¹

Para gerir o espaço, a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* que trabalha com a divisão em frentes, criou sua primeira frente, a *Frente Comunitária*. Os trabalhos desta frente estão centrados principalmente na organização da *Biblioteca Social Fábio*

⁸⁰ Trata-se de uma organização de caráter religioso, cardecista, e que promove ações de caridade, assistencialistas, sem qualquer véis político de enfrentamento direto à ordem social estabelecida.

⁸¹ CORREA, Felipe. “O Centro de Cultura Social no Rio de Janeiro”. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/01/301861.shtml> Acesso em 12 de agosto de 2008.

Luz⁸², do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, da oficina de reciclagem e atividades culturais no *Centro de Cultura Social*.

A partir da biblioteca foi criado também o *Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*, voltado para a pesquisa sobre a memória e história dos anarquistas no Brasil. Os frutos deste trabalho são divulgados no informativo *Emecê*, que conta também com publicações de intelectuais que, mesmo não sendo ativistas, têm interesse no resgate da memória sobre o movimento anarquista. Além disto, reativaram também a seção brasileira do *Centre de Recherches sur l'anarchisme* (CIRA), um centro de pesquisas internacionais que estava inativo desde 1968 quando foi encerrado por perseguição do governo militar.

É também um dos trabalhos da *Frente Comunitária* a oficina de reciclagem. A frente desta atividade está o ativista Berimbau que com garrafas pet, jornais e outros materiais recicláveis produz cadeiras, mesas, enfeites e muitos objetos úteis.

Além da *Frente Comunitária* a FARJ também se divide em uma *Frente de Movimento Sem-teto* e a *Frente Anarquismo e Natureza*. A *Frente de Movimento Sem-teto* é fruto da iniciativa da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* de buscar inserção social junto aos setores mais oprimidos na sociedade capitalista. No ano de sua fundação, em 2003, seus ativistas já estavam atuando junto à *Ocupação Vila da Conquista* em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. A partir desta ocupação ocorreu uma aproximação principalmente com o advogado André de Paula, egresso do *Coletivo Gregório Bezerra* e que compunha a *Frente dos Comunistas Sem-Partido*, e estes laços foram se estreitando no trabalho conjunto nesta e outras ocupações, isto possibilitou a formação da *Frente Internacionalista Sem-teto* (FIST) em 2005:

Os trabalhos iniciaram-se na ocupação Vila da Conquista e logo se estenderam para as ocupações Olga Benário, Margarida Maria Alves e Poeta Xynayba (...). Para nós, era importante a fundação de uma frente que pudesse agregar as ocupações, proporcionando um laço de solidariedade entre elas. Foi assim que nos juntamos à Liga dos Comunistas Sem Partido (LCSP) e, junto com as ocupações com as quais trabalhávamos, fundamos a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), em 2005.⁸³

⁸² A *Biblioteca Social Fábio Luz* possui em seu acervo obras raras, livros clássicos do Anarquismo, obras como de Malatesta, Bakunin, Kropotkin e outros; além disso, também possui panfletos, outras produções de organizações libertárias mundo a fora, livros e filmes críticos com temáticas variadas. Atualmente funciona nos sábados de 9h da manhã até às 17h da tarde, e teve seu espaço expandido para mais uma sala.

⁸³ FARJ. “Nosso trabalho com as Ocupações e a FIST”. *A-Infos*. Disponível em: <http://www.ainfos.ca/07/dec/ainfos00244.html>. Acesso em: 15 Mai. 2009.

Conforme apresentado pelos próprios ativistas no documento “Nosso trabalho com as Ocupações e a FIST” disponibilizado no *site* A-Infos⁸⁴, assim como no seu informativo *Libera*, a atuação na *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* nas ocupações se dava mais no sentido de formar politicamente e auxiliar na manutenção e organização das ocupações já existentes do que promover novas ocupações. Nisso ela se distingue bastante da *Frente de Luta Popular* e sua atuação em ocupações. Da parte da *Liga dos Comunistas Sem Partido* era fornecido principalmente auxílio jurídico aos movimentos sociais.

No entanto, a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* e a *Liga dos Comunistas Sem Partido* tiveram divergências sobre o foco da ação política da FIST, e por isso a FARJ se retirou daquela organização em dezembro de 2007, mas manteve sua atuação junto a algumas das ocupações com as quais se envolveram. A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* atribuiu aos *Comunistas Sem Partido* uma excessiva valorização da atividade jurídica acima da questão da formação política e dos objetivos de longo prazo oriundos desta atuação:

*O apoio jurídico, dado pela LCSP às ocupações, teve sempre um lugar fundamental na FIST. Sem este apoio, é inegável que qualquer trabalho com as ocupações seria muito mais difícil, já que a luta entre proprietários e ocupantes passa, necessariamente, por uma burocracia jurídica que, se não tiver apoio técnico e competente, pode colocar tudo a perder. No entanto, nossa posição sempre foi que o apoio jurídico, assim como todos os ganhos de curto prazo, não deveria se sobrepor ao trabalho político, voltado aos objetivos de longo prazo.*⁸⁵

Após o rompimento com a FIST a *Frente de Movimento Sem-teto* da FARJ optou por tocar sua luta junto ao *Movimento dos Trabalhadores Desempregados* (MTD). Tal movimento se encontrava desarticulado no estado do Rio de Janeiro e a FARJ entrou para contribuir para a retomada daquela iniciativa, que tem a questão do trabalho como foco de sua ação e engloba também o movimento pela moradia visto que a grande maioria dos sem-teto é também desempregada. Atuam em diversas favelas cariocas criando núcleos do movimento e se propõem a auxiliar nas ocupações urbanas, tal como ocorreu na ocupação *Guerreiros do 510*.

⁸⁴ IDEM.

⁸⁵ IDEM.

A outra frente da FARJ, e a mais nova delas é a *Frente Anarquismo e Natureza*, criada como frente em 2008, ainda que suas atividades já se desenvolvessem no *Núcleo de Alimentação e Saúde Germinal*. Esta frente tem por objetivo contribuir para o debate a respeito da questão ecológica em marcos diferentes daqueles hegemônicos no capitalismo. A crítica à degradação ambiental por eles desenvolvida percebe no modelo de exploração capitalista a causa deste fenômeno que para ser solucionado implica a criação de relações sociais distintas que neguem a exploração do homem pelo homem.

Esta frente visa debater e apresentar propostas para uma alimentação mais saudável e ecológica, propondo a produção e consumo de produtos agroecológicos. Suas principais atividades desenvolvidas até então foram oficinas sobre agricultura ecológica, mutirões para cultivo, almoços vegetarianos (que servem ao mesmo tempo de propaganda e fonte de renda para o movimento), busca de um constante intercâmbio com os trabalhadores do campo e a prática de agricultura urbana desenvolvida principalmente nas ocupações através das hortas.

Essa estrutura organizativa criada pelos militantes agrupados na *Federação Anarquista do Rio de Janeiro*, ao contrário da *Frente de Luta Popular*, também se traduz em maior preocupação com a formalização de seus fóruns deliberativos. A instância máxima de deliberação é uma reunião geral, mas, em função de sua organização em três frentes para abarcar as áreas de atuação política que a organização considera estratégicas para o avanço do Socialismo Libertário, cada uma das frentes possui sua dinâmica própria de reuniões, normalmente semanais ou quinzenais, das quais participam apenas os que nela atuam. E, mensalmente nas reuniões gerais da organização, são compartilhadas e discutidas as experiências de todas as áreas de atuação da FARJ e deliberam sobre as questões pertinentes.

Ainda com relação à estrutura interna da organização vale lembrar que a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* utiliza o modelo dos círculos concêntricos, uma proposta de Bakunin para as organizações anarquistas. Considerando que em torno de qualquer organização há, em geral, a participação de pessoas em diferentes níveis, a proposta dos círculos concêntricos é a de formalizar estes níveis de atuação a fim de que cada um possa atuar e deliberar no interior da organização de acordo com o que deseja efetivamente assumir de compromisso. Assim a FARJ justifica a utilização dos Círculos Concêntricos:

Os círculos concêntricos têm por objetivo proporcionar um lugar claro para cada um dos militantes e simpatizantes da organização. Além disso, buscam facilitar e potencializar o trabalho social da organização anarquista; e finalmente, estabelecer um fluxo para a captação de novos militantes.⁸⁶

A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* possui três níveis de atuação: os militantes plenos, os militantes e os apoios. Os militantes plenos, conforme o próprio nome diz, correspondem àqueles militantes que estão atuando organicamente na organização; os militantes são aqueles que fazem parte da organização mas que por algum motivo participam nela com menor regularidade, e o apoio é composto por ativistas independentes que tem simpatia pela FARJ e desejam contribuir em alguma de suas atividades:

[O nível do Apoio] busca agrupar todas as pessoas que possuem afinidade ideológica com o anarquismo.⁸⁷

(...) a instância de apoio possui a importante função de auxiliar a organização anarquista a colocar em prática as suas atividades, buscando aproximar os interessados. Esta aproximação tem como objetivo futuro que alguns destes militantes de apoio tornem-se militantes da organização. A organização específica anarquista aproxima o maior número possível de militantes de apoio e, no trabalho prático, identifica aqueles que se interessam em entrar na organização e que possuem um perfil adequado para a militância.⁸⁸

As pessoas podem mudar de nível de atuação no interior da FARJ dependendo da sua disponibilidade e vontade de integração, ainda que esta mudança não seja automática. A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* justifica que a idéia de utilização dos círculos concêntricos não visa estabelecer uma hierarquia entre os diferentes níveis de participação mas, tão somente, envolver cada participante na decisão sobre as questões e atividades nas quais de fato se encontra inserido:

Um militante de apoio, que frequenta as atividades uma vez por mês e faz contribuições esporádicas, por exemplo, não pode deliberar sobre regras ou atividades que terão de ser cumpridas ou realizadas diariamente, visto que ele estará deliberando algo muito mais para os outros militantes do que para si mesmo.⁸⁹

⁸⁶ FARJ. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo, Faísca, 2009, p.142.

⁸⁷ FARJ. *Anarquismo Social e Organização*, op. cit., p. 144.

⁸⁸ IDEM, p. 145.

⁸⁹ IDEM, p. 147.

No entanto, a passagem dos militantes a outros níveis é aprovada/definida pelos militantes plenos, que são os mais antigos, e que também estabeleceram/estabelecem os critérios para tal mudança de posição, o que revela, de certa maneira que há em algum nível uma hierarquia decisória. Afinal, um militante de apoio ainda que disposto a participar intensamente de todas as atividades da organização não se converte automaticamente em militante pleno e assim não possui poder de deliberação sobre todas as atividades da organização, pois antes “a organização identifica aqueles que (...) possuem um perfil adequado para a militância”⁹⁰. Logicamente que o perfil adequado deve ser coerente com os princípios estabelecidos pela organização, que são princípios autogestionários, mas isso não anula a hierarquia entre níveis, afinal, quem vai avaliar qual o perfil adequado e se o militante o possui são os ativistas da organização.

4. Acampamento Maria Júlia Braga - O Quilombo do Século XXI: formação e composição política

É de conhecimento geral que as universidades no Brasil, com destaque para as “públicas”, são espaços de ensino reservados a uma parcela ínfima da sociedade brasileira. A barreira do vestibular serve como um funil que seleciona para o interior das universidades e, de maneira ainda mais intensa, para os cursos com maior reconhecimento social e de mercado, os estudantes cujos familiares puderam pagar por um bom preparatório para aquele exame. Desta maneira, o estudante de escola pública fica *a priori* excluído, salvo poucas exceções (ampliadas atualmente pelas políticas de Ações Afirmativas), de adentrar instituições de ensino superior “públicas”. Além disso, ainda que estes grupos, majoritários na sociedade e minoritários no “microcosmo” da universidade “pública” tenham obtido êxito no vestibular, manter-se na universidade é outra dificuldade. Os cursos, em geral, não são voltados para o estudante que trabalha, afinal este não é o perfil predominante nessas instituições. Por isso, e devido à insuficiente política de assistência estudantil, as taxas de evasão são altíssimas (no caso

⁹⁰ FARJ. *Anarquismo Social e Organização*, op. cit., p. 145.

da Universidade Federal Fluminense os índices chegam a 45%, revelando-se possivelmente a mais elitista das universidades “públicas” no estado⁹¹).

A dificuldade para pessoas de origem proletária avançarem nos estudos formais já era, na primeira metade do século XX, percebida por Maria Júlia Braga, proprietária de um casarão que promovia por conta própria a hospedagem de estudantes pobres na cidade de Niterói, os quais, muitas vezes, vindos do interior do estado não tinham como viver nesse município sem essa ajuda. Em seu testamento, tal senhora, na ausência de herdeiros, entregou a propriedade ao governo do Estado do Rio de Janeiro, de forma a servir de abrigo aos estudantes que assim necessitassem: surgiu então, em 1949, a *Casa do Estudante Fluminense* (CEF).

Diversos foram os ataques sofridos pelos moradores daquele espaço durante o período do regime militar, visto que muitos estudantes se opunham ao regime. Muitas foram as tentativas de acabar com a *Casa do Estudante Fluminense*, a qual era atacada e estigmatizada para assim justificarem seu fechamento.

No entanto, foi apenas no ano de 2006, que o governo de Rosinha Garotinho realizou uma expulsão de vinte e três residentes na *Casa do Estudante Fluminense*. Tal expulsão ocorreu pois os estudantes se negaram a aceitar exigências absurdas do Estado manifestadas num estatuto que, por exemplo, proibia reuniões religiosas ou políticas dentro do prédio, proibia quaisquer visitas aos residentes, expulsava residentes que contraíssem alguma doença infecto contagiosa ou distúrbio psicológico, dentre outras arbitrariedades⁹². Uma parcela dos estudantes que se negou a aceitar a imposição de tal estatuto, compunham um coletivo denominado *CEF em Luta*.

O *Acampamento Maria Júlia Braga – o Quilombo do Século XXI* - surgiu então como fruto direto da expulsão dos estudantes da *Casa do Estudante Fluminense* em 4 de abril de 2006. Desalojados, acamparam na calçada em frente à *Casa do Estudante*

⁹¹ Na informalidade tem se apelidado a UFF de PUC das Federais, visto que ela tem se constituído como a universidade “pública” que atrai um perfil de estudante universitário oriundo de famílias mais abastadas.

⁹² BRUNET, Daniel. “Despejo na Casa do Estudante”. Niterói: *O Fluminense*, 05 de abril de 2006: “Um oficial de Justiça cumpriu ontem a ordem de despejo de 21 universitários e vestibulandos que moram na Casa do Estudante Fluminense (CEF) em Niterói. De acordo com a Justiça, que acatou uma liminar do Governo do estado – responsável pela CEF -, o grupo descumpriu alguns artigos do estatuto da Casa(...) Eles citam o parágrafo 3 do artigo 14 que autoriza ao diretor da CEF retirar da residência o morador que possui doença infecto-contagiosa e ou distúrbio mental. (...) Outro ponto do documento que desagrade os moradores da CEF é a proibição de realização de qualquer culto religioso ou organização política nas dependências da casa.”

*Fluminense*⁹³, depois no gramado do jardim da reitoria da *Universidade Federal Fluminense* e após uma tempestade que destruiu seus barracões, passaram a ocupar o saguão da reitoria da UFF⁹⁴. Lá ficaram quase um mês, partindo em seguida para o Campus do Gragoatá⁹⁵, visando assim, uma aproximação com os demais estudantes.

Durante toda a sua existência, o *Acampamento Maria Júlia Braga* teve de enfrentar o preconceito e a discriminação não apenas dos altos funcionários da universidade como até mesmo de estudantes que mesmo oriundos do proletariado vêem a universidade como sua possibilidade de ascensão e não querem ser identificados com aqueles que para eles representam “o grupo dos perdedores”.

Desta maneira, o *Acampamento Maria Júlia Braga* foi desde o início um movimento de minoria no meio estudantil, mas que, em sua prática extremamente radicalizada, revelou uma série de mazelas da universidade “pública” brasileira. Além disso, herdeiro de lutas autogestionárias como foi o caso *do Fórum de Luta pela Moradia*, que surgiu em 2003, na Universidade Federal Fluminense, atraiu a simpatia de indivíduos e coletivos que possuíam identificação com o Socialismo Libertário.

Promoveu uma ocupação em condições extremamente precárias por quase dois anos. Tal ocupação consistia basicamente em um acampamento, com cozinha e área de convivência improvisadas no gramado do Campus do Gragoatá, da Universidade Federal Fluminense. Foi também protagonista da ocupação de seis meses da reitoria da UFF iniciada em 23 de abril de 2007 e por se contrapor explicitamente a ordem dominante na universidade foi alvo de duas ações judiciais de reintegração de posse. A primeira ocorreu em 24 de outubro de 2007, referente ao prédio da reitoria. A segunda, em 1º de fevereiro de 2008, foi o despejo do acampamento no campus do Gragoatá. Mesmo após essa expulsão parte de seus ativistas permaneceram organizados e

⁹³ “Universitários expulsos acampam em frente à CEF”. Niterói: *A Tribuna*, 6 de abril de 2006, p. 4.

⁹⁴ “SEM-TETOS” invadem a UFF. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, 18 de abril de 2006, Caderno Geral-Polícia, p. 4: “Estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que estavam acampados desde o dia 7 nos jardins da reitoria da universidade, em Icaraí, Niterói, mudaram o acampamento para o saguão do prédio. A mudança foi necessária depois que a forte chuva que caiu sobre a cidade, ontem, destruiu várias barracas de 21 universitários que haviam sido despejados pelo Governo do Estado da Casa do Estudante Fluminense (CEF)”.

⁹⁵ DESPEJADOS à espera de abrigo. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, 28 de abril de 2006, Caderno Geral, p. 6: “A saga dos alunos despejados da Casa do Estudante Fluminense (CEF) teve mais dois episódios nesta semana. No último dia 25, eles desocuparam o saguão do prédio da reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF) e armaram suas barracas nos jardins ao lado do edifício, em Icaraí. Na tarde de ontem, os estudantes mudaram novamente o acampamento de lugar. Desta vez se alojaram em frente ao bandeirão da UFF no campus do Gragoatá.”

atualmente encontram-se, em número bastante reduzido, no prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), apesar da oposição da direção.

Analisando as organizações é possível perceber que possuem maneiras distintas de estabelecer sua metodologia de organização, que restringem de certa forma a espontaneidade do indivíduo, mas que não implica, por outro lado, no estabelecimento de uma autoridade sobre ele. O *Acampamento Maria Julia Braga*, da mesma maneira que a *Frente de Luta Popular*, possuía um fórum geral de deliberação. As principais diferenças dizem respeito justamente à relação ativista-organização e à metodologia de funcionamento. No caso deste coletivo a lógica é inversa, a partir de uma discussão no interior da organização, estabelecem os projetos a serem desenvolvidos e delegam aos seus membros a realização de determinadas ações. Assim, é inegável que há maior controle da organização sobre o desenvolvimento e resultados do projeto, já que a espontaneidade e o imprevisto são bastante limitados para evitar algum erro.

Em termos de metodologia, para garantir que tudo seja intensamente debatido e analisado por todos, nas reuniões do *Acampamento Maria Julia Braga* era utilizada a “rodada”, na qual todos têm sua vez de falar, com contagem de tempo de fala. Consiste em, organizados em roda, a fala vai passando de um a um, com tempo rigidamente cronometrado, possibilitando a todos falar uma vez por turno. Esta metodologia se revela ao mesmo tempo bastante democrática e estimulante, pois facilita a expressão daqueles indivíduos que dificilmente falariam se tivessem que pedir para se inscreverem. Essa foi, portanto, uma prática bastante inovadora do *Acampamento Maria Júlia Braga* e que é em geral positiva, apesar de por vezes alongar as discussões. As deliberações são feitas por “consenso”, ao qual se busca chegar ainda que demande muito tempo de discussão, ao final o “consenso” é alcançado quando uma das partes se convence de fato do outro argumento ou abre mão de sua posição para manter a unidade.

Em termos do conteúdo das reuniões, além de discutir os princípios e as táticas do movimento, as falhas e possíveis contradições das práticas dos indivíduos no *Acampamento Maria Júlia Braga* eram discutidas até a exaustão. Se por um lado isso servia para dirimir problemas por outro era bastante desgastante para muitos, tanto fisicamente como psicologicamente. Mas, o movimento de um modo geral, optou por dar prosseguimento a essa prática, pois avaliaram que a coerência com a prática política que defendiam deveria estar embasada numa crítica constante a quaisquer desvios que

ocorram no decorrer do processo. Nesse sentido afirmavam, primeiramente, o enfoque no caráter qualitativo da formação política e ações do movimento sobre o quantitativo, e referenciavam-se na seguinte citação de Maquiavel como norte de sua crítica constante e por vezes excessiva:

E ocorre aqui, aquilo que diz o físico do tísico, que no princípio de sua doença é fácil curar e difícil reconhecer, mas, com o passar do tempo, não sendo reconhecida no princípio nem medicada a tempo, torna-se fácil reconhecê-la e difícil curá-la. Assim ocorre nas coisas do Estado: porque, reconhecendo com antecedência - o que não é tributo senão de um homem prudente - as doenças que nascem nele rapidamente se curam, mas quando deixam que ela cresça por não a terem reconhecido, de modo que todos passam a reconhecê-la, não tem mais remédio.⁹⁶

5. Socialismo Libertário e organização

Somos combatentes de uma grande guerra. Todos os combatentes se “entendem” mutuamente para combater, assumem “compromissos”, sem os quais não pode haver unidade de ação. Quem se “entende” com outros já não é senhor da sua vontade integralmente, prendeu-a por alguns fios ao acordo firmado. Se desfaz os fios, rompe o acordo, se “desentende, desiste do combate comum”, foge à luta, se furta aos companheiros.

José Oiticica

A partir da observação crítica das experiências desenvolvidas pelos diversos agrupamentos que reivindicam os princípios do Socialismo Libertário, percebemos que uma das questões fundamentais para avançar politicamente em suas lutas, é pensar maneiras de se organizar e agir coerentes com os objetivos estratégicos, ou seja, que não reproduzam o modelo burguês de organização e ação.

O que torna um agrupamento de indivíduos capaz de ultrapassar o grito e partir para uma ação mais efetiva de confrontação à ordem, o que inclusive os permite se manter “gritando” sem aderir ao caminho “mais fácil” de adequação ao que está posto, é a capacidade deste se organizar para materializar estas vontades coletivas que precisam tomar a forma de um projeto comum.

⁹⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Hedra, 2009, p.45.

No entanto, a construção da autogestão social é um grande desafio, sua paulatina edificação passa por um amplo e constante processo de superação de dificuldades e contradições. Como observado no início do capítulo, por conta destas dificuldades, muitos estigmas são lançados contra os partidários da autogestão tais como o da desorganização, da ineficiência e da indisciplina. O insucesso de alguns coletivos nesta empreitada tem sido utilizado como instrumento para aqueles que desejam combater tal projeto, mas o fato é que as experiências bem-sucedidas de autogestão jogam por terra a idéia de que ela é inaplicável. As experiências de outros movimentos e organizações que no passado buscaram edificar tal modelo horizontal de organização política servem como exemplos, mas não como modelos que podem ser copiados. Por mais que o modelo zapatista, por exemplo, inspire profundamente a atual geração de ativistas, a realidade complexa de cada lugar e tempo imprime a cada coletivo a necessidade de pensar formas específicas de organizar sua luta.

Desta maneira, no percurso de análise foi de fundamental importância observar essas formas específicas pelas quais os agrupamentos socialistas libertários contemporâneos se organizam, seus métodos e sua estrutura organizativa interna. A extrema valorização da horizontalidade em oposição à verticalidade comum às organizações partidárias burocráticas, que se pautam pelas estruturas de cúpula e pela idéia de direção, não é apenas uma opção teórica de socialismo, mas sim uma prática política desenvolvida no dia a dia das organizações com todas as possíveis contradições e dificuldades que a experiência objetiva das lutas pode revelar.

O primeiro elemento que precisamos observar ao pensarmos uma organização política, e que irá distinguir libertárias de outras tendências, inclusive socialistas, diz respeito aos espaços políticos de deliberação. A pergunta a se fazer é: como e quem delibera sobre o que? Para responder a esta pergunta, procurei observar o exemplo direto das organizações aqui estudadas.

No caso de todas as organizações estudadas no decorrer desta pesquisa, podemos perceber que, apesar de suas diferenças, há em todas elas uma enorme resistência a estabelecer qualquer autoridade descolada da base do movimento/organização. Essa resistência se dá no estabelecimento dos fóruns de decisão, na relação do indivíduo ativista com a organização, no estabelecimento de uma metodologia própria de funcionamento, dentre outras práticas.

O problema do financiamento das organizações políticas e dos Movimentos Sociais está colocado para a esquerda como um todo e é cada vez mais dramático. No caso da grande maioria dos movimentos socialistas libertários, como veremos a seguir, apesar das iniciativas de auto-financiamento, ainda dependem também, em certa escala, de recursos oriundos dos sindicatos, aos quais pedem auxílio.

Ainda assim, os socialistas libertários optaram por se inserir nas lutas dos desempregados, dos sem-teto, camelôs, favelados, e cobram da esquerda de um modo geral o comprometimento com esse setor.

Conforme Alexandre Samis, o afastamento faz-se tão notável que leva a alguns dirigentes sindicais a não se verem mais como militantes de um movimento social:

(...) Uma representante do ANDES disse: “Ai que bom que nós dos Sindicatos estamos juntos com vocês do Movimento Social!”. Isso foi uma fala, pra mim, ultra-sintomática! O sindicato no início do século XX, ele era Movimento Social (...).⁹⁷

Mas não é toda a esquerda que ignora a favela, ainda que este seja uma tendência principalmente dos setores mais ortodoxos. A maneira como isto se dá, no entanto é distinta. Em geral esta diferença é fruto da concepção política marxista-leninista da vanguarda, pois a atuação deste setor no movimento social se dá através da inserção e formação de quadros para servirem de representantes das suas áreas de atuação. A outra maneira ainda mais comum de inserção, no caso da esquerda mais reformista, é a de aproximação com fins eleitorais, buscando reconhecer as demandas das comunidades ou grupo social e apostando na disputa institucional. Os socialistas libertários apostam em atuar lado a lado com o movimento, sem distinguir base e direção, para assim demandarem, em geral através de ação direta, a solução dos problemas que os afligem.

6. Formas de financiamento dos movimentos e organizações

As organizações geram maneiras específicas de custear o movimento por elas promovido, alguns por meio de diversos projetos desenvolvidos a fim de angariar

⁹⁷ SAMIS, Alexandre. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 07 de maio de 2008.

recursos. No entanto, conforme percebemos nos mais variados exemplos, na atual conjuntura em que os movimentos sociais se encontram um tanto enfraquecidos, a autonomia financeira ainda é um objetivo longe de ser plenamente alcançado.

A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* é composta basicamente por trabalhadores assalariados e estudantes de classe média, por isso seus recursos vêm majoritariamente das contribuições destes à organização. Conforme Alexandre Samis informou em entrevista, ele próprio repassa o pagamento recebido por aulas ministradas em cursos de pós-graduação *lato senso* para a organização.

Mas há também maneiras de minimizar os gastos pessoais de seus ativistas através da contribuição mensal de R\$ 4,00 para utilizar os materiais da Biblioteca Social Fábio Luz, assim como por meio da venda de diversos livros e materiais, como camisas, para conseguir também alguns recursos.

Os custos de manutenção da sede, o *Centro de Cultura Social* (CCS) mesmo que divididos com o *Luz do Sol*, e isentos de pagamentos de aluguel, são bastante elevados. Tudo isso demanda dinheiro, que os ativistas, quase sempre, precisam desembolsar de seus salários.

No caso da *Frente de Luta Popular*, há uma expressiva parcela de seus integrantes que não possuem fontes de renda estáveis, pois a maioria é formada por trabalhadores informais e estudantes. Assim sendo, ocorre o que Maurício Campos denomina de uma transferência de renda daqueles que estão em melhores condições financeiras para os demais. Há na FLP pessoas com alto poder aquisitivo e que doam expressivas somas para o movimento. No caso, por exemplo, da *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência* há também apoio financeiro internacional, no caso de uma organização suíça.

A autosustentação é provavelmente o desafio mais complexo dos movimentos populares, principalmente daqueles (...) nos quais a renda familiar das pessoas é tão pequena que é muito difícil organizar deduções para sustentação de estruturas e atividades do movimento. (...) Não temos ilusão: a autosustentabilidade na sociedade capitalista é necessariamente limitada.

Uma forma de estender estes limites é promover, no âmbito mesmo dos movimentos, uma “redistribuição de renda” dos setores melhor pagos para os setores mais pobres dentre os explorados. Hoje mesmo isso já acontece em pequena escala, quando conseguimos apoio material dos

*movimentos sindical e estudantil (e de indivíduos de classe média) para ocupações urbanas e rurais, luta contra a violência policial, etc.*⁹⁸

Muitos moradores de ocupações e membros da FLP vivem em uma situação de instabilidade econômica constante, pois para dar resposta às suas demandas de sobrevivência imediata desempenham trabalhos informais, tais como o de vendedores ambulantes. Se um dia eles conseguem fazer uma boa venda, no outro podem perder tudo para a guarda municipal, que constantemente reprime a venda informal e apreende as mercadorias. Um exemplo é o trabalho com a venda de camisas, tais como o desenvolvido por Valentim, que de certa maneira une a questão da necessidade econômica com a militância política, visto que suas camisas são estampadas com frases e imagens de crítica social. Esse caráter político da venda informal de Valentim ainda o vulnerabilizou mais frente a outras atividades informais. O motivo é que foi alvo de perseguição política pela corporação Globo, como perceberemos no texto a seguir da revista Caros Amigos:

*Por conta das camisas que estava vendendo com mensagens críticas aos Jogos Pan-Americanos, a polícia passou a persegui-lo. “Entraram no meu estabelecimento, na minha casa, apreendendo meus materiais. E me monitorando através do meu celular. Fui acompanhado visualmente, passo a passo”, até ser detido e levado à delegacia “para prestar esclarecimentos” e processado sob a acusação de vender material com o símbolo dos Jogos, que era patenteado pela Globomarcas. O autor do desenho, Carlos Latuff, também foi intimado. Ao fim e ao cabo, o processo foi arquivado, mas as 60 camisas e o mochilão apreendidos nunca foram devolvidos.*⁹⁹

Em 2007, durante o período dos jogos Pan Americanos, a política do governo de estado foi extremamente repressora contra os setores mais proletarizados da sociedade, e por isso mesmo a atuação frente aquele evento foi fortemente criticada por diversos setores da esquerda. Nesse contexto foram realizadas manifestações e, conforme descrito na “Caros Amigos” a reação veio diretamente contra aqueles que se opuseram à “euforia do Pan”. Valentim foi então atingido diretamente e, da mesma maneira,

⁹⁸ FRENTE de Luta Popular. *Contribuição da Frente de Luta Popular à Conferência Política “Periferia e Poder Popular”*, op. cit., p. 24.

⁹⁹ SALLES, Marcelo. “Perseguição Política”. *Caros Amigos*. Ano XIII, 148. São Paulo: maio de 2009, p. 33.

também em 13 de janeiro de 2009, a política de *Choque de Ordem*¹⁰⁰, promovida pela prefeitura atingiu novamente seus meios de subsistência:

*Valentim também foi vítima do Choque de Ordem. Na manhã do dia 13 de janeiro, uma terça-feira, ele estava com sua banca em frente à Ocupação Zumbi dos Palmares, onde mora com outras 132 famílias. (...) Levaram seis bandeiras médias e algumas camisas.*¹⁰¹

O *Acampamento Maria Júlia Braga* é um exemplo de movimento que durante certo tempo foi capaz de se auto-sustentar. Vale lembrar que logicamente, por estar no interior da universidade podia se valer de sua estrutura para isso, o que se ao mesmo tempo era uma vantagem, por outro lado se revelou uma fragilidade conforme percebemos no caso da criação das “Quintas-feiras Libertárias”.

As “Quintas-feiras Libertárias” surgiram espontaneamente quando uma parte dos integrantes do *Acampamento Maria Júlia Braga*, após terem composto uma banda, a *Caféina Libertária*, começaram a ensaiar no espaço da ocupação.

Havia, com certa frequência, chopadas no campus do Gragoatá, e nos dias de chopadas era difícil conseguir dormir tanto por causa do barulho como pelas pessoas que transitavam nos arredores da creche e precisavam pedir para elas que de lá se afastassem, pois qualquer ação de depredação era sempre injustamente imputada ao movimento. Foi então, numa determinada quinta-feira, em meados de junho de 2007, que a banda resolveu ensaiar durante uma chopada. Desta forma, ainda que não fosse a intenção, chamaram a atenção de alguns transeuntes que foram conferir o que se passava. Nesta primeira noite por volta de 200 pessoas passaram pelo acampamento e alguns inclusive pediram para usar alguns instrumentos. Assim surgiram as “Quintas-feiras Libertárias” que tinha como foco a atividade de palco livre, no qual qualquer músico poderia tocar.

Passaram então a desenvolver esta atividade quase todas as quintas-feiras, vendiam bebidas e com esse dinheiro passaram a financiar a alimentação do *Acampamento Maria Júlia Braga* e os materiais de uso político como panfletos e faixas.

¹⁰⁰ O *Choque de Ordem* tal como vem sendo chamado, consiste em uma política de “reordenamento urbano”, voltado para afastar, principalmente do centro da cidade a pobreza. Possui certo paralelo com outras iniciativas historicamente desenvolvidas na cidade, com destaque para a *Reforma Passos* durante a segunda metade do século XIX.

¹⁰¹ SALLES, Marcelo. “Perseguição Política”. Op. cit.

Somente no verão que estas atividades começaram a ocorrer com menor frequência por causa da alta incidência de chuvas, mas só foram de fato interrompidas com a expulsão que ocorreu no dia 1º de fevereiro de 2008. As atividades tentaram ser retomadas no quinto andar do Diretório Central dos Estudantes, mas foram frustradas. Sem instrumentos, os quais foram apreendidos e estavam em posse da reitoria, foi necessário alugar a aparelhagem de equipes de som e como o lugar não possui tradição de realização de eventos daquele tipo o público foi insuficiente para cobrir o mínimo dos gastos.

Assim, o ano de 2008 se caracterizou como um período de muita dificuldade econômica para o movimento, que não possuía qualquer financiamento externo e tinha então que contar unicamente com os poucos recursos pessoais de alguns ativistas.

7. Mídia libertária: memória, propaganda e luta.

Já observamos anteriormente, quando falamos em grupos de estudos libertários, que o apagamento da memória, do pensamento e teoria anarquistas, da própria história dos indivíduos e agrupamentos libertários, mobilizou gerações de anarquistas a organizarem seus próprios meios de promover este resgate e sociabilizar aqueles conhecimentos que foram tão invisibilizados.

Da mesma maneira, as mídias alternativas produzidas pelos anarquistas têm sido um meio importante de divulgação de memória, reflexões acerca da realidade e serviram à promoção da luta política efetiva. Conforme percebemos, todos os agrupamentos abordados em algum momento tiveram de se expressar para um público mais amplo com fins de propaganda e de aglutinar forças para suas causas. Alguns destes coletivos dedicaram-se a esta atividade de maneira mais sistemática, outros fizeram dela algo secundário frente a outras tarefas da militância. De qualquer forma, a produção de mídia foi algo constante e é um dos registros que permitem acessar a memória e produzir uma história de suas lutas que, caso contrário, seriam facilmente “apagadas”. Esta preocupação não é nova, visto que anarquistas já nos finais do século XIX se preocupavam com a construção de uma imprensa libertária. A diferença é que as

atuais tecnologias facilitaram muito a produção de mídia independente, que foi significativamente ampliada em seu alcance.

Se no início da década de 90, o Grupo Mutirão, que surgiu inclusive com a proposta de ser um jornal anarquista e depois ampliou sua esfera de atuação, precisava datilografar todos os seus artigos, recortar e montá-los em formato de jornal, hoje qualquer grupo pode facilmente criar um *blog* e a partir dele propagandear sua luta. É claro que há maneiras mais sofisticadas e que possibilitam maior acesso e visibilidade às organizações, mas o fato é que hoje é possível filmar uma manifestação e no mesmo dia veicular a mesma no *Youtube*, e esta mudança tecnológica tem facilitado muito a produção de mídia independente.

Algumas organizações demonstraram uma preocupação maior em produzir sua mídia de forma mais sistemática, mantendo certa periodicidade no lançamento de jornais, elaborando páginas virtuais com atualizações freqüentes, produzindo filmes, dentre outros.

A *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* já se destaca pela produção do periódico anarquista de mais longa existência no Brasil, o *Libera* – existente desde 1995 –, quando significativa parcela de seus ativistas atuava no *Centro de Estudos Libertários Ideal Peres*. Mas, além disso, a FARJ também possui uma preocupação constante com a manutenção de uma página virtual, o <http://www.farj.org>, um sítio bastante sofisticado, com atualizações freqüentes, vídeos, espaço para contatos e vários outros recursos de interação.

Já a *Frente de Luta Popular*, até por dispor de maior visibilidade na grande mídia desde seu surgimento em 2000, com o ato do Rio Sul, pôde utilizar-se de outras mídias e dedicou-se menos a produção de seus próprios materiais, o que se evidencia no reduzido número de publicações do informativo *Papo Reto* (apenas três). Este jornal tinha por característica a tentativa de ser um meio de comunicação com uma leitura fácil e acessível, mas ao mesmo tempo muito politizador. Era distribuído gratuitamente nas comunidades e áreas com grande fluxo de trabalhadores como a *Central do Brasil*.

Ainda que sem se dedicar de maneira sistemática à produção de mídia própria, a *Frente de Luta Popular* teve suas principais ações documentadas tanto por mídias alternativas e independentes, quanto pela grande mídia. Essa organização teve por mérito conseguir aglutinar um significativo número de apoiadores em momentos chave de sua luta. Isso possibilitou o acesso a diferentes sujeitos sociais que auxiliaram,

inclusive (e talvez principalmente), na propagação midiática daqueles feitos. Um exemplo é o filme *Hiato* realizado por Vladimir Seixas e que relata o ato do Rio Sul, que inaugurou a Frente de Luta Popular.¹⁰² Mas também os seus próprios ativistas desenvolveram outro filme sobre a ocupação Zumbi dos Palmares, a partir de seus próprios pontos de vista e memória.

O *Acampamento Maria Júlia Braga* por sua vez se destacou na realização de documentários com a intenção de preservar a memória do movimento e, ao mesmo tempo, criticar os setores aos quais se antagonizam. São exemplos dessa produção: *REItor Ladrão: cadê nossos pertences?*, *Poder e Contra-poder na UFF: o fenômeno das Assembléias Comunitárias*, *O Nefasto Resultado da Chopada de Odonto* e *O Circo do Estudante Oprimido*. Em termos de mídia impressa, o acampamento não criou nenhum periódico, mas foram lançados boletins principalmente em função de necessidades apresentadas em momentos de maior efervescência.

Além destas produções próprias de cada movimento e organização, vale lembrar aqueles movimentos socialistas libertários voltados exclusivamente para a atuação no campo da comunicação social e para a criação de espaços de caráter autogestionário, tais como os aqui abordados, nos quais diferentes grupos podem dar visibilidade aos seus registros. É o caso da AINFOS (www.ainfos.ca) e do *Centro de Mídia Independente*, sendo que não há dúvida que este último é o mais importante meio de divulgação da luta socialista libertária a nível internacional surgida nos últimos anos.

O Centro de Mídia Independente surgiu em novembro de 1999 para dar cobertura às manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle e depois se espalhou pelo mundo. Esse grupo se organiza através de uma estrutura em rede, e assim opera em todas as suas esferas. A *Internet* foi o instrumento que viabilizou o surgimento da organização e é através dela que se mantém viva e coesa a nível mundial. Através das listas de *e-mail*, realizam-se as discussões e tomam-se as principais decisões sobre o centro. Mas são também organizados encontros não virtuais nos quais eles debatem os rumos da organização e se apropriam, através de oficinas, de novas tecnologias de comunicação.

Mesmo tendo nascido com os Dias de Ação Global o CMI manteve-se após o fim desta onda de mobilizações ocorrido por volta de 2002 com o endurecimento das leis de segurança e “anti-terroristas” aplicadas nos Estados Unidos e Europa. Também

¹⁰² SEIXAS, Wladimir. *Hiato*. Rio de Janeiro: Wladimir Seixas, 2008.

sobreviveu aos avanços do neoliberalismo que nestes países enfraqueceu financeiramente os movimentos e organizações nas mais variadas áreas que davam suporte a essas grandes manifestações globais.

O jornalismo praticado pelo Centro de Mídia Independente diferencia-se claramente daquele realizado pela mídia burguesa. A grande mídia empresarial, voltada para os interesses de mercado que a mantém e acabam por se tornar a razão de sua existência, tem seus interesses direcionados para a manutenção do *status quo* e dos interesses de seus proprietários, anunciantes e financiadores. Por isso, o jornalismo por ela praticado não estimula a intervenção social ou a possibilidade de organização e ação coletiva daqueles que a ele tem acesso. Aqueles que são mostrados como os que estão se mobilizando para transformar a realidade, se enquadram sempre em projetos de prestação de serviços sociais assistencialistas e ações de caridade.

O Centro de Mídia Independente, ao contrário, informa para a ação. Devido ao seu comprometimento com a transformação da realidade social através dos movimentos sociais com os quais possuem identificação, o CMI realiza um jornalismo em moldes totalmente distintos. O estímulo à participação é evidente, tanto no que diz respeito a se integrar na produção midiática¹⁰³, explícito na famosa “coluna direita” do *site* na qual a publicação é livre, como na forma como as notícias são apresentadas ao leitor, ou seja, as possibilidades de interação com o ocorrido e de intervenção efetiva já estão ali colocadas, indicando os meios através dos quais cada um pode intervir e participar.

Neste sentido, o Centro de Mídia Independente é um marco no que diz respeito à mudança na forma como a informação é produzida e gerida e à possibilidade de colaboração com os movimentos sociais. Os princípios do CMI expressos em seu *site* dão uma boa idéia do que se propõe ser a organização:

O CMI Brasil é uma rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente.

O CMI Brasil quer dar voz a quem não têm voz constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que freqüentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais.

¹⁰³ Assim como no lema “Odeia a mídia, seja a mídia!”

A ênfase da cobertura é sobre os movimentos sociais, particularmente, sobre os movimentos de ação direta (os "novos movimentos") e sobre as políticas às quais se opõem¹⁰⁴.

A estrutura do *site* na *internet* permite que qualquer pessoa disponibilize textos, vídeos, sons e imagens tornando-se ele próprio um produtor de informações e um espaço autogestionário e descentralizado de difusão de informações.

Além do *site*, principal realização da organização que estamos tratando, é preocupação dos ativistas do CMI promover também outras produções. Nos casos em que há maior disponibilidade de meios financeiros para isto, alguns informativos impressos também são produzidos. Também documentários como o “Sonho Real – uma história de luta por moradia”, produzido pelo CMI – Goiânia expressam a competência e o comprometimento de muitos ativistas. Tal documentário foi realizado principalmente pelo militante estadunidense Brad Will¹⁰⁵, o qual acabou sendo assassinado em Oaxaca no início de 2007, quando documentava a insurreição popular que lá se levantou.

Ainda que esteja desarticulado no Rio de Janeiro, estas características do Centro de Mídia Independente o tornam um poderosíssimo instrumento de luta em todo o Brasil. Sua importância fica evidente quando percebemos que todos os agrupamentos socialistas libertários atualmente existentes ou recentemente extintos no Rio de Janeiro (e possivelmente no Brasil) fizeram e/ou fazem uso constante deste meio para divulgar eventos, bandeiras e denunciar ataques da reação.

¹⁰⁴ CMI. Sobre o CMI. *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>
Acesso em 30 de novembro de 2009.

¹⁰⁵ Bastos, Miguel. *Brad, uma Noite Mais nas Barricadas*. Rio de Janeiro: VideoHackers, 2007.

CAPÍTULO II

As Ocupações como espaços privilegiados de atuação libertária

1. Porque Ocupações?

As ocupações são atualmente os espaços privilegiados de atuação de socialistas libertários não só no Brasil como no mundo. Não tenho a pretensão de explicar plenamente este fenômeno, mas apenas contribuir com algumas reflexões acerca de possíveis fatores que influenciam na escolha deste locus de atuação política.

Os anarquistas, historicamente, buscaram aplicar o anarquismo nas múltiplas esferas da vida humana (econômica, cultural, explicitamente política). Primeiramente nas organizações de apoio mútuo, depois nos sindicatos, os ativistas anarquistas buscaram criar espaços políticos capazes de questionar, tanto na teoria como na prática, as referências capitalistas de relação social. A compreensão anarco-sindicalista, preponderante nos meios libertários nas primeiras décadas do século XX, considerava o sindicato como o gérmen da nova sociedade. Por isso, era necessário que o sindicato para além das questões econômicas se voltasse também para a formação política e humana do proletariado. Por essa razão, desenvolveram diversas iniciativas como grupos de teatro, escolas orientadas por uma pedagogia libertária, e atividades culturais diversas.

No entanto, fato é que principalmente a partir do avanço do leninismo na União Soviética e no mundo, o socialismo libertário perdeu hegemonia no interior do movimento de trabalhadores e a lógica do partido como vanguarda da Revolução Social começou a vigorar também nos sindicatos, os quais passaram paulatinamente a servir como principal espaço de atuação não mais dos socialistas libertários, mas das variadas tendências do socialismo “de partido”.

Como afirmamos na Introdução, em acordo com Raúl Zibechi¹⁰⁶, esta perda de hegemonia do Socialismo Libertário frente às tendências que valorizam o partido como

¹⁰⁶ ZIBECHI, Raúl. *La Mirada Horizontal: Movimientos sociales y emancipación*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999, pp. 21-23.

sujeito revolucionário é marcada pelo paulatino enfraquecimento de um “socialismo de movimento”, cujo auge se deu com a Comuna de Paris, e o fortalecimento de um “socialismo de partido”, a partir da crítica aos supostos erros da Comuna após sua derrocada. A partir de então uma perspectiva distinta de atuação socialista passou a ganhar força. Essa tendência que predominou a partir da Segunda Internacional, foi melhor teorizada por Lênin e teve seu auge na Terceira Internacional, no período stalinista. A partir de então, os sindicatos passaram a ser vistos não mais como um movimento social de combate direto ao capital, mas sim como um espaço de aglutinação de forças (e recursos) para o fortalecimento do partido. Conforme o modelo soviético ganhava mais simpatias, mais se ampliava o foco na instrumentalização dos sindicatos para o crescimento de partidos políticos e menos para a promoção direta de movimento social.

Além disso, no início do século XX as distâncias entre lar e trabalho eram consideravelmente menores, inclusive eram muitas as fábricas que construíam vilas operárias no intuito de ampliar o controle sobre o operariado de forma que vida pessoal e espaço de trabalho quase se confundiam. Desde a Reforma Passos na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu progressivamente a separação entre espaço de trabalho e espaço de residência. Esta reforma seguiu uma tendência geral nas cidades contemporâneas de expulsar das regiões centrais a população de baixa renda, transferindo-a direta ou indiretamente para regiões periféricas ou, no caso do Rio de Janeiro, para a ocupação dos morros do centro e em especial da Zona Sul.

No entanto, o centro da cidade é ainda o local de trabalho de uma significativa parcela de trabalhadores do Rio de Janeiro, inclusive dos setores mais proletarizados, aqueles que estão sempre ameaçados pelo desemprego. Com o aumento constante do preço do transporte público, os trabalhadores explorados no mercado formal assim como os camelôs, catadores de material para reciclagem, dentre outras formas de subemprego, têm sua capacidade de locomoção extremamente dificultada não apenas pelas distâncias, mas também pelo altíssimo custo do deslocamento para as periferias. Isto é uma demanda concreta que faz com que muitos destes trabalhadores se revoltam e venham a aderir à luta pela moradia, à luta por sua própria dignidade.

Uma entrevista com um morador da *Ocupação Chiquinha Gonzaga* evidencia um pouco desta dificuldade de locomoção que ele enfrentava por ser morador de Santa Cruz e seus trabalhos, quando conseguia, eram no Centro ou Zona Sul:

Papo Reto: Companheiro, o que é a Ocupação Chiquinha Gonzaga pra você?

*Morador: Tudo, porque eu morava na periferia do Rio de Janeiro e minha vida era uma lástima. Só vivia desempregado. Quando arrumava emprego era nos grandes centros (Zona Sul, Barra ou centro da cidade) e às vezes tinha que dar um endereço errado, pois se soubessem onde eu morava os empresários não davam o emprego.*¹⁰⁷

Portanto, no Terceiro Mundo a ocupação de imóveis e terras possui um caráter que vai além da construção de centros culturais e de “moradias alternativas” voltadas para a convivência sob parâmetros contra-hegemônicos, ela é uma forma de conferir um mínimo de dignidade àqueles que dela estão quase que completamente privados.

Mas além desta solução (ao menos temporária) de uma necessidade básica por moradia, a ocupação tem, muito por conta das próprias dificuldades inerentes ao processo de ocupar, um caráter pedagógico. Ela representa um aprendizado muito importante no sentido de implementação da Autogestão Social. Os ocupantes só podem contar de fato com eles mesmos e com os apoiadores orgânicos, que não são nenhuma autoridade. Autogestão torna-se um mecanismo para garantir a sobrevivência da ocupação. Os interesses coletivos têm de ser priorizados para que a ocupação funcione. Portanto, a organização é um elemento fundamental para que a ocupação vigore.

Essa maneira organizada e planejada de ocupar é muito semelhante às táticas de ocupação tal como popularizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra)¹⁰⁸, o qual contribuiu com suas experiências também para os movimentos sociais urbanos. A ocupação é o meio de acesso a terra tanto no meio rural quanto, no caso do movimento Sem-Teto, um meio de conquistar a moradia urbana.

¹⁰⁷ FLP. Entrevista com os moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga. *Papo Reto, Informativo da Frente de Luta Popular*. Rio de Janeiro, Março de 2008, pp. 7-8.

¹⁰⁸ O MST surgiu em 1984, originário do sul do país, formado com apoio da Comissão Pastoral da Terra, de sindicatos locais, da Central Única dos Trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores, dentre outros. Em sua formação, o MST buscou sua autonomia frente a estes apoiadores de forma que os próprios trabalhadores sem-terra tomariam as decisões referentes ao movimento. Desta forma, foram se constituindo através da organização de grupos de famílias a fim de realizar as ocupações de terras. Uma das principais características que diferencia o MST das Ligas Camponesas anteriores, é que a luta promovida pelas Ligas era para permanecer na terra, lutas contra a expulsão de posseiros e meeiros das terras em que viviam. No caso do MST, a luta é para adentrar na terra, e a principal ferramenta deste movimento é a ocupação. Promover ocupações, além de ser o principal meio para ter acesso a terra, foi também a forma pela qual o MST conseguiu se territorializar nos diversos estados brasileiros, constituindo a sua base, articulando apoios e se definindo politicamente como uma organização continuamente em movimento.

Para uma melhor compreensão sobre o MST, uma obra de referência: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Além da ocupação que visa o imediato atendimento de uma demanda por um dos direitos fundamentais, localizamos outras experiências que possuem um caráter mais diferenciado. Uma delas é o caso da ocupação estudantil em universidade a qual se apresenta como meio de pressão política pela construção de moradia para os estudantes, ao mesmo tempo em que se torna moradia provisória para aqueles lá alojados. Outro tipo de ocupação, da qual a *Flor do Asfalto*, ocupação anarco-punk, é um exemplo, procura se constituir como espaço cultural e de convivência contra-hegemônica, muito próxima ao modelo preponderante na Europa, com ocupações organizadas por anarquistas e movimentos de contra-cultura.

2. O aprendizado das ocupações pelo Movimento Sem-teto

Antes que ocupações fossem realizadas diretamente por coletivos socialistas libertários, o Coletivo Gregório Bezerra já havia se envolvido nessa empreitada. Neste sentido, invocamos a primeira experiência de uma grande ocupação urbana em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, realizada em 1987 pelo Coletivo Gregório Bezerra (CGB). Trata-se da ocupação Nossa Senhora das Graças, que originou a atual localidade denominada Carobinha em Campo Grande.

Conforme relatado pelo ativista da recentemente extinta *Frente de Luta Popular*, Maurício Campos¹⁰⁹, o qual fazia parte do CGB na época da ocupação, houve basicamente duas motivações para a sua realização: primeiramente havia a questão estratégica de confrontação direta com a ordem capitalista através do ataque à propriedade privada e em segundo lugar havia uma demanda objetiva e imediata de uma significativa parcela dos militantes de obter uma moradia. Muitos, segundo Campos, foram demitidos de seus trabalhos naquela época devido à sua atividade política e por isso enfrentavam sérias dificuldades econômicas.

Por esse motivo, ou seja, a expressiva inserção de militantes que precisavam resolver sua necessidade de moradia, aquela ocupação permitiu um nível de politização bastante acentuado, e isso repercutiu em manifestações notavelmente combativas. Logo após o assassinato dos trabalhadores em greve da Companhia Siderúrgica Nacional

¹⁰⁹ CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.

(CSN) – Carlos Augusto Barroso, Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite – em 9 de novembro de 1988, pela polícia militar e pelo exército que cercaram a usina para reprimir a greve, os ocupantes da “Nossa Senhora das Graças” levantaram-se em protesto e fecharam a Avenida Brasil. Este protesto, segundo Maurício Campos, foi uma das ações mais imediatas em resposta à repressão do Estado e repercutiu na realização de outras manifestações, que de maneira indireta contribuíram para o sucesso da greve ainda que os responsáveis pelos assassinatos não tenham sido punidos.

No entanto, conforme Maurício Campos revela em entrevista a mim concedida¹¹⁰, apesar da combatividade expressa naquela ocupação, a sua gestão não era autogestionária de fato. Conforme dito anteriormente, os membros do *Coletivo Gregório Bezerra* (CGB) discutiam no interior de seus fóruns e depois levavam a posição vitoriosa para a Assembléia, que segundo ele, era mais um “teatro” do que um espaço de deliberação porque no fundo as decisões já haviam sido anteriormente tomadas, pois as questões polêmicas já tinham sido discutidas no interior da organização que acabava por privar o movimento destes debates.

Foi apenas em 1997 que um coletivo que se entendia como socialista libertário, mais especificamente anarquista, se envolveu diretamente na realização de uma ocupação, que se deu em 19 de dezembro de 1997 na Avenida Mem de Sá, 261, no centro do Rio de Janeiro, em um prédio abandonado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Surgiu então a Nova Canudos, na qual atuou o Grupo Mutirão/OSL. Dentre os ocupantes se encontravam ativistas vinculados ao Grupo Mutirão, estudantes daquela universidade, em sua maioria das áreas de Ciências Humanas com destaque para História e Ciências Sociais.

A mídia, como era de se esperar, foi bastante hostil e debochada quanto à presença destes jovens, provavelmente de classe média, se posicionando como sem-teto, conforme podemos observar na matéria intitulada “Sem-teto universitário” no *Jornal do Brasil*:

O novo endereço do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto é na Avenida Mem de Sá, 261. No local está um prédio que pertence à Fundação UERJ, ocupado por cerca de 70 famílias desde a madrugada de sexta-feira. A maioria dos ocupantes é de moradores do centro, que alegam não agüentar mais pagar aluguel. No meio da desordem em que se encontra o

¹¹⁰ CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.

*prédio está um grupo de universitários, entre eles alguns estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*¹¹¹

Segue com uma suposta declaração de um estudante que reivindica ser um “sem-teto” que, aos olhos do jornal parece estar onde não devia, conferindo um caráter de ridículo à ocupação:

*“Não tenho casa, moro com os meus tios na Tijuca, também sou um sem-teto”, diz Eduardo Bezerra, 23, estudante de História da Universidade, ao lado de um sem-teto do curso de Ciências Sociais da UERJ, Marcolino dos Santos, 21.*¹¹²

Para além da questão da manipulação do *Jornal do Brasil* a fim de produzir uma imagem negativa da ocupação, utilizando-se do imaginário popular que enfatiza a extrema necessidade como explicação para uma ação como as ocupações, percebemos também que aquela iniciativa, conforme apontado, foi promovida por um setor organizado, o qual contava com a participação destes estudantes universitários. Ainda hoje observamos nos movimentos de ocupação uma forte presença de universitários, em sua maioria vinculados às áreas do conhecimento mais críticas das desigualdades sociais. Este quadro se manteve assim como a tendência de os universitários se envolverem com a ocupação na condição de apoiadores e não de moradores propriamente, ainda que nos momentos de maior tensão, quase sempre nos momentos iniciais, eles fiquem na condição de moradores para inclusive fortalecer a ocupação contra as ameaças de repressão. Portanto, diferentemente do que sugere a matéria, não era e não é uma tendência preponderante nas ocupações urbanas que universitários, e demais ativistas de classe média, se estabeleçam na condição de moradores ainda que isto possa sim ocorrer, a questão da necessidade econômica é sempre levada em conta.

Após a Nova Canudos, em 1997, seguiu-se um intervalo sem novas ocupações organizadas de prédios urbanos até a ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004, pela Frente de Luta Popular.

Como apresentado no capítulo anterior, a Frente de Luta Popular, que surgiu em 2000 durante a preparação e realização do Ato do Rio Sul, foi paulatinamente

¹¹¹ SEM-TETO Universitário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1997.

¹¹² IDEM.

estabelecendo e ampliando o diálogo, assim como realizando ações de protesto e, principalmente, formação política em diversas comunidades pobres cariocas.

Desta aproximação outras ações de contestação e enfrentamento à ordem capitalista se deram, e dentre elas a articulação para o que depois se transformou na *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*, e a preparação para a ocupação Chiquinha Gonzaga. Após um longo período de preparação, com formação política, cadastramento de famílias, pesquisa do lugar a ser ocupado, os ativistas da Frente de Luta Popular efetivaram a ocupação do prédio de treze andares na Rua Barão de São Felix nº. 110¹¹³.



Fachada da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/21923444@N05/3502900675/> Acesso em 17 Dez. 2009.

Trata-se de um edifício de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que estava abandonado há vinte e um anos quando foi ocupado pelos ativistas

e futuros moradores. Vale lembrar que esse prédio foi construído em 1959

para servir de hotel, no entanto faliu aproximadamente dez anos após sua inauguração.

¹¹⁴ Essa característica foi um elemento que facilitou bastante o uso do prédio para fins de moradia, pois este conta com espécies de quitinetes: todas as unidades possuem um banheiro e outro cômodo com um tamanho bastante razoável.

Tal ocupação ocorreu na madrugada do dia 24 de julho de 2004 e se deu de maneira um tanto quanto tranqüila. Foi a primeira das grandes ocupações urbanas atualmente realizadas na cidade do Rio de Janeiro e por isso atraiu muitos simpatizantes. Militantes de várias organizações, em especial as socialistas libertárias, prestaram solidariedade. Anarcopunks e muitos ativistas libertários que prestaram apoio

¹¹³ PELLICIONI, André. Moradores da “Chiquinha Gonzaga” querem legalizar ocupação do prédio do INCRA. *Jornal Sindsprev*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2004, Caderno Exclusão Social, p. 7.

¹¹⁴ PROJETO de Reestruturação Arquitetônica da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Disponível em: http://www.chiqdasilva.com/chiq_velho/ocupacoes/chiquinhagonzaga.htm Acesso em: 29 jul. 2009.

ou passaram a residir no local logo no início do processo, conferiram toda uma estética contra-hegemônica, afixando cartazes com dizeres e imagens referenciados na cultura punk e anarquista. O símbolo anarquista estava em todo canto, assim como dizeres

feministas e que valorizavam a auto-organização dos trabalhadores¹¹⁵.

Assim como predomina em todas as ocupações, no início da Chiquinha Gonzaga a integração coletiva foi muito grande. A comida precisava ser preparada coletivamente, a limpeza era realizada através de mutirão, e para dar conta de todas essas tarefas apropriadamente foram necessárias assembléias, formação de comissões e todo um trabalho de auto-organização imprescindível para o funcionamento da ocupação.

Dessa maneira, os próprios ocupantes transformaram um imóvel abandonado há mais de vinte anos em uma moradia social. A degradação do prédio era tanta



FRENTE de Luta Popular. Condições de moradia na Ocupação Chiquinha Gonzaga. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

que havia até uma família de urubus habitando o décimo segundo andar, conforme relata um morador em entrevista ao *Informativo Papo Reto* da Frente de Luta Popular:

*Papo Reto: Urubu?
Morador: Sim, urubu. No último andar tinha uma família de urubu com dois filhotes. Isso sim foi resistência, a gente foi muito corajoso e trabalhamos muito pra limpar todo esse prédio¹¹⁶.*



FRENTE de Luta Popular. Ocupação Chiquinha Gonzaga - Fotos 1: O Abandono. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

¹¹⁵ Conforme pude constatar em visita à ocupação Chiquinha Gonzaga.

¹¹⁶ FLP. Entrevista com os moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Op. cit.



FRENTE de Luta Popular. Ocupação Chiquinha Gonzaga - Fotos 1: O Abandono. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

Ficava clara então a ausência de função social daquele espaço público e, dessa forma, os sem-teto e demais ativistas envolvidos na ocupação utilizavam também as promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desapropriação dos prédios públicos abandonados em áreas centrais para fins de moradia social. Como diziam na época: “que área é mais central que ao lado da Central do Brasil?”. Um dos lemas também inaugurados nessa grande ocupação foi o: “Se morar é um direito, ocupar é um dever”. A partir dessa frase podemos extrair uma percepção do caráter parcial e contraditório do direito. Se por um lado a legalidade defende a propriedade e condena a ocupação, considerada então como invasão, por outro a Constituição estabelece a moradia como um dos direitos sociais básicos

de todo cidadão. Como não é possível a uma parcela enorme da população adquirir uma propriedade para assim suprir este direito básico observamos que o direito inalienável de propriedade se sobrepõe ao direito à moradia e, conseqüentemente, à dignidade humana e à cidadania plena, a ocupação da propriedade abandonada não apenas seria legítima, como representaria um dever para efetivar a conquista de um direito.

No entanto, apesar do explícito abandono do prédio e da promessa do governo federal de desapropriar os prédios públicos em áreas centrais:

(...) uma semana após o início da ocupação, o INCRA ingressou na 1ª Vara Federal (VF) com ação de reintegração de posse do imóvel de 13 andares e 68 salas que, durante os anos 70, abrigou o escritório regional do Instituto.¹¹⁷

¹¹⁷ PELLICIONI, André. Moradores da “Chiquinha Gonzaga” querem legalizar ocupação do prédio do INCRA. Op. cit.

No entanto, apesar das diversas ameaças de despejo, a *Chiquinha Gonzaga* se manteve em grande parte devido a visibilidade que a ocupação alcançou, e ainda hoje é considerada uma “ocupação modelo” para as demais. Um dos motivos para isso é a evidente superioridade em termos de organização interna que desde a sua fundação preponderou naquele espaço. Os ocupantes da *Chiquinha Gonzaga* voltaram-se para a construção de um espaço horizontal de poder, o qual passou a ser denominado por *Coletivo*, composto por todos os indivíduos que participam da ocupação e desejam influir nos rumos dela. O espaço privilegiado de atuação desse coletivo é justamente a *Assembléia Geral da Ocupação*, na qual todos podem discutir e deliberar em pé de igualdade. Dessa maneira a *Ocupação Chiquinha Gonzaga* desenvolveu uma cultura de organização totalmente distinta da que é atualmente hegemônica na sociedade brasileira. Um dos primeiros desdobramentos da noção de *Coletivo* é a negação do personalismo e da autoridade, não há nenhum chefe, nenhum manda-chuva a quem obedecer, quem decide é o *Coletivo*, ou seja, as regras estabelecidas coletivamente é que precisam ser respeitadas. Isso demonstra um imenso avanço frente ao atual quadro alienante da democracia representativa, e principalmente da democracia representativa tal como ela existe no Brasil, altamente personalista, repleta de herança clientelista.

No entanto, há hoje na *Ocupação Chiquinha Gonzaga* uma disputa interna em torno do projeto de organização do espaço. Em Assembléia Geral, os moradores em comum acordo deliberaram por criar uma associação de moradores, não para que esta se sobrepusesse hierarquicamente ao *Coletivo*, mas sim por questões jurídicas, para agilizar a regularização da ocupação. No entanto, era necessário que a associação fosse, ao menos formalmente, constituída com a mesma estrutura nos moldes dominantes, com hierarquias tais como presidente, vice-presidente, tesoureiro, dentre outros. Ocupantes que fazem parte do *Partido dos Trabalhadores* (PT), por se identificarem com este modelo, se propuseram a ocupar esses cargos e foram escolhidos para assumir a direção dessa associação. Uma vez como representantes da associação, esses militantes vêm tentando sobrepô-la ao *Coletivo* como espaço de deliberação. Isso ocorreu algumas vezes através do desrespeito às posições tiradas em assembléia geral pelos membros da associação. Ou seja, trata-se da tentativa de novamente alienar através da lógica da representação e assim criar uma cúpula para decidir pelos demais. Por enquanto tais atitudes estão sendo bastante criticadas por grande parte dos moradores os quais, segundo Maurício Campos, ainda possuem a noção de “coletivo” muito forte, no

entanto, é ainda cedo para saber qual projeto sairá vitorioso visto que ambos estão disputando espaço no interior da *Chiquinha Gonzaga*.

Após essa ocupação bem sucedida, ocorreu outra, também organizada pela *Frente de Luta Popular* em 25 de abril de 2005, no prédio do *Instituto Nacional do Seguro Social* (INSS) em frente à Polícia Federal na Avenida Venezuela, 53, Praça



Fachada da Ocupação Zumbi dos Palmares. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/319794.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

Mauá. O processo de reintegração de posse foi iniciado logo após a ocupação. No dia 15 de maio de 2005 foi expedida a ordem de despejo dos ocupantes e reiterada em 31 de maio.

Muitas manifestações foram realizadas como a do dia 13 de junho contra a reintegração de posse¹¹⁸, mas apesar da ameaça de despejo

ainda estar presente, a situação permanece estável até hoje. Esta ocupação recebeu o nome *Zumbi dos Palmares* e se deu num quadro de tensões maiores do que a *Chiquinha Gonzaga*, o que se evidenciou na agilidade das autoridades para tentar o despejo. Mas a ocupação sobreviveu e tornou-se mais um foco aglutinador da *Frente de Luta Popular* que, até hoje, atua para fortalecer as ocupações que promoveu estimulando o apoio mútuo entre elas.

Vitoriosa essa ocupação, a *Frente de Luta Popular*, em seus debates internos acerca dos rumos a serem tomados pela organização, passou a refletir sobre qual deveria ser seu próximo foco de atuação. Houve então uma polêmica no interior da Frente sobre promover ou não outra ocupação. Um grupo de militantes defendia que era o momento de os próprios sem-teto tomarem a iniciativa na realização de uma nova ocupação e,

¹¹⁸ MOBILIZAÇÃO pela Ocupação Zumbi dos Palmares. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/319794.shtml> Acesso em 24 jun. 2009.

assim, priorizavam naquela circunstância, investir em outros focos de agitação política, avaliando que ocupar naquele momento seria muito desgastante e teria poucos frutos em termos de politização dos Sem-teto. Outros ainda consideravam válido manter essa empreitada avaliando que mesmo já tendo organizado duas ocupações era necessário dar continuidade ao processo apesar da iniciativa novamente partir deles e não dos próprios Sem-teto. A decisão a que chegaram foi a de que ambas as posições fossem respeitadas, e assim o setor favorável à realização imediata de uma ocupação seguiu, atuando junto à *Federação Internacionalista dos Sem-Teto* e o *Movimento da Educação Libertária*.

Foi a partir dessa coalizão que se iniciaram os preparos para a *Ocupação Quilombo das Guerreiras*, durante mais de seis meses com reuniões e ações para formação política realizadas no Centro de Cultura Social (CCS), até que na madrugada do dia 14 de novembro de 2005 ocuparam o prédio nº. 20 da Rua Alcindo Guanabara, ao lado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. No entanto, os ocupantes foram despejados e em decorrência do desgaste político desse insucesso, uma série de conflitos se deu no interior do grupo organizador, o qual acabou por rachar. A *Frente Internacionalista dos Sem-teto* se retirou do processo e o restante dos envolvidos (um setor da *Frente de Luta Popular* e o *Movimento da Educação Libertária*) permaneceu juntos e tentou novamente realizar outra ocupação. Sofreram



outro revés.

Foi então que militantes da *Frente de*

Luta Popular que haviam se oposto a tal iniciativa resolveram se integrar numa nova tentativa de ocupação, a fim de evitar que toda aquela construção coletiva se desarticulasse por definitivo. Em outubro de 2006 ocorreu a *Ocupação Quilombo das*

Primeira tentativa da ocupação Quilombo das Guerreiras. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/03/415492.shtml>
Acesso em: 17 Dez. 2009.

Guerreiras num prédio da empresa DOCAS próximo à rodoviária Novo Rio, o nº. 49 da Avenida Francisco Bicalho:

Esta é a terceira tentativa de constituir uma ocupação com este nome. As duas primeiras, em julho de 2006 e novembro de 2005, falharam após a retirada de seus ocupantes por policiais instruídos por uma ordem legal de reintegração de posse. Nada impede que tal fato volte a



transcorrer. Caso isto não aconteça, o prédio da Leopoldina será o terceiro produto deste movimento organizado a gerar frutos em pouco mais de dois anos: anteriormente, já se destacavam os edifícios nº 110 da Rua Barão de São Félix, que transformara-se na ocupação Chiquinha Gonzaga; e o prédio nº 53 da Avenida Venezuela, que passara a se denominar ocupação Zumbi dos Palmares.¹¹⁹

OCUPAÇÃO Quilombo das Guerreiras. Luta por Moradia. CMI Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/10/362886.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

Das três ocupações anteriormente realizadas pela *Frente de Luta Popular* esta foi, sem dúvida, a que enfrentou maiores dificuldades para se estabelecer. A água foi cortada e seguranças da DOCAS foram colocados para impedir a entrada de apoiadores. Do lado de fora, quando ocorriam ameaças de despejo, conseguiram organizar ações de apoio e solidariedade barrando a retirada dos ocupantes devido à mobilização contrária. Esta ocupação teve bastante visibilidade entre os movimentos sociais e contou com a solidariedade de sindicatos, centros acadêmicos e outras entidades. Até hoje a ocupação se mantém, mas juridicamente sua situação é ainda desfavorável e a ameaça de despejo

¹¹⁹ OCUPAÇÃO Quilombo das Guerreiras ameaçada de despejo no RJ. *MTST Movimento dos Trabalhadores Sem-teto*. Disponível em: http://www.mtst.info/ocupacao_quilombo_das_guerreiras_rj. Acesso em: 14 jan. 2009.

ainda permanece. Esta ocupação, em certo nível, também mantém seu caráter crítico e solidário às outras ocupações e até recentemente era bem perceptível o quão bem organizado se encontrava o espaço a partir de um modelo de autogestão. Em visita à ocupação em 2008, havia uma portaria que funcionava através do revezamento dos próprios moradores e havia também uma escala de limpeza das áreas coletivas que funcionava da mesma maneira.

Logo após a concretização da *Ocupação Quilombo das Guerreiras* pela *Frente de Luta Popular* em 2006, ativistas do movimento anarcopunk estimulados pelo sucesso da ação a qual apoiaram, promoveram também a sua própria ocupação numa área bastante próxima, na Rua Rodrigues Alves, 535, em frente ao Armazém 10 no cais do porto, e a denominaram de “A Flor do Asfalto”. Tal ocupação tinha por objetivo servir de espaço aglutinador de ativistas que se referenciam na cultura anarcopunk, servindo de moradia para estes assim como espaço cultural para realização de eventos e articulações políticas.

Como percebemos então, o envolvimento da *Frente de Luta Popular* no movimento sem-teto no Rio de Janeiro se deu por meio da organização de novas ocupações, e pode ser considerado um dos principais motivos da notoriedade da Frente. Mas além das ocupações planejadas e organizadas, com fins claramente políticos de contestação à propriedade privada e do modelo alienado de representação política, há o fenômeno mais comum da ocupação “espontânea”, movida apenas pela necessidade objetiva da moradia¹²⁰. Ocupações dessa natureza caracterizam as ocupações nas quais a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* tomou parte, ainda que militantes da Federação tenham participado da preparação da *Ocupação Quilombo das Guerreiras*.

O primeiro contacto da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* com o Movimento Sem-teto no Rio de Janeiro se deu em 2003, ano em que foi fundada a organização, através do trabalho junto a *Ocupação Vila da Conquista*. Localizada em Curicica, zona oeste do Rio de Janeiro, esta ocupação fundiu-se com a ocupação vizinha denominada *Nelson Faria Marinho*, agregando um total de em torno de 160 famílias. Tais ocupações, anteriores à inserção de movimentos e organizações políticas, se deram

¹²⁰ Logicamente não desconsideramos que muitas dessas áreas foram antes de serem efetivamente ocupadas cercadas por “grileiros urbanos” que lotearam e venderam de maneira irregular a área para os posseiros.

à margem destes, sendo, portanto, a aproximação da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* posterior ao processo inicial de formação da ocupação.



OCUPAÇÃO Vila da Conquista. Movimento de Luta pela Moradia no Rio de Janeiro. CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/03/415492.shtml>
Acesso em: 17 Dez. 2009.

Nessa mesma ocupação, militantes da *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* passaram a conviver politicamente com o advogado André de Paula, da *Liga dos Comunistas Sem Partido* e, deste contacto, surgiu a *Federação*

Internacionalista Sem-teto (FIST) em 2005. Juntos chegaram a atuar em nove ocupações, a maior parte na

cidade do Rio de Janeiro, ao longo de dois anos, tal como o *Jornal do Brasil* fez questão de tornar público:

As nove Ocupações da Frente Internacionalista dos Sem-Teto:

-Cosme Velho:

1. *Confederação dos Tamoios, no Largo do Boticário. Desde julho de 2006. Catorze famílias moram no local.*

-Urca:

2. *Ocupação dos Cegos, ao lado do Instituto Benjamim Constant. Desde setembro do ano passado. Treze famílias vivem no local.*

-Centro:

3. *Padre Alípio de Freitas, na Rua da Relação, no Centro. Filiada há seis meses. Possui 15 famílias.*

-Teresópolis:

4. *Ocupação Flávio Bortoluzi, filiada em 2003. Sessenta famílias.*

-Tijuca:

5. *Ocupação Poeta Xynayba, filiada há três anos. Vinte e oito famílias.*

-Campo Grande:

6. *Ocupação Olga Benário, iniciada há quatro. Cem famílias.*

-Jacarepaguá:

7. *Vila da Conquista Nelson Farias Marinha, iniciada em 2001 com 80 famílias.*

-São Gonçalo:

8. *Ocupação Margarida Maria Alves, iniciada em 1999. Doze famílias no local.*

-Méier:

9. Ocupação Domingos Passos, filiada em 2006. Vinte e cinco famílias.¹²¹

Algumas dessas ocupações conseguiram a posse da área ocupada, como por exemplo, as ocupações em terrenos públicos como a Vila da Conquista, em Curicica, Jacarepaguá e a Margarida Alves, no bairro Trindade em São Gonçalo.

No caso da Vila da Conquista, com o apoio do advogado André de Paula, em 2005, os ocupantes venceram um processo contra a prefeitura do Rio de Janeiro e assim conseguiram a posse do terreno que ocupam:

Respeitável e justa a sentença do juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Capital, Dr. Carlos Eduardo Rosa da Fonseca Passos, que deferiu em 2001 a manutenção de posse a 25 humildes famílias que ocupam há 9 anos, de forma mansa, justa, pacífica e de boa fé, um terreno antes sem qualquer função social em Curicica, Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

(...) Ainda o Juiz expediu intimação contra o subprefeito de Jacarepaguá para que este se abstenha de proceder a qualquer ato de turbação ou esbulho, sob pena de prevaricação e prisão em flagrante, já que anteriormente derrubou três imóveis (o juiz concedeu aos posseiros o Interdito Proibitório também). Estamos processando a prefeitura por danos materiais, morais e psicológicos.¹²²

No entanto, a obtenção da posse não foi tão simples e, apesar de se localizar numa área não muito valorizada, as famílias tiveram antes de passar por muita pressão, ameaças e até mesmo a demolição de três casas por parte da subprefeitura de Jacarepaguá. No entanto, desta vez a reação contra a ocupação não saiu vitoriosa e, em 2006, foi condenada na 1ª Vara da Fazenda Pública a indenizar os donos de duas casas e uma igreja (onde funcionava também a Associação de Moradores), pagando trinta mil reais por cada imóvel demolido¹²³.

Outro caso em que também houve vitória judicial dos ocupantes foi a ocupação de um terreno municipal no Bairro Trindade, em São Gonçalo. Da mesma maneira, esta se deu numa área pouco valorizada e de posse da Prefeitura. Apesar de haver interesse

¹²¹ SÁLES, Felipe. “Invasores vão cobrar entrada no Boticário”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2007, Caderno Cidade p. A15.

¹²² PAULA, André de. Movimento dos Sem-teto: vitória para a Vila da Conquista. *Jornal do Professor*, Rio de Janeiro, Maio de 2005, p. 13.

¹²³ VITÓRIA da Ocupação. *Surgente – Jornal Semanal do Sindipetro Ano XII, Numero 1065*, Rio de Janeiro, de 07 a 12 de abril de 2006.

na reintegração desses terrenos, percebemos que tais interesses não foram suficientes para se sobrepor a pressão dos ocupantes pela manutenção da moradia.

Sem desconsiderar a importância da competência do advogado, sabemos que a justiça não é neutra, e principalmente no caso brasileiro, favorece hegemonicamente os grupos com poder econômico. No entanto, a miséria visível deste setor do proletariado gera a necessidade de ocupar, o que é muito pouco tolerado, mas que em algumas situações acaba sendo aceito, configurando uma dessas vitórias. Mas há limites, e para compreendermos os limites dessas vitórias é necessário fazer uma pergunta: quais são, predominantemente, os proprietários dos imóveis cujas ocupações foram vitoriosas judicialmente? A mesma pergunta deve ser feita para as ocupações que ainda que não possam ser consideradas vitoriosas se mantêm em situação estável e também para aquelas que sofreram despejos. Responderemos.

Além dessas ocupações que conseguiram a vitória definitiva temos ocupações de prédios públicos como a *Chiquinha Gonzaga*, *Zumbi dos Palmares* e *Quilombo das Guerreiras* no Centro do Rio de Janeiro, as quais mesmo não tendo garantias quanto à manutenção da ocupação ao menos a ameaça de despejo está temporariamente suspensa. O caso específico da ocupação *Chiquinha Gonzaga* é mais otimista, pois tudo indica que está em vias de obter a Concessão de Uso do espaço ocupado.

O que percebemos em comum em todas essas ocupações acima apresentadas é o fato de terem sido realizadas em prédios públicos que, ao menos parcialmente, foram vitoriosas. Talvez seria um pouco forçado falar em vitória pois a situação de tais ocupações é incerta e pode ser alterada em função de novos interesses em torno dos imóveis ocupados. Num contexto de implementação de projetos de “revitalização” dos centros urbanos por administrações municipais que, ao mesmo tempo, alimentam políticas de criminalização da pobreza, a moradia dos sem-teto, assim como de moradores pobres em geral, está ameaçada.

Mas ainda assim, esses prédios são menos alvejados pelo despejo por se tratarem de prédios públicos. Como no Brasil a máxima liberal de valorização do privado em detrimento do público é levada a extremos, os prédios de particulares também são defendidos de maneira mais aguerrida tanto pelo Judiciário e Polícia como através de mecanismos de coerção ilegais, porém amplamente tolerados.

Quando o imóvel pertence a particulares, em seu início a ocupação corre sérios riscos de ser despejada sumariamente e a mobilização necessária à sua manutenção tem

que ser bem mais expressiva. Nos casos de propriedade pública observam-se diferenças nos procedimentos para reintegração de posse dos terrenos em áreas de periferia, nos quais é mais fácil obter a posse, e os prédios em áreas centrais, cuja ocupação sofre maior repressão, mas que com bastante mobilização os ocupantes podem conseguir sua permanência, ainda que esta não seja totalmente segura.

No caso então de prédios particulares, principalmente quando estes se encontram em áreas muito valorizadas e alvo do interesse de construtoras, a permanência da ocupação torna-se praticamente inviável num curto intervalo de tempo. Uma das ocupações nesta situação foi a *Confederação dos Tamoios* no casarão abandonado da família Bittencourt no Largo do Boticário, uma das mais polêmicas e mais estigmatizadas ocupações ocorridas nos últimos anos. A sua localização em área



Ocupação Confederação dos Tamoios.
“Movimento de Luta pela Moradia no Rio de Janeiro”. *CMI*. Disponível em:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/03/415492.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

extremamente valorizada pelo mercado imobiliário no Cosme Velho, aliado ao interesse turístico trouxe por consequência enorme visibilidade na mídia para aquela iniciativa, mas também atraiu a incisiva reação de setores mais privilegiados da sociedade.

Como veremos melhor no próximo capítulo, a mídia fez uso de diversos estigmas para combater aquela ocupação, e um dos argumentos básicos utilizados foi a questão da “segurança dos vizinhos e dos próprios invasores”. Principalmente, alegaram o interesse público na preservação daquele patrimônio histórico, argumento este que é enfaticamente repetido e deixa implícito que a integridade do prédio seria mais importante que a das pessoas:

*Segundo o laudo [do Inepac], instalações inadequadas de luz e gás estariam ameaçando não só as famílias dos sem-teto e vizinhos, mas todo o conjunto de casas históricas, que poderiam acabar em caso de acidentes*¹²⁴.

A presença de sem-tetos naquele local provocava um furor, uma sensação de “fim de mundo” naqueles que acostumados à atual ordem desigual não conseguiam suportar a idéia de que famílias pobres pudessem residir num espaço de luxo como aquela mansão. Em tal imóvel, de propriedade de uma única família, 14 famílias proletárias passaram a residir em 2006.

Mas, por mais que aquela ocupação tenha tido enorme importância ao evidenciar ao extremo uma contradição, estava bastante claro, desde o início, que a possibilidade de sua manutenção era muito reduzida. As pressões foram enormes e o INEPAC, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, foi uma das entidades mais presentes na tarefa de inviabilizar a permanência das famílias ocupantes:

*(...) os moradores planejam também fazer reformas que, se não forem autorizadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), poderão acarretar em prisão ou multas de até R\$ 100 mil.*¹²⁵

E:

*Mesmo se os sem-teto conquistarem o direito de morar na casa da família Bittencourt, o Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac) vai mover uma ação civil pública contra os invasores, obrigando-os a levantar fundos para reformar o imóvel*¹²⁶.

Como fica explícito, acionado pelos proprietários e com o apoio dos jornais diários do Rio de Janeiro o INEPAC atuou no sentido de dificultar ao extremo a manutenção da ocupação, fazendo visitas com uma enorme periodicidade para investigar se os ocupantes teriam realizado algum tipo de obra irregular. Mas, conforme diziam moradores e ativistas da *Confederação dos Tamoios*, não havia simetria alguma

¹²⁴ SÁLES, Felipe. Invasores vão cobrar entrada no Boticário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2007, Caderno Cidade, p.A15.

¹²⁵ IDEM

¹²⁶ SÁLES, Felipe. Justiça já deu vitória a invasores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006, p.A12.

de tratamento com relação aos prédios vizinhos, os quais teriam promovido obras irregulares, mas não eram fiscalizados pelo Instituto. Além disso, ficava flagrante essa assimetria com relação à proprietária do imóvel, que não havia sido alvo de “ação civil pública” “para reformar o imóvel” apesar dos anos de abandono. Dessa maneira, ficou clara que a função do INEPAC não era a de preservar um patrimônio histórico, mas sim a de se utilizar desse pretexto para servir de instrumento de combate das classes dominantes contra as classes exploradas.

Como é comum a muitos outros imóveis particulares, a ocupação foi despejada em 29 de novembro de 2007. Apesar de esse ser um caso extremo, conforme dissemos anteriormente, essa é uma tendência bastante comum, a de os moradores das ocupações de prédios particulares serem muito mais facilmente removidos do que aquelas realizadas em prédios públicos. Isso pode ser explicado pela valorização do privado em detrimento do público, o que apesar de não ser uma exclusividade nacional, afinal o capitalismo está fundado nisso, num certo senso comum brasileiro, tal tendência se faz ainda mais notável. O público é em geral entendido não como o que é propriedade de todos, mas como aquilo que não é de ninguém e que por isso pode ser mal tratado. Já o direito de propriedade privada é “sacralizado” e assim atacá-la, ainda que não cumpra sua função social ou esteja abandonada, com impostos e taxas em atraso, é considerado um verdadeiro “sacrilégio”.

Outra ocupação também despejada foi a *Poeta Xynayba*, nesse caso, veremos como mecanismos institucionais e de ilegalidade tolerada se imiscuíram

para provocar a expulsão de moradores de casas que foram construídas justamente para servirem de moradias populares.



Ocupação Poeta Xynayba. Movimento de Luta pela Moradia no Rio de Janeiro” CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/03/415492.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

A história da *Ocupação Poeta Xynayba* é uma das mais revoltantes de todas as pesquisadas. Essa ocupação se localizava na Praça Hilda, nº. 11 na Tijuca, em um

terreno doado pelo engenheiro João Victorio Pareto Júnior onde foram construídas quarenta casas para servirem de moradia aos desalojados, em 1920, pelo desmonte do Morro do Castelo. As obras, financiadas pela prefeitura, ficaram prontas em 1922, sendo que parte significativa do material utilizado para a construção veio dos destroços das demolições das casas existentes no Morro do Castelo.

A *Vila Hilda*, nome que foi dado àquele conjunto de casas, por João Victor Pareto Júnior em homenagem à sua esposa, foi tombada na década de 1980 durante o mandato de Saturnino Braga como prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Nesta época, Luiz Henrique de Carvalho Pareto, filho do idealizador da Vila, já cobrava aluguéis dos novos moradores, mantendo isentos apenas os antigos.

Mas, em 1991, no mandato de César Maia o tombamento da Vila foi derrubado abrindo a possibilidade de promover o despejo dos moradores. Assim, uma ordem de despejo coletiva foi emitida¹²⁷, apesar de não estar embasada em processo judicial, segundo o historiador e ativista Rafael Deminicis, membro da FIST na época. Mesmo



Moradores da ocupação Poeta Xynayba. “Movimento de Luta pela Moradia no Rio de Janeiro.” *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/03/415492.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

assim, neste mesmo ano os então moradores da *Vila Hilda* foram despejados.¹²⁸ Após o despejo as casas ficaram abandonadas até que aos poucos alguns moradores foram reocupando suas casas. Apenas em 2001 ocorreu a reocupação de todas as 40 casas (sendo 39 para moradia e uma reservada para um centro comunitário).

¹²⁷ Não foi possível confirmar qual órgão foi responsável pela emissão dessa ordem de despejo.

¹²⁸ DEMINICIS, Rafael. Corrupção e Violência atropelaram a Ocupação Poeta Xynayba. *Anarkismo Net*. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/5989> Acesso em: 6 jun. 2009. O autor é membro da FARJ, morou na ocupação Poeta Xynayba e sofreu despejo em 3 de abril de 2007.

Em 2003, Luiz Henrique de Carvalho Pareto entrou com processo de reintegração de posse, ocasião em que os moradores procuraram auxílio de um advogado, mas de acordo com Deminicis:

Os moradores procuraram um advogado e de nada adiantou, pois ele se mostrou tendencioso, orientando os moradores a declararem à Polícia que eram invasores e que reconheciam a posse dos Pareto. “Por coincidência”, o policial relator da declaração – Rubens, da 19ª DP – era amigo da Família Pareto. Ele havia sido segurança particular da vila, contratado pelos Pareto, na época do abandono e após a declaração passou a comandar diversas invasões e agressões para aterrorizar os moradores.¹²⁹

O advogado André de Paula, procurado pelos ameaçados de despejo, assumiu a ação. Há evidências em diversos materiais, como os vários documentos enviados por este advogado e ativista no Movimento Sem-teto ao 6º Batalhão da Polícia Militar, de que o policial Rubens e outros policiais estiveram envolvidos em diversas ações visando atemorizar os ocupantes e assim beneficiar a família Pareto, por quem são certamente favorecidos. Dentre as ações dessa natureza, cabe citar a denúncia¹³⁰, encaminhada à Polícia pelos ocupantes e pelo advogado André de Paula:

*Ao Delegado da 19ª DP e Comandante do 6º Batalhão da PM
Protocolo 032942-1019/2005*

Nós Moradores da Ocupação Poeta Xynayba, localizada a Praça Hilda, 11 – Tijuca, vimos através desta denunciar a criminosa e ilegal incursão da Polícia Militar do 6º Batalhão identificados como Washington e Brasil (PMs) e outros policiais nas viaturas (duas) placas KTY 5482 e LQR 0196 acompanhados pelo reincidente policial desta DP Rubens em carro particular LNZ 7034, ameaçando, intimidando e penetrando de forma truculenta, sem ordem judicial ou qualquer documento que os habilitasse.

O Policial Rubens disse que com ele as coisas se resolvem na marra, não pela justiça. Quebraram o cadeado com alicate inglês (alicateão) e invadiram a ocupação como um bando de marginais.

O Policial Brasil ainda antes de entrar ameaçou atirar nos moradores para abrir o portão. Isto aconteceu hoje de manhã (14/06/05) a partir de 6 horas da madrugada.

Pedem instauração do IPM e Registro de Ocorrência (RO) com a vinda do MP,

¹²⁹ IDEM.

¹³⁰ Vale ressaltar que foram seis as denúncias encaminhadas pelos moradores pedindo soluções para as constantes perturbações promovidas pelos policiais.

*André de Paula OAB-RJ 33536. Seguem as assinaturas de todos os ocupantes.*¹³¹

Este documento demonstra como a luta de classes, ao menos para o caso carioca e provavelmente é a regra, não respeita a legalidade. As classes proprietárias fazem uso de para-militares e até mesmo da polícia em ações ilegais para fazer valer o seu “direito à propriedade”. Assim sendo, não apenas valendo-se dos mais variados meios para desgastar os moradores e buscar a reintegração da posse, a família Pareto conseguiu pôr fim àquela ocupação através de meios bastante questionáveis do ponto de vista legal. No dia 29 de março de 2007, uma quinta-feira, os ocupantes, junto ao seu advogado, conseguiram uma liminar que suspendia a ação de despejo. No entanto, na véspera da expulsão, segunda-feira, dia 2 de abril de 2007, sem que os ocupantes ou seu advogado tivessem ciência disso, o juiz de plantão no Fórum suspendeu a liminar.

Foi assim que então, na manhã do dia 3 de abril, os moradores da Poeta Xynayba foram surpreendidos, por volta das oito horas da manhã, por seis oficiais de justiça e diversos carros da polícia:

*Depois de duas horas de conflito, a Polícia e os oficiais de justiça então tentaram negociar, reivindicando que o despejo era para apenas cinco casas. Foi comunicado que apenas um oficial de justiça entraria, acompanhado por apenas 6 policiais. A comunidade então atordoada, com feridos, depois de muita conversa, resolveu permitir, com a estratégia de pedir o abrigo das 5 famílias despejadas em outra Ocupação.*¹³²

Assim sendo, eles permitiram a entrada dos policiais, que rompendo com o acordo (e com a própria ordem judicial que previa o despejo de ocupantes de apenas cinco casas), os policiais e oficiais de justiça efetivaram a desocupação completa de todas as quarenta casas da *Ocupação Poeta Xynayba*.

Apesar de terem sido muitos os casos de despejos foram muitas as ocupações que seguiram adiante e se fortaleceram. É o caso da *Ocupação Chiquinha Gonzaga* que é hoje considerada uma espécie de “ocupação modelo” para as demais. As articulações e o elevado nível de politização interna da ocupação fez com que esta pudesse se manter

¹³¹ PAULA, André. Pedido de instauração do IPM e Registro de Ocorrência (RO) com a vinda do MP encaminhado ao Delegado da 19ª DP e Comandante do 6º Batalhão da PM. Protocolo 032942-1019/2005. Rio de Janeiro: 14 jun. 2005.

¹³² DEMINICIS, Rafael. *Corrupção e Violência atropelam a Ocupação Poeta Xynayba*. Op. cit.

bastante organizada desde seu surgimento em 2004 até hoje, o que se reflete inclusive numa melhor estrutura física da própria ocupação. Essa é uma tendência nas ocupações organizadas desde a sua origem. Devido à formação política, que é bastante prática, pela qual passam os moradores antes da ocupação, ela desenvolve fóruns de discussão e deliberação sobre os problemas que os afligem. No caso das ocupações “espontâneas”, as quais normalmente surgem através da ocupação de espaços abandonados de maneira não-organizada, de acordo com a repórter do Globo, o “cada um por si” costuma prevalecer:

(...) Quando Cristina se mudou para o prédio da Frei Caneca, o edifício tinha uma associação de moradores e era mais organizado. Mas o último presidente morreu e ninguém quis assumir o cargo. Hoje, é cada um por si. Cristina ouviu falar que prédios públicos estão virando habitações de interesse social. Sonha em viver num lugar como a ocupação Chiquinha Gonzaga, no antigo prédio do Incra, atrás da Central do Brasil. Ocupado desde 2004 por um grupo de Sem-teto, o imóvel está em processo de regularização de posse e vai receber recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para obras. Hoje, 66 famílias moram ali, com luz, banheiro, cozinha, coleta de lixo, água e esgoto. O básico.¹³³

O caso acima apresentado é o da ocupação nº. 511 na Rua Frei Caneca, no Estácio. Tal ocupação está em condições extremamente precárias, sem água encanada, com muito lixo e a rede de esgoto entupida escorre por vários cantos do prédio até sua entrada. Portanto, as condições de vida daquelas pessoas são extremamente ruins, visto que não estão organizadas atualmente e nem contam com qualquer apoio. Por isso, muitos moradores de ocupações com uma percepção semelhante à da moradora entrevistada pela Revista O Globo, procuram o auxílio de ativistas para se organizarem e solucionarem seus problemas de infra-estrutura e administração das áreas ocupadas.

Esse foi o caso da ocupação *Guerreiros do 510*, a princípio uma ocupação espontânea, mas que buscou aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), no qual atua a *Federação Anarquista do Rio de Janeiro* através de sua Frente de Movimento Sem-teto,

¹³³ SÁ, Fátima. Vivendo no Abandono. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2008, Revista O Globo Ano 5, nº 226, pp. 31-36.

Existente há cerca de dois anos, a “Guerreiros da 510” é conhecida pela resistência pacífica e organização. Com suporte pedagógico do MTD, passaram a organizar assembléias toda segunda-feira para administrar a ocupação, sem estabelecer hierarquia rígida. Vinham organizando, há seis meses, mutirões para atividades como a limpeza do prédio, a pintura das paredes, a aquisição de livros para sua Biblioteca, e a compra de um portão. Contaram também com suporte financeiro de alguns sindicatos.¹³⁴



12- Ocupação Guerreiros do 510. Harpo. “Fotos da tentativa de despejo no Guerreiros da 510”. CMI. Disponível em: <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2009/01/437164.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

Desta maneira, conforme explicita o trecho da reportagem do *Brasil de Fato*, a aproximação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados se deu no sentido de fortalecer a organização interna, mas também serviu como apoio frente aos inimigos daquela ocupação, fortalecendo a resistência contra as ameaças de despejo. A

primeira tentativa de realizar o despejo no prédio 510 da Rua Gomes Freire ocorreu em 8 de janeiro de 2009. O Hotel Granada, vizinho da ocupação, foi autor de uma denúncia com base no “direito de vizinhança”:

*A ação surgiu a partir de uma denúncia do Hotel Granada baseado no direito de vizinhança. A iniciativa caiu como uma luva para a política de limpeza urbana defendida pelo novo prefeito, Eduardo Paes. A política de choque de ordem está sendo usada para expulsar a pobreza de regiões com alto potencial para especulação econômica e imobiliária.*¹³⁵

¹³⁴ UCHOAS, Leandro. Moradores da Guerreiros da 510 acampam na rua há uma semana. *Brasil de Fato*. Rio de Janeiro, 1 jun. 2009. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/moradores-da-201cguerreiros-da-510201d-acampam-na-rua-ha-uma-semana> Acesso em: 25 de jun. 2009.

¹³⁵ OCUPAÇÃO Guerreiros do 510 resiste!. *Centro de Mídia Independente*, 10 jan. 2009. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/01/437152.shtml>. Acesso em 25 jun. 2009.

A polícia chegou por volta de 9h da manhã, aterrorizando os moradores com bombas de gás lacrimogêneo, que atiravam no interior da ocupação, na qual se encontravam crianças e mesmo bebês recém-nascidos. No entanto, devido à resistência dos moradores, a ação foi suspensa. Desde então a *Guerreiros do 510* seguiu se organizando, realizando Assembléias todas as quintas-feiras, fazendo mutirões de limpeza e reformas no prédio. Um importante trabalho coletivo se desenvolvia ali, até que no dia 22 de maio de 2009, o 12º andar sofreu um incêndio provocado por uma moradora, que motivada por desavença conjugal pôs fogo num colchão¹³⁶. O incêndio se espalhou e avariou mais quatro andares da ocupação. Rapidamente a Defesa Civil interditou o prédio e os moradores foram expulsos pelo 13º Batalhão da Polícia Militar.

Tudo leva a crer que o laudo proferido em tempo recorde pela Defesa Civil é muito questionável, visto que são muitos os interessados em acabar com aquela ocupação, como é o caso do proprietário e, principalmente, do Hotel Granada. Segundo Rafael Viana, membro do MTD e da FARJ:

*A Defesa Civil foi muito rápida. Alegaram que o prédio podia desabar, o que não é verdade. A gente teve a presença de um engenheiro próximo ao movimento que atestou que o prédio está em condições de moradia.*¹³⁷

¹³⁶ Devido ao significativo número de incêndios ocorridos em ocupações cariocas há muitas especulações acerca da possibilidade deles serem promovidos intencionalmente por pessoas infiltradas a mando de grupos interessados nos despejos e remoções das famílias, no entanto não há nenhuma evidência que comprove estas especulações.

¹³⁷ UCHOAS, Leandro. Moradores da 'Guerreiros da 510' acampam na rua há uma semana. Op. cit.

Esse fato foi um “prato cheio” para a política de “limpeza” das áreas centrais da cidade que está sendo promovida pela atual prefeitura através de operações chamadas “Choque de ordem” implementadas pelo prefeito Eduardo Paes, e levadas a cabo pelo secretário municipal de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem. Essa política de verdadeira criminalização e remoção da pobreza tem por objetivo afastar a miséria, e os miseráveis, dos espaços freqüentados pela burguesia carioca, ou permitir a “liberação” de áreas e



Ocupação Guerreiros do 234. Passa palavra. Guerreiros do 510, do 234, da rua... Disponível em: http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://passapalavra.info/wpcontent/uploads/2009/07/501f.jpeg&imgrefurl=http://passapalavra.info/%3Fp%3D9098&usq=_MsZddeCVGC4UHqpTNEp4xKako8=&h=480&w=359&sz=31&hl=ptBR&start=4&tbnid=7WUlsVM3ZlipM:&tbnh=129&tbnw=96&prev=/images%3Fq%3D%2522guerreiros%2Bdo%2B510%2522%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG Acesso em: 17 Dez. 2009.

imóveis para a exploração imobiliária.¹³⁸ Como exemplo extremo temos até mesmo a proibição de distribuição de alimentação para a população de rua:

*A secretaria Especial de Ordem Pública vai cortar a distribuição de pratos de comida e de sopa feita por instituições religiosas e de caridade nas ruas do Rio. Para o secretário Rodrigo Bethlem, a alimentação poderia ser fornecida nas áreas internas das entidades.*¹³⁹

Nesse contexto de crescente criminalização da pobreza foi que, depois de arrancados de dentro do prédio pelo 13º Batalhão da Polícia Militar, os antes ocupantes ficaram vivendo literalmente na calçada. Essa situação favoreceu um crescente desgaste interno entre ocupantes e membros do *Movimento dos Trabalhadores Desempregados* do que

¹³⁸ CHOQUE de ordem começa amanhã. *O Dia Online*. 3 jan. 2009. Disponível em: http://odia.terra.com.br/rio/htm/choque_de_ordem_no_rio_comeca_amanha_221599.asp Acesso em 25 jun. 2009.

¹³⁹ MARSAL. Nathália. Choque de ordem vai combater o sopão distribuído para moradores de rua. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/43186+choque+de+ordem+vai+combater+o+sopao+distribuido+para+moradores+de+rua> Acesso em: 25 jun. 2009.

resultou o rompimento de uma parcela dos moradores com o MTD e a busca de auxílio na *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, a fim de tentarem uma nova ocupação.

Assim sendo, no dia 22 de junho, durante a madrugada, ocuparam o prédio nº. 234 da Avenida Mem de Sá, a mesma avenida onde se localiza a *Ocupação Nova Canudos*, realizada em 1997. O prédio ocupado era do INSS e a intenção dos moradores foi pressionar as autoridades responsáveis para que pudessem retornar às suas casas na *Guerreiros do 510*, onde se encontravam inclusive móveis e diversos objetos pessoais.

Porém, não atendido esse apelo, foi concedida a reintegração de posse do imóvel



Despejo dos “Guerreiros” na Rua Mem de Sá. Passa palavra. Guerreiros do 510, do 234, da rua... Disponível em: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://passapalavra.info/wpcontent/uploads/2009/07/501f.jpeg&imgrefurl=http://passapalavra.info/%3Fp%3D9098&usq= MsZddeCVGC4UHqpTNEp4xKako8=&h=480&w=359&sz=31&hl=ptBR&start=4&tbnid=7WUlsVM3ZlipM:&tbnh=129&tbnw=96&prev=/images%3Fq%3D%2522guerreiros%2Bdo%2B510%2522%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG> Acesso em: 17 Dez. 2009.

número 234 na Avenida Mem de Sá e já no dia 23 de junho, a Polícia Militar passou a ameaçar adentrar a ocupação e expulsar os ocupantes, ainda que a PM não tenha permissão para efetuar este tipo de ação. Mas foi só então com a ação de despejo da Polícia Federal que, na sexta-feira, dia 26 de junho, os *Guerreiros do 510* e depois da 234, voltaram a viver novamente nas ruas.

3. Ocupação na Universidade: O AMJB

Segundo alguns levantamentos estatísticos¹⁴⁰ e conforme consta em diversos panfletos políticos no Movimento Estudantil, 70% do total dos estudantes que ingressam na Universidade Federal Fluminense, não são de Niterói e, destes, um número significativo apresenta sérias dificuldades econômicas para dar prosseguimento aos seus estudos, o que se torna evidente no fato de a UFF ser uma das Universidades com maior índice de evasão em todo o país (por volta de 45% dos que ingressam não conseguem dar prosseguimento aos estudos)¹⁴¹.

Constatando isso para além da teoria, mas de maneira objetiva, estudantes, muitos dos quais residentes na *Casa do Estudante Fluminense* tinham, portanto, a demanda da Moradia como problema premente, e passaram a partir de outubro de 2002 a organizar o *Fórum de Luta pela Moradia na UFF*. Após as reuniões iniciais, as quais contavam com a participação de membros do *Diretório Central dos Estudantes* vinculados à *Democracia Socialista* (DS) tendência interna do *Partido dos Trabalhadores* (PT)¹⁴², o grupo se dividiu pois estes, como direção do DCE, desejavam que o fórum fosse incorporado ao mesmo, no entanto a maioria dos fundadores do fórum se opunham àquela orientação e por isso os petistas se retiraram daquele espaço. Desta maneira formou-se como movimento independente pois seus membros entendiam que as forças políticas que hegemonizavam o *Diretório Central dos Estudantes* (DCE) da universidade, não se propunham a travar uma luta baseada em ação direta para atender aos interesses estudantis, em especial dos estudantes proletarizados, os quais são os principais demandatários de políticas de assistência, imprescindíveis para sua manutenção na universidade.

Na compreensão daqueles ativistas a preocupação em “construir a entidade” estava na realidade imersa em uma lógica de constante disputa por espaços institucionais que conseqüentemente conduzia tal fração da esquerda, orientada pela lógica da representação, a frear o movimento radical de contestação. Ou seja, no

¹⁴⁰ PALHARINI, Francisco de Assis; SANDALL, H. L. P.; MUNIZ, A. E. . Perfil sócioeconômico e cultural dos vestibulandos e ingressantes na UFF: 1998-2001. In: 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia, 2002, Niterói. Anais do 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. Niterói: Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2002. v. 1, p. 399.

¹⁴¹ PROPOSTA do Grupo de Trabalho sobre REUNI. *UFF Notícias*. Op. cit.

¹⁴² A corrente estudantil na qual atuavam se denominava *UFF em Movimento*. Com relação a DS, esta tendência “rachou” permanecendo uma parte como DS no PT e outra como *Enlace* inserida no P-SOL.

entendimento deste coletivo, as forças políticas tradicionais inseridas no Movimento Estudantil acabavam por se mobilizar visando a manutenção de sua hegemonia nas direções de entidades (DCE, DA's e CA's) e na tentativa de galgar cargos políticos, como, por exemplo, de conselheiro universitário, na Burocracia Acadêmica. *O Fórum de Luta pela Moradia* hegemonicamente se constituiu de forma a se contrapor a essa tendência. A ação direta, e não a tentativa de apostar em mecanismos de representação, era entendida por aqueles estudantes como forma única de avançar na luta por suas demandas.

Uma das principais realizações desse movimento foi a elaboração de um dossiê sobre a questão da moradia. Tratava-se de um amplo estudo sobre as possibilidades de construção da moradia estudantil baseado na experiência de outras universidades. Após a formulação de tal documento, uma passeata que contou com a presença de mais de 200 estudantes foi organizada para, no Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação da universidade, exigir o comprometimento da reitoria para com a execução de um projeto de moradia.

Essa passeata ocorreu no dia 28 de maio de 2003 e teve por consequência a formalização de um compromisso de construção da moradia através da composição de um Grupo de trabalho (GT) para elaborar o projeto, tendo o dossiê como referência. Ao final das tarefas, os devidos procedimentos para a materialização do projeto seriam encaminhados. Esse grupo de trabalho finalizou suas atividades, no entanto, a reitoria de Cícero, na época em sua segunda gestão, não implementou tal projeto.

O Fórum de Luta pela Moradia representou a tentativa de construção de uma luta autogestionária, sem representantes, coerente, portanto, com os princípios básicos do Socialismo Libertário. As iniciativas que tinham por referência o modelo de representatividade eram hegemonicamente combatidas no interior do fórum. Mas aos poucos, devido a conflitos internos, *o Fórum de Luta por Moradia* foi perdendo sua força de mobilização, suas reuniões, antes bastante numerosas foram se esvaziando. Porém, se por um lado aquele espaço político se dissolveu, por outro, o foco de sua luta se manteve e foi levado à radicalidade em 2006 com o surgimento do *Acampamento Maria Júlia Braga*, uma ocupação a qual, inclusive, contava com membros e apoiadores que participaram das ações do *Fórum de Luta pela Moradia*.

O Acampamento Maria Júlia Braga, por ser uma ocupação estudantil na Universidade Federal Fluminense, foi um exemplo um tanto destoante do modelo de

ocupação “padrão” por moradores sem-teto, mas também não se enquadrava no padrão das ocupações realizadas pelo movimento estudantil. No movimento estudantil, as ocupações realizadas por estudantes em geral são de curta duração e são ações de protesto para realizar pressão por uma determinada demanda. A ocupação da reitoria da Universidade Estadual de São Paulo (USP) em 2007, por exemplo, tinha como foco inicial combater a política do governo do estado de São Paulo de redução da autonomia universitária naquela instituição. Mas a ocupação promovida pelos estudantes na UFF tinha uma natureza distinta, porque foi ao mesmo tempo um movimento de protesto no interior do Movimento Estudantil e um projeto de construir uma moradia social, visto que foi originada de uma ação de despejo.

O *Acampamento Maria Júlia Braga* representou a luta mais radicalizada pela construção da moradia estudantil na Universidade Federal Fluminense e, do Brasil como um todo. Ainda que não tenha se desenvolvido como um movimento massivo, pois durante toda a sua existência, participaram organicamente não mais de 35 pessoas simultaneamente no *Acampamento Maria Júlia Braga*, esse movimento pouco numeroso contribuiu para explicitar contradições como nunca antes ocorreu no meio universitário. Para alguns, a “favela invadiu” a Universidade Federal Fluminense pela primeira vez em sua história:

Quem passa pelo campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF) tem a impressão de que uma favela está se formando. Há quatro meses, 15 estudantes vivem acampados no local, onde fazem comida num forno ou a lenha e dividem as tarefas de vigia. Para iluminar as barracas o grupo fez gatos na rede elétrica.¹⁴³

Essa ocupação surgiu após a expulsão de vinte e três estudantes da *Casa do Estudante Fluminense*, criada em 1949, com o propósito de servir de moradia aos estudantes que viessem para a cidade:

O prédio pertencia à Sra. Alzira Cordeiro de Oliveira Mattos, sendo adquirido, em 1925, por Maria Júlia Braga, que tinha o hábito de hospedar estudantes carentes. A Casa do Estudante Fluminense foi criada pela Lei nº 419, de 18 de maio de 1949, subordinada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Tal instituição tinha por finalidade dar assistência, hospedagem e alimentação ao estudante carente

¹⁴³ ALVES, Marcelo. Campus vira palco de protesto político. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2006, Caderno Niterói.

*que chegava a Niterói sem condições de se manter economicamente. Em 26 de agosto de 1968, o Estado do Rio de Janeiro adquiriu o imóvel, através de ato judicial, por ausência de herdeiros do espólio de Maria Júlia Braga. Em 27 de junho de 1978, a Cia Brasileira de Energia Elétrica adquiriu, por permuta com o Estado, o imóvel. Contudo, a Casa do Estudante permaneceu sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação.*¹⁴⁴

Desde o final de 2005 que manifestações constantes evidenciavam o acirramento das tensões entre a direção da Casa do Estudante Fluminense (CEF) e os estudantes que se opunham ao novo estatuto. A repressão a essas manifestações era veemente, a Polícia Militar era chamada pela direção da Casa e chegava “armada até os dentes” e com toda a truculência, com armas engatilhadas, ameaçava soltar cães sobre os manifestantes, parecia uma reação bastante extremada para reprimir estudantes universitários.

Só que aqueles não eram estudantes universitários padrão e isso modificava a conduta da repressão. O estudante padrão, principalmente dos cursos mais reconhecidos socialmente¹⁴⁵, é financiado pelos pais, que pagam aluguéis na cidade de Niterói para que seus filhos fiquem alojados, ou no caso de alguns cariocas, pagam as altíssimas tarifas do transporte público intermunicipal. Aqueles que não se incluem neste grupo social, acabam muitas das vezes abandonando a universidade e assim contribuindo para as altíssimas taxas de evasão.¹⁴⁶

Esse conflito entre a direção da Casa do Estudante e uma parcela dos estudantes que lá residia teve início com a retomada da gestão da Casa pelo Governo do estado do Rio de Janeiro após cinco anos de abandono. Durante este período de ausência de uma direção, os próprios estudantes passaram a gerir a casa e realizavam inclusive processos de seleção informal para admissão de novos moradores.

Até essa retomada da Casa do Estudante Fluminense pelo Governo do Estado, o local estava em abandono e total negligência quanto à gestão:

Superlotação, necessidade urgente de reformas e aproximadamente R\$ 28 mil em dívidas. (...). A situação da casa - que abriga estudantes do interior que vêm para o Rio ou Niterói - é caótica. Como a entidade não

¹⁴⁴ PREFEITURA Municipal/Secretaria Municipal de Cultura. *Niterói Patrimônio Cultural*. Niterói: SMC/Niterói Livros, 2000.

¹⁴⁵ Refiro-me aos cursos que possuem valorização de mercado ou que, apesar de atualmente sofrerem certa desvalorização em termos de valor de venda da força de trabalho, são identificados como cursos de elite.

¹⁴⁶ De acordo com dados da própria UFF, a evasão está em torno de 45%: Proposta do Grupo de Trabalho sobre REUNI. *UFF Notícias*. Niterói: UFF, 2007, p. 5. Disponível em: <http://www.uff.br/uffon/noticias/2007/10/reuni-proposta-gt-uff-at.pdf> Acesso em 23 de junho de 2009.

recebe verbas do Estado há um ano e meio, as paredes têm infiltrações, os cômodos minúsculos acomodam até sete pessoas e estudantes dormem em colchões espalhados pelo chão.

A precária condição do lugar acaba dificultando a convivência. Não são raras as queixas de brigas ou furtos registradas na polícia. Sem diretor nomeado desde 2000, o espaço, com capacidade para 45 pessoas, hoje abriga 60.

Desde a saída da última direção, vigora uma espécie de autogestão, na qual os moradores se organizam para realizar processos de seleção. Para Leni Medeiros, chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação, a casa é uma anomalia que não deveria estar sob a responsabilidade do Estado, uma vez que 80% dos residentes estudam na UFF.¹⁴⁷

O abandono era explícito e dessa maneira, até 2006, quando ocorreu a expulsão, não houve na Casa do Estudante Fluminense nenhum processo seletivo oficial. Como afirmamos, a gestão se dava meramente através da auto-organização dos moradores, o que era extremamente difícil na situação tal como apresentada na notícia acima transcrita.

Quando o Governo do estado do Rio de Janeiro impondo uma nova direção para a Casa reassumiu o controle do local, ele o fez de maneira totalmente autoritária visando alijar os estudantes do processo decisório. Ou seja, aqueles que antes geriam a casa passavam a ser geridos. Isto se materializou na imposição do estatuto, em 18 de janeiro de 2005, quando foi baixado um novo Regimento Interno¹⁴⁸, ao qual significativa parcela dos estudantes se opôs e por isso se negou a realizar o recadastramento:

Em 28.02.2005, foi publicada no DOERJ, pela SEE, Edital de Convocação dos Residentes para Avaliação 2005. O processo de avaliação seria em parceria com o Serviço Social da UFF, DAC/UFF. No subitem 5.1 - Disposições Gerais, "O não comparecimento do estudante à entrevista e/ou a não apresentação da documentação exigida acarretará em sua eliminação do processo e estará automaticamente enquadrado no art.16 e no art. 18 inciso VII do Regimento Interno da CEF".¹⁴⁹

Os estudantes, portanto que não participaram dessa "Avaliação 2005" ficaram, a partir de então, sujeitos à expulsão. Dentre os principais elementos do novo regimento

¹⁴⁷ CAOS na Casa do Estudante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 set. 2002.

¹⁴⁸ GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. Regimento Interno da Casa do Estudante Fluminense - Resolução SEE nº. 2752. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2005.

¹⁴⁹ GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. Of. SEE/CG nº 987 / 2005. Rio de Janeiro, 07 de junho de 2005.

interno aos quais os estudantes se opunham, estavam: a expulsão de estudantes que contraíssem doenças contagiosas ou psiquiátricas, impedimento de quaisquer visitas aos residentes, inclusive de familiares e proibição de reuniões de caráter político ou religioso. O artigo 19, referente à proibição de reuniões políticas e religiosas foi um dos aspectos questionados por dezessete estudantes que propuseram alteração no regimento, respondida da seguinte maneira:

Art.19 - Conforme a Lei nº. 02479, Regulamento dos Servidores Públicos, todo prédio público deve atender a esse artigo. Porém o bom senso é de que não é proibido conversar sobre temas políticos ou religiosos na Casa. Desconhecemos o informado na proposta "de acordo com a legislação atual". Favor nos fornecerem o texto da legislação atual.¹⁵⁰

Considerando que “conversar sobre” não é o mesmo que realizar reuniões, a Secretaria de Estado de Educação procurou manter a proibição de reuniões políticas ou religiosas no interior da casa e maquiá-la de legitimidade, justificando que a norma é válida para “todo prédio público” que “deve atender a esse artigo”. Ainda quando afirmam desconhecer a que se referem quando dizem “de acordo com a legislação atual”, tais burocratas fingem ignorar que aquela é uma clara referência a liberdade de culto religioso e de expressão política. “Tiram da cartola” a regra de que prédios públicos não podem servir à realização de cultos religiosos ou reuniões políticas e assim tentam conferir um tom de legalidade àquele artigo.

E quanto à afirmação de que não se pode realizar reuniões políticas em prédios públicos, imaginemos como isso se daria caso essa suposta regra fosse empregada em qualquer Universidade Pública ou, ainda, nas sedes dos poderes Legislativo e Executivo. Ainda que na hipótese de reconhecidos os espaços institucionais de atuação política, legitimados pelo Conselho Universitário, nenhuma outra organização ou grupo poderia se articular naquelas instituições, o que possivelmente inviabilizaria a existência daqueles mesmos espaços institucionais como o Diretório Central dos Estudantes, os sindicatos dos diversos trabalhadores das universidades (docentes, servidores técnicos administrativos). Também, como percebemos no caso da UFF, as atividades de grupos evangélicos como o *Alfa e Ômega* deveriam ser proibidas, principalmente em recepções

¹⁵⁰ Governo do Estado do Rio De Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. Carta-resposta dirigida aos estudantes que reivindicaram alteração do Regimento Interno da Casa do Estudante Fluminense. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2005.

aos calouros, assim como os grupos de oração católicos que também se reúnem no interior dos *campi*. Resumindo, para ser válida a norma deveria ser aplicada a todos.

Como forma de combater a política da direção da *Casa do Estudante Fluminense*, os moradores em litígio resolveram realizar um processo seletivo para ocupar as vagas ociosas numa postura clara de confrontação:

De 04 a 13.05.2005: Panfleto comunicando estarem abertas as inscrições para candidatos as vagas para novos moradores da CEF. Os candidatos deveriam procurar Dário ou Josemar, ambos estudantes notificados para desocuparem a CEF.¹⁵¹

Um número expressivo de estudantes com dificuldades de se manterem na Universidade aderiu a esse processo e com muita dificuldade se tornaram moradores da Casa do Estudante Fluminense.

No entanto, apesar das manifestações, da entrada de novos moradores e da visibilidade que essas ações proporcionaram na grande mídia, vinte e três moradores que não aceitaram se submeter ao novo regimento da Secretaria Estadual de Educação ou que entraram pelo processo paralelo de seleção foram expulsos em 4 de abril de 2006.¹⁵²

Expulsos e desalojados, acamparam na calçada em frente a CEF¹⁵³:

Os vinte e três estudantes que foram expulsos da Casa do Estudante Fluminense (CEF), no final da noite de terça-feira, estão 'morando' na calçada em frente à casa. Dormindo em três barracas de camping e uma cama ao relento, o grupo afirmou que ficará no local até que o Tribunal de Justiça julgue o último recurso de agravo feito pelo advogado que os representa, Marcelo Benevento.¹⁵⁴

Depois, não tendo êxito para além da propaganda da situação em que se encontravam aqueles estudantes, partiram para o gramado do jardim da reitoria da Universidade Federal Fluminense, instituição na qual estudava a maior parcela dos

¹⁵¹ Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. Of. SEE/CG nº 987 / 2005. Rio de Janeiro, 07 jun. 2005. Grifos no original.

¹⁵² ESTUDANTES formalmente expulsos da CEF. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 09 mai. 2005, p.58

¹⁵³ UNIVERSITÁRIOS expulsos acampam em frente à CEF. *A Tribuna*. Niterói, 06 de abril de 2006, p. 4.

¹⁵⁴ IDEM.

estudantes expulsos. Este encaminhamento, já revela a intenção de comprometer esta universidade tanto para com o seu papel frente à Casa do Estudante Fluminense, visto que passou a atuar em parceria na seleção dos estudantes, algo extremamente criticado, como para pressionar pelo cumprimento da promessa de construção da Moradia Universitária.

Após uma tempestade que destruiu seus barracões, os estudantes passaram a ocupar o saguão da reitoria da UFF:

Estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) que estavam acampados desde o dia 7 nos jardins da reitoria da universidade, em Icaraí, Niterói, mudaram o acampamento para o saguão do prédio. A mudança foi necessária depois que a forte chuva que caiu sobre a cidade, ontem, destruiu várias barracas de 21 universitários que haviam sido despejados pelo Governo do Estado da Casa do Estudante Fluminense (CEF).¹⁵⁵



Ida para o Campus do Gragoatá. AMJB. “Fotos II: Acampamento Maria Julia Braga, contra a expulsão dos moradores da Casa do Estudante.” CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/352224.shtml> Acesso em: 17 Dez. 2009.

Logo após a ocupação do saguão da reitoria, a gestão de Cícero propôs bolsas aos membros do *Acampamento Maria Júlia Braga* assim como sua transferência para um prédio afastado da universidade e que serviria

temporariamente de abrigo. No entanto, a disposição para a luta era visível, aqueles estudantes demonstravam coragem suficiente para exigir da reitoria o cumprimento de suas antigas promessas por mais que sua condição de sobrevivência estivesse extremamente abalada dada a perda da moradia:

¹⁵⁵ “SEM-TETOS” invadem a UFF. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, 18 de abril de 2006, Caderno Geral-Polícia, p. 4.

Depois de acampar em frente a Casa de onde foram expulsos no início de abril, eles/as foram acampar no jardim em frente à reitoria da Universidade. Uma chuva destruiu parte do acampamento e eles foram para dentro do prédio, em frente ao elevador. Rapidamente uma proposta de uma bolsa mensal de R\$300 para os cerca de quinze acampados/as foi feita para a retirada do acampamento, mas a proposta foi recusada e reafirmada a reivindicação de uma moradia estudantil.¹⁵⁶



Acampamento Maria Julia Braga. Cliente, Luiza. *Fazendo Média*. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/movimentos061006.htm> Acesso em: 17 Dez. 2009.

No dia 25 de abril de 2006 se retiraram para o campus do Gragoatá visando uma aproximação com os demais estudantes e lá montaram o *Acampamento Maria Júlia Braga*:

A saga dos alunos despejados da Casa do Estudante Fluminense (CEF) teve mais dois episódios nesta semana. No último dia 25, eles desocuparam o saguão do prédio da reitoria da Universidade Federal Fluminense (UFF) e armaram suas barracas nos jardins ao lado do edifício, em Icaraí. Na tarde de ontem, os estudantes mudaram novamente o acampamento de lugar. Desta vez se alojaram em frente ao bandeirão da UFF no campus do Gragoatá.¹⁵⁷

Paulatinamente, foram conseguindo simpatizantes. Mesmo com a saída de uma parcela dos que compunham ou apoiavam o movimento, alguns devido às adversidades e desgastes pessoais advindos de residir numa barraca, outros por divergências

¹⁵⁶ ANARCOAGRO. Atividade no acampamento Maria Júlia Braga - UFF (RJ). CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353810.shtml> Acesso em 13 jun. 2009.

¹⁵⁷ DESPEJADOS à espera de abrigo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, 28 de abril de 2006, Caderno Geral, p. 6.

políticas¹⁵⁸, o movimento prosseguiu e pouco a pouco foi conseguindo alguns apoiadores, não muitos, pois o movimento nunca conseguiu se massificar.

Acampados em frente ao bandeirão, espaço com maior circulação de estudantes, não poderiam ser ignorados pelos transeuntes. O contraste entre a grande maioria dos que por ali circulavam e aqueles que lá acampavam era visível, a começar pela cor da pele. De fato, aqueles não eram estudantes padrão da universidade.

As barracas ficavam montadas no gramado ao lado da creche, em frente ao bandeirão, e sofás, aparelho de televisão e a cozinha, ficavam nos arredores do restaurante universitário. A imagem daquele acampamento evidenciava o descaso da reitoria, que desde 2003 já havia formalmente se comprometido a construir a moradia universitária, fruto de uma grande mobilização¹⁵⁹, anteriormente citada, ocorrida em 28 de maio daquele ano, organizada pelo *Fórum de Luta pela Moradia na UFF*.

No entanto, apesar do choque visual que causava, apesar de permanecerem um ano acampados, a moradia não foi construída. Tornou-se a regra na política institucional brasileira o “prometer para não cumprir”, e em meio à burocracia acadêmica esta nefasta “regra” se mantém e foi também naturalizada. A poucos choca saber que desde 2003 a construção de uma moradia no Campus vem sendo aprovada seguidamente no Conselho Universitário toda vez que ocorre uma maior mobilização estudantil voltada para reivindicar esta demanda. No entanto, nenhum tijolo foi levantado a fim de conferir materialidade à promessa. Inconformados com a situação, em 2007, um ano após a expulsão da *Casa do estudante Fluminense*, o *Acampamento Maria Júlia Braga* apresentou sua mais clara ofensiva contra a burocracia da universidade.

Foi então que novamente o saguão da reitoria da universidade foi ocupado em 23 de abril de 2007. E no dia 25 de abril, com a reitoria ocupada, ocorreu uma passeata organizada pelo *Acampamento Maria Júlia Braga* que mobilizou mais de 150 estudantes que partiram para a reunião do Conselho Universitário (órgão máximo de deliberação da universidade) exigindo assistência estudantil. Dentre as demandas apresentadas por esses estudantes estava a construção da moradia universitária, o conserto do ar

¹⁵⁸ Os membros da *TV Caos*, que possuíam vínculos com o MST, entendiam ser necessário massificar aquele movimento, valendo-se para isso de setores não estudantis (como os Sem-terra), mas a posição predominante no movimento foi a contrária a esta, pois preferiram manter o caráter estudantil para não retirar o foco da luta pela moradia universitária.

¹⁵⁹ Quando me refiro à mobilização de 28 de maio de 2003 como grande, o faço considerando como parâmetro os processos de mobilização estudantil nos últimos anos, os quais vêm sendo extremamente fracos, é raríssima a realização de alguma passeata, portanto, naquela época, 200 estudantes nas ruas e ocupando o Conselho Universitário foi o máximo que se conseguiu de mobilização no período.

condicionado da Biblioteca Central, a contratação de professores, melhoria do bandeirão, dentre outros. O destaque era para a questão da moradia: exigiam a utilização de um prédio subutilizado da UFF como moradia temporária, até que a definitiva fosse finalizada.

Devido à pressão estudantil o reitor assinou uma carta em que se comprometia a encaminhar a Assistência Estudantil como pauta no próximo Conselho Universitário¹⁶⁰ e constituiu uma comissão destinada a discutir e apresentar soluções para a questão da moradia universitária na UFF. Esta comissão, composta por estudantes e professores, após suas reuniões concluiu que não seria interessante utilizar um prédio como moradia provisória, dado o alto custo de adaptação deste. Decidiu-se que o melhor seria partir para a construção da moradia definitiva e esta decisão foi apresentada e aprovada no Conselho Universitário seguinte. Portanto, desde então o projeto de construção de uma Moradia Estudantil está formalmente (e novamente) aprovada na Universidade Federal Fluminense.

A reitoria foi no princípio muito receptiva para com os manifestantes que ocupavam o saguão. Principalmente após a passeata do dia 25 de abril, o reitor Roberto de Souza Salles¹⁶¹ em pessoa foi diversas vezes dialogar com eles no interior da ocupação. Tratavam-se basicamente de promessas e de prestar certos “esclarecimentos” que em tese demonstravam o empenho daquele em solucionar o problema.

Os ativistas se reuniam com frequência e discutiam cada passo da negociação com a reitoria, tendo por porta-voz Josemar Santos da Fonseca, que participava das reuniões da comissão para discutir o projeto de moradia. Ele normalmente ia acompanhado de mais um integrante do movimento, o qual normalmente realizava a filmagem, mesmo sem pedir permissão, daquelas reuniões.

Com o passar do tempo, cada vez foi ficando mais difícil para os ativistas manterem as duas ocupações. As negociações não avançavam e, dado o contexto de disputa em torno do projeto de expansão das Universidades Federais, REUNI, o movimento foi sendo paulatinamente esquecido pelos burocratas acadêmicos. Corriam inclusive rumores, que a reitoria não os toleraria por muito tempo.

¹⁶⁰ Para os militantes do PSTU e P-SOL, esta carta foi suficiente para que eles evadissem a ocupação do sétimo andar promovida após o término do CUV.

¹⁶¹ Roberto de Souza Salles tomou posse da reitoria da UFF em 27 de outubro de 2006.

Do dia 23 de abril até 23 de outubro de 2007, o saguão da reitoria da UFF se manteve ocupado. Além de ter sido a mais longa ocupação de reitoria promovida pelos estudantes no Brasil, ainda que não tenha sido uma ocupação massiva, ao contrário, foi promovida por uma minoria, ela própria foi fruto de uma ocupação que esteve prestes a completar dois anos.

Próximo ao aniversário de seis meses da ocupação da reitoria, inconformados com o descaso por parte da administração da UFF, que apesar da promessa, não havia nem iniciado o processo de licitação do projeto de moradia¹⁶², os ocupantes, 27 pessoas no momento, fecharam, na noite do dia 22 de outubro, o espaço burocrático da reitoria, impedindo o funcionamento da mesma. No dia 23 a reitoria amanheceu fechada, e o reitor Roberto de Souza Salles, cancelou o Conselho Universitário deste dia, que ocorreria no espaço do cinema o qual estava aberto para funcionamento, utilizando a ocupação como justificativa. Além disso, ele enviou a Polícia Federal para fazer o despejo, ignorando que quando se deu esta ação a ocupação já havia se massificado, obtendo a adesão dos manifestantes que se encaminharam para o Conselho Universitário a fim de protestar contra a aprovação do REUNI. A ordem era despejar os ocupantes tanto da reitoria como do Gragoatá, no entanto, o reitor teve que negociar¹⁶³, exigindo apenas a retirada dos estudantes da reitoria.

Deste evento até o dia 1º de fevereiro de 2008 a Ocupação do Gragoatá se manteve, apesar da precariedade da estrutura, a qual deixava os moradores numa situação de extrema vulnerabilidade (inclusive um morador sofreu séria crise de hipotermia, outros dois tiveram pneumonia, dentre muitos outros problemas de saúde). As investidas da reitoria não cessaram, tendo sido constantes as ameaças por parte dos seguranças, uniformizados ou a paisana; proibição para o uso de alguns banheiros, além da limitação do horário e dias de semana. E, na sexta-feira de carnaval, dia 1º de fevereiro de 2008, a reitoria efetivou o despejo da ocupação conforme observamos na Nota da ADUFF (Associação dos Docentes da UFF) divulgada por e-mail e incorporada no site da ANDES:

¹⁶² Ainda que, conforme foi apresentado pelo vice-reitor Emmanuel Andrade, uma verba de quase cinco milhões havia sido destinada à UFF para ser utilizada em Assistência Estudantil.

¹⁶³ Os acordos desta negociação não são respeitados pela reitoria que não retirou o pedido de reintegração de posse do campus do Gragoatá, o qual ela utilizou mais adiante para efetivar o despejo do Acampamento em 1º de fevereiro de 2008.

Cumprindo um mandado judicial impetrado pela Reitoria, a Polícia Federal ocupou o Campus do Gragoatá na manhã de sexta-feira (dia 1º de fevereiro) para despejar os estudantes do Acampamento Maria Júlia Braga, que lutam há 1 ano e nove meses por uma solução para a moradia estudantil. Por volta das 9 horas duas viaturas da PF acompanhada de veículos da universidade entraram no campus e impediram a entrada de qualquer pessoa, inclusive professores e alunos da universidade. Além disso, membros da imprensa sindical e do Jornal O Fluminense não puderam cobrir os acontecimentos, valendo registrar que a jornalista da ADUFF foi agredida e retirada à força do interior do campus, sendo ameaçada por um policial de ser detida por desacato à autoridade. As duas empresas de segurança (Centaurus e Croll) terceirizadas, que prestam serviços à UFF utilizaram de força para impedir o acesso da imprensa e de diretores da ADUFF no campus para acompanharem a operação policial. A PF, com apoio de veículos da UFF, retirou toda a estrutura e os pertences dos estudantes, levando-os para o depósito público, permanecendo nas dependências da universidade até o fim da manhã¹⁶⁴.

Os pertences dos estudantes ficaram apreendidos por mais de um ano, estando quase que completamente destruídos quando enfim os ativistas puderam retomá-los. Carlos Alberto Boechat Rangel, advogado da Associação dos Docentes da UFF (ADUFF) foi o primeiro advogado a assumir a causa do AMJB, elaborando um documento para pedir informações acerca do paradeiro dos pertences. Tal advogado considerava inútil tomar qualquer iniciativa no sentido de exigir algum tipo de reparação frente às ações da reitoria, considerava que no máximo poderiam reaver os pertences. Foi encaminhado então o pedido, mas a resposta nunca chegou.

Em resposta tardia a essa situação, apenas em 10 de março de 2008, Carlos Alberto Boechat Rangel encaminhou o pedido de vista dos autos do processo, alegando:

O Reitor, por seus administrados, não informou se a ordem de retirada dos pertences se dava sob a ordem judicial emanada nos autos dessa ação judicial de reintegração de posse, essa é uma dedução dos estudantes, tendo em vista que num passado recente houve acordo entre as partes para a manutenção do acampamento com menção a essa ação.

Os pertences foram retirados e conduzidos em automóveis da UFF, sem que fosse informado o local do depósito e de quem seria a guarda.

Os estudantes atingidos diretamente por esse ato procuraram a Administração da UFF para reaver os seus pertences, quando foram informados de que tal assunto só seria tratado diretamente pelo Reitor da UFF.

Os estudantes tentaram em vão junto ao Gabinete do Reitor obter informações sobre seus pertences, nem mesmo conseguiram agendar uma reunião com o magnífico.

Em razão dos fatos narrados, requer-se seja dado vista dos autos, para que se possa analisar o inteiro teor da ordem emanada por esse juízo e

¹⁶⁴ ADUFF. *Polícia Federal fecha o campus do Gragoatá e desaloja estudantes do acampamento* In *Circular nº 025/08*. Brasília: ANDES, 2008, pp.14-15.

*observar há relação entre está e os fatos acima expostos, bem como se em seu cumprimento foi informado o local em que foram depositados os bens dos estudantes.*¹⁶⁵

Só então, mais de um ano depois, informações básicas sobre o processo foram conhecidas. Em tal documento, a reitoria alegou que tanto a ocupação do campus do Gragoatá como a do saguão da reitoria duravam apenas três meses quando foi pedida a reintegração de posse. Além disso, contava com a lista de pertences que nunca foi entregue aos ativistas. Totalmente incompleta, omite bens que contraditoriamente estão registrados em fotografias que constam dos autos desse mesmo processo.

A retomada dos pertences, só foi efetivamente realizada em finais de 2009, após auxílio do advogado André de Paula, importante ativista no Movimento Sem-teto, que assumiu a ação.

¹⁶⁵ Pedido de Vista do Processo 2007.51.02.006010-9, Ação de Reintegração de Posse, assinado por Carlos Alberto Boechat Rangel, OAB/RJ 64.900.

CAPÍTULO III

Mídia, judiciário e polícia: militância e interesses de classe.

Este terceiro capítulo tem como objetivo principal focar-se nos principais instrumentos de poder utilizados pelas classes dominantes em sua luta de classes contra os setores oprimidos. Assim destacamos a grande mídia como produtora de uma interpretação da realidade voltada para a manutenção do status quo, a atuação do judiciário em consonância com outras instâncias de poder estatal e as forças de repressão direta, como a polícia (instância oficial) e as forças paramilitares.

Busquei principalmente através de pesquisa de materiais arquivados e organizados pelos próprios movimentos sociais, assim como através de entrevista com advogado do movimento, André de Paula, identificar os principais usos dos instrumentos de poder acima apresentados. Dentre esses materiais, os impressos da grande mídia foram pesquisados quase em sua totalidade na Biblioteca Social Fabio Luz. A grande vantagem de acessar as fontes dessa maneira foi a facilidade de obter já selecionadas e organizadas praticamente todas as matérias produzidas sobre o movimento de ocupações nas últimas décadas no Rio de Janeiro. No entanto, em decorrência disso, algumas referências dessas fontes tiveram de ser apresentadas de maneira incompleta, visto que por vezes tais matérias são recortes, não sendo possível, por exemplo, identificar o número de página ou caderno do qual foi retirada. Ainda assim considero válido esse método de pesquisa dada sua agilidade possibilitando acesso a considerável número de fontes.

Através dessas fontes, iniciamos as análises sobre os principais “instrumentos” utilizados no combate aos movimentos sociais aqui abordados, com destaque para os movimentos de ocupação. Assim, tornou-se necessário direcionar a atenção não apenas para os órgãos de repressão direta - judiciário (mandantes do despejo), polícia e milícias (executores do despejo) – como também para a grande mídia, esfera responsável pela construção de uma ideologia que favoreça aos interesses das classes dominantes.

Se concordarmos com Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl que

(...) nenhuma estrutura de poder, da mais centralizada à mais democrática, das mais arcaicas às mais modernas, pode se sustentar se não for capaz de produzir algum tipo de engajamento subjetivo daqueles que ela submete, organiza, explora ou protege.¹⁶⁶

Percebemos que a grande mídia é possivelmente o mais importante espaço de atuação junto ao poder instituído voltado para a construção deste “engajamento subjetivo” dos subordinados. É possível afirmar, inclusive, que principalmente com a televisão, a mídia adquiriu um papel “educativo” sem precedentes, ganhando importância superior aos espaços antes privilegiados para a difusão da ideologia dominante: a família e a escola.

Na sociedade de classes em que vivemos, os conflitos serão por ela apresentados ao grande público de forma a conferir uma interpretação da realidade que favoreça aos interesses das classes dominantes, mas que ao mesmo tempo este interesse seja ocultado. A maneira como se oculta tal interesse diz respeito ao “velho mito positivista” da neutralidade, no caso mais específico, da neutralidade da mídia:

Ainda hoje a televisão é debatida segundo uma concepção que a reduz a uma transportadora de conteúdos, uma passagem entre um emissor e um receptor. Mais ou menos como um envelope, um carteiro ou um fio de telefone. O maior problema dessa concepção é que ela ajuda a esconder ou camuflar a função fundante dos chamados meios de comunicação, sobretudo dos meios eletrônicos: a de constituir e conformar o espaço público.¹⁶⁷

Tendo como foco de seu trabalho a crítica da televisão, Eugênio Bucci levanta a problemática sobre a ocultação dos “interesses” por trás da tentativa de simular refletir meramente a realidade, como se esta não fosse uma seleção e uma interpretação do real orientada por uma ideologia hegemônica. Desta forma, Bucci critica as idéias de que, por exemplo, a televisão traz para si a realidade, mas ao contrário, ela cria sua própria “realidade”:

¹⁶⁶ BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.21.

¹⁶⁷ BUCCI, Eugênio. *A crítica de televisão*. In BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 30.

*A televisão não mostra lugares, não traz lugares de longe para muito perto – a televisão é **um lugar em si**. Do mesmo modo ela não supera os abismos de tempo entre os continentes com suas transmissões na velocidade da luz: **ela encerra um outro tempo**.*¹⁶⁸

O que Bucci afirma para a televisão pode ser de certa maneira extrapolado para outras mídias, inclusive a imprensa, se considerarmos a ideologia da objetividade e neutralidade dos “fatos” jornalísticos, manifestados na falsa noção de que a mídia “informa”. Afinal, conforme veremos com os exemplos adiante, essa suposta “informação”, revela constantes usos e recortes da realidade feitos pela grande mídia que demonstram intencionalidades e defesa de interesses.

E, no caso da mídia corporativa, seus interesses são diametralmente opostos aos da mídia independente, da mídia sindical e dos movimentos sociais. Essa oposição se revela em práticas jornalísticas completamente distintas por estarem identificadas com a defesa de interesses antagônicos.

Se a mídia independente e engajada se propõe a informar para mobilizar e auxiliar os movimentos em luta, a grande mídia tem um papel absolutamente distinto. Dedicada à manutenção do *status quo*, uma de suas funções basilares é a de reiterar em suas práticas e seu discurso a lógica da alienação política e econômica. Ou seja, ela vai “reconstruir” e ressignificar a realidade moldando-a de forma a incentivar a passividade, estimulando sempre a população a esperar que as autoridades solucionem os problemas que a aflige. Esse é um elemento essencial e basilar da manutenção da ideologia dominante e da própria grande mídia como parte dessa ideologia.

Em acordo com Nildo Viana, percebemos que a grande mídia, ou conforme define o autor como “capital comunicacional”:

*(...) produz a ideologia dominante, tanto a naturalizando no plano da arte e da fantasia (novelas, filmes, romances, livros de ficção, revistas em quadrinhos, música, etc.), como dando uma certa interpretação da realidade (jornais, noticiários, reportagens, etc.) baseando-se numa seleção de acontecimento, entrevistas, etc. transformando-os em representações cotidianas, fáceis de serem digeridas, e manifestando os valores dominantes.*¹⁶⁹

¹⁶⁸ BUCCI, Eugênio. *A crítica de televisão*. In BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.31.

¹⁶⁹ VIANA, Nildo. *Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação*. In *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007, p. 36.

Dessa maneira, nesta pesquisa ficaram bastante perceptíveis algumas constantes na forma como variadas empresas de comunicação de massa¹⁷⁰ abordam os movimentos sociais em geral e mais especificamente os movimentos de ocupação promovidos pelos coletivos de caráter autogestionário no final dos anos 90 e na primeira década do século XXI.

Um elemento bastante presente diz respeito à difusão de modelos sociais ideais, pré-determinados como padrões a serem seguidos. Não apenas no “plano da arte e da fantasia” a grande mídia nos apresenta indivíduos modelos, correspondentes às respectivas posições sociais que estes ocupam. Ainda que menos explícita, no plano do jornalismo, de acordo com a maneira como é interpretado, ou mesmo “construído”, um determinado acontecimento, cria-se um imaginário que define comportamentos adequados para determinados setores sociais. Para definir estes padrões, faz-se uso de exemplos positivos e negativos, assim revelados nas matérias que satirizam os sujeitos sociais que se encontram “fora de lugar”.

Um exemplo que foi brevemente apontado no último capítulo foram os estudantes da UERJ que ocuparam, junto a famílias Sem-teto, um prédio abandonado da instituição na Rua Mem de Sá, nº. 261, no ano de 1997, para transformá-lo em moradia para aquelas famílias. O *Jornal do Brasil* foi veemente na zombaria e simultânea criminalização destes estudantes.

Primeiro, ao apontar a presença deles naquela ação, adjetiva a situação como caótica, numa escrita ambígua que não deixa realmente claro se refere-se ao estado do prédio ocupado ou às ações dos ocupantes:

*No meio da desordem em que se encontra o prédio está um grupo de universitários, entre eles alguns estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*¹⁷¹

Na mesma matéria, faz uso de uma suposta declaração de um estudante para criar uma imagem distorcida de sua participação naquela ocupação, apresentando-a, indiretamente e de maneira debochada, como injustificável:

¹⁷⁰ Tais como o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *RJ – TV*, *O Dia*, *O Jornal do Comércio*, *O Fluminense*, *A Tribuna*, *O São Gonçalo*, jornais de bairro, dentre outros.

¹⁷¹ SEM-TETO Universitário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 21 de dezembro de 1997

“Não tenho casa, moro com os meus tios na Tijuca, também sou um sem-teto”, diz Eduardo Bezerra, 23, estudante de História da universidade, ao lado de um sem-teto do curso de Ciências Sociais da UERJ, Marcolino dos Santos, 21.¹⁷²

Dessa maneira, difundiram em meio ao grande público uma imagem “negativa” e que contraria a expectativa do que deve ser um estudante universitário. O estudante está sempre muito mais associado à idéia de progresso e ascensão social do que, logicamente, de miséria. Portanto, difundindo a imagem de um estudante a reivindicar esta situação, sendo ainda morador da Tijuca, um bairro de classe média alta, dá-se à ocupação um caráter de pouca seriedade, de rebeldia sem causa, e no mínimo, reitera a noção de que aquele não é o espaço de um estudante, o qual deveria estar na universidade e não em “agitações políticas” como aquela.

E além da grande mídia, a reitoria da universidade também atacou em discurso esses estudantes, conforme percebemos novamente na seleção de falas feitas pelo Jornal do Brasil:

O reitor da UERJ, Antonio Celso Pereira, foi informado na tarde de ontem sobre a ocupação e ficou surpreso ao saber da participação de estudantes da própria universidade. “Ao invés de ajudar de maneira construtiva, esses alunos incentivam a prejudicar um patrimônio da universidade. (...) O nosso projeto é recuperar o prédio e instalar um curso de pós-graduação ou vendê-lo para conseguir dinheiro para a compra de equipamentos para a universidade.”¹⁷³

Assim, criminalizam os estudantes e não apontam em nenhum momento na matéria para a necessidade de solucionar o problema habitacional na cidade, a “realidade” criada pelo jornal se centra meramente no “dolo” ao patrimônio público, que caso não fosse ocupado poderia servir a fins mais lucrativos como a venda, ou a instalação de cursos de pós-graduação, que não se revela se seriam pagos ou não.

Um caso mais recente de atuação dos estudantes, dessa vez no próprio movimento estudantil, foi o *Acampamento Maria Júlia Braga*, que como vimos no capítulo anterior foi uma ocupação da universidade para exigir a construção de moradia estudantil. Nesse caso a mídia buscou conferir uma imagem extremamente reacionária

¹⁷² SEM-TETO Universitário. *Jornal do Brasil*, op. cit.

¹⁷³ IDEM.

ao associar a ocupação como a favela invadindo a universidade, pois assim afirmava nas entrelinhas que a universidade não é o lugar da favela:

Quem passa pelo campus do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (UFF) tem a impressão de que uma favela está se formando. Há quatro meses, 15 estudantes vivem acampados no local, onde fazem comida num forno ou a lenha e dividem as tarefas de vigia. Para iluminar as barracas o grupo fez gatos na rede elétrica.¹⁷⁴

Nessa matéria de *O Globo*, novamente a lógica do sujeito “fora do seu lugar” é apresentada, só que de maneira invertida. Agora, não é mais o estudante que não pode ser sem-teto, mas sim aquele que originário da favela não pode ser estudante, ou ao menos, deve ser incorporado como um estudante de fato para apagar a “mácula” da favela.

E ainda em seqüência, segue o modelo clássico de criminalização da pobreza, acusando-os de fazer “gatos” na rede elétrica. No entanto, os supostos “gatos” que o Globo fez questão de alardear, sem se preocupar com a veracidade ou não da “informação” apresentada para o grande público, se tratavam, em verdade, de energia elétrica cedida pela própria universidade, pela gestão do reitor Cícero Fialho, em 2006. Dessa maneira, demonstram que o que importa de fato não é o real, os fatos, mas a impressão que se quer produzir no leitor.

Mas não foi apenas a mídia a se utilizar dessa lógica do sujeito “fora do seu lugar”, a própria universidade ao encaminhar à Polícia Federal, uma ordem de missão para investigar os ocupantes do saguão da reitoria, também infere, de maneira dissimulada, que os ocupantes seriam moradores de rua, conforme percebemos no seguinte documento da Polícia Federal:

Em cumprimento a Ordem de Missão No. 840/2007, que manda “investigar denúncia de invasão de moradores de rua ao saguão do Teatro da UFF, em Icaraí, RJ.”, relato preliminarmente que, na verdade, a presente Ordem de Missão trata da ocupação por parte de alguns supostos estudantes “profissionais” do saguão do prédio da administração da

¹⁷⁴ ALVES, Marcelo. Campus vira palco de protesto político. *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2006, Caderno Niterói.

Esse relato de missão, em tom abusivamente preconceituoso e difamador, ao afirmar que não eram os ocupantes moradores de rua, dizia que eram “em verdade” (vale questionar que verdade é essa) “supostos estudantes profissionais”. Os ocupantes eram de fato e comprovadamente em sua totalidade, estudantes regularmente matriculados na instituição. Quanto à arbitrária caracterização de “profissionais”, ela exigiria, no mínimo, que tal agente de polícia federal conferisse elementos que embasassem sua acusação, em absoluto leviana e caluniosa. Afinal, subentende-se por estudante profissional, aquele que se “traveste” de estudante para fazer política e angariar adeptos para sua organização/partido, pelo qual é financiado. Ao se falar em “estudante profissional”, imagem muito utilizada durante o período do regime militar, logo se associa à imagem de um “vagabundo” que finge estudar para fazer política (e viver dela). Em nenhum aspecto essa caracterização se aplicava aos estudantes que ocupavam o saguão na universidade. Se houve de fato aqueles que tiveram dificuldades em dar prosseguimento normal aos seus estudos em meio a tanta adversidade, certamente houve. Mas a maioria, realmente foi sim de um “profissionalismo”¹⁷⁶ tremendo para agüentar tamanhas dificuldades e ainda conseguir levar seus estudos adiante.

No que diz respeito à caracterização dos setores mais pauperizados da sociedade em suas reportagens, há novamente características comuns à grande mídia como um todo. Observamos a recorrência de uma maneira de apresentar ao grande público esses sujeitos sociais, manifestada, basicamente, na criação de duas imagens desse grupo, aparentemente distintas e contraditórias a primeira vista, mas que são, em verdade, complementares. Optei por denominar essas caracterizações por “coitadinho” e “bandido”.

Sobre essas duas imagens criadas em torno dos setores mais empobrecidos da população temos algumas características gerais: a primeira, ou seja, a do “coitadinho”

¹⁷⁵ AGUIAR, Leonardo Max Alves Aguiar. *Relatório de Missão*. Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal/Delegacia de Polícia Federal de Niterói – RJ/Núcleo de Operações. Niterói: 06 de setembro de 2007.

¹⁷⁶ Conforme o “Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis”, com destaque para a definição em negrito: **profissionalismo** - pro.fis.si.o.na.lis.mo - sm (profissional+ismo): 1. Caráter, espírito ou métodos profissionais. **2 Posição, prática ou métodos de profissionais em contraposição aos de amadores.** (...).

apresenta essas pessoas como seres indefesos e, ao mesmo tempo incapazes, devido a sua condição e que necessitam, portanto, de muita ajuda; a segunda, a imagem do “bandido” está associada à noção de “classes perigosas”, e neste caso são apresentados como contraventores ou, no mínimo, criminosos em potencial.

A grande imprensa, aparentemente brinca com estas duas imagens, ora se utilizando da primeira, ora da segunda. O interessante é que praticamente os mesmos sujeitos encarnam essas duas caracterizações.

São inúmeros os casos que poderiam demonstrar essa atitude da grande mídia frente a esses grupos oprimidos. Tomamos por exemplo a matéria do RJ-TV de 22 de



novembro de 2008 sobre a ocupação do prédio 111, na Rua da Gamboa, Centro do Rio de Janeiro. Após expor a imagem reproduzida na página anterior de crianças e uma mulher com um bebê no colo, aparece a seguinte fala de uma senhora de

idade:

1. Mulher e crianças na “Machado de Assis” Imagem “congelada” extraída de: Rede Globo. *RJ-TV, 1ª edição, 22/11/08*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 06 out. 2009.

*“Eu espero ter um canto pra poder a gente ficar, dormir, pelo amor de deus, ter aonde a gente comer, a gente tomar um banho”.*¹⁷⁷

Esse mesmo episódio foi apresentado de maneira análoga pelo O Dia On-line, que apesar de ser outra empresa e, no caso, fazer uso de outro veículo de comunicação (escrito e virtual), utilizou-se de recursos próprios daquele meio para apresentar uma

¹⁷⁷ REDE Globo. *RJ-TV 1ª Edição*. Rio de Janeiro: 22 de novembro de 2008. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 09 fev. 2010.

imagem semelhante daquelas pessoas (com destaque para a senhora que é novamente entrevistada):



Depoimento de senhora idosa.

Imagem “congelada” extraída de: Rede Globo. *RJ-TV, 1ª edição*, 22/11/08. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 06 out. 2009.

“Entre eles, há muitas crianças e idosos, como a cozinheira Maria José Camargo, de 60 anos.

‘Não tenho família e já faz tempo que estou desempregada. Não precisamos de muito, apenas um teto para morarmos’, diz Maria, com lágrimas nos olhos.”¹⁷⁸

Quando não há

imagem para demonstrar o sofrimento desse personagem que a mídia cria, é necessário transmiti-

lo através de considerações como a acima colocada: “com lágrimas nos olhos”. Não se trata de negar o sofrimento dessas pessoas, que é absolutamente real, mas entender como a mídia faz uso dele em detrimento de outras manifestações como a revolta, por exemplo.

¹⁷⁸ ROSA, Arthur. Famílias de Sem-teto invadem imóvel na Gamboa. *O Dia On-line*. Disponível em: http://odia.terra.com.br/rio/htm/familias_de_sem_teto_invadem_imovel_na_gamboa_214282.asp Acesso em: 06 out. 2009.



Eni e seus netos. Imagem “congelada” extraída de: Rede Globo. *RJ-TV, 1ª edição*, 18/06/09. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1199231-9097.00-MORADORES+DA+ZONA+PORTUARIA+FAZEM+REIVINDICACOES+A+PREFEITURA+DO+RIO.html> Acesso em 06 out. 2009.

Essa caracterização do “pobre” como “coitadinho” aparece como um verdadeiro clichê no meio jornalístico. Dessa maneira, destacamos também outra matéria da TV Globo (RJ- TV), dessa vez referente aos despejados da ocupação na Rua Gomes Freire, 510. Após considerações do jornalista, novamente uma mulher é entrevistada:

“Desde que foi despejada, Eni vive com os dois netos neste pequeno quarto, é o drama de quem

precisa de um lugar para morar: ‘Não tem lugar nem para botar um fogão, comer a gente come na casa da vizinha. É assim que a gente está vivendo, desse jeito, só deus sabe como.’ ”¹⁷⁹

Percebemos que ao antecipar o “significado” da fala da entrevistada o jornalista já sinaliza aos leitores como essa deve ser compreendida: drama. Esses foram alguns exemplos, que evidenciam bem uma das maneiras como a grande mídia apresenta a figura do sem-teto para o público do telejornalismo e do jornalismo virtual e impresso.

Nessa faceta, o sem-teto é um ser de aparência em geral pacífica, vítima, inocente ou mesmo ingênua e indefesa. Para conformar este imaginário percebemos que é quase certo que as pessoas entrevistadas serão mulheres e que crianças em tenra idade serão filmadas. Como toda imagem, assim como a entrevista é uma seleção, um recorte, ou seja, uma construção midiática, privilegiam-se as expressões faciais de tristeza, desamparo, até mesmo de súplica.

¹⁷⁹ REDE Globo. Grupo de sem-teto perambula pelo Centro. *RJ-TV, 1ª edição*. Rio de Janeiro: 18 de junho de 2009. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1199231-9097.00-MORADORES+DA+ZONA+PORTUARIA+FAZEM+REIVINDICACOES+A+PREFEITURA+DO+RIO.html> Acesso em 06 out. 2009.



A tristeza se torna espetáculo.
Imagem “congelada” extraída de: Rede Globo. *RJ-TV, 1ª edição*,
18/06/09. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0..MUL1199231-9097,00-MORADORES+DA+ZONA+PORTUARIA+FAZEM+REIVINDICACOES+A+PREFEITURA+DO+RIO.html> Acesso em 06 out. 2009.

No entanto, essas mesmas matérias quase sempre revelam uma “solução” para o problema. O problema são eles, os pobres, fracos e indefesos, a solução é apresentada pelo poder público e sua representação contrasta com aquela da miséria, da pobreza, ignorância e atraso. Especialmente agora, no contexto do “Choque de Ordem” e da suposta “Revitalização da Zona Portuária”, ela se apresenta

associada à imagem de progresso e modernidade. Referimos-nos à recente “onda modernizante” instaurada pela prefeitura de Eduardo Paz, que eleito em 2008, vem desenvolvendo uma política de suposto “reordenamento” urbano marcado pela crescente criminalização da pobreza através de perseguição a trabalhadores ambulantes, controle da expansão de favelas e, conforme enfocado nesta dissertação, a expulsão da população pobre do centro do Rio de Janeiro através dos despejos de ocupações.

Na mesma matéria acima apresentada pela Rede Globo (RJ-TV), temos a “solução” demonstrada em discurso e em imagens de “progresso”:

“A revitalização da zona portuária é uma das metas do futuro prefeito, Eduardo Paes. Além de moradias, o projeto inclui a construção de centros culturais e restaurantes. As obras seriam feitas por empresas privadas sob a supervisão de um consórcio formado pelo município, estado e governo federal.”¹⁸⁰

¹⁸⁰ Rede Globo. RJ-TV, 1ª edição, Rio de Janeiro: 18/07/2009. Op. Cit.



Zona Portuária com Transatlânticos
Imagem “congelada” extraída de: Rede Globo. *RJ-TV, 1ª edição*,
22/11/08. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 06 out. 2009.

Apresentada dessa maneira, a situação dos Sem-teto, torna-se um legitimador da suposta “revitalização”. E isso ainda mascarado no velho e cínico princípio da neutralidade jornalística, que afirma ser necessário apresentar sempre os “dois lados” envolvidos em determinada problemática, como se a maneira como é apresentado cada lado não demonstrasse uma tomada

de posição por parte daquela empresa de comunicação. Por isso é que os oprimidos nunca são apresentados em luta contra a opressão, mas sim como vítimas de um atraso, fruto de sua incapacidade e fraqueza, que está prestes a ser superado por um político



edição, 22/11/08. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 06 out. 2009.

progressista. Apesar de serem muitas as posturas de altivez e combatividade nos atos de ocupação, só a tristeza e o desolamento são o que a mídia apresenta. Não estaria por trás dessa seleção uma intencionalidade de controle social mascarada?

Mas ainda assim há quem pense que essa representação de tal setor oprimido, ou seja, a do “coitadinho”, esteja mais

próxima a uma defesa dessa fração da sociedade do que um combate a ela. Isso porque a outra imagem, a de bandido é muito mais agressiva se contrastada com essa figura boa e

desamparada do pobre. Pensamos que elas não são antagônicas, mas complementares, pois o jogo dessas duas imagens é necessário em uma sociedade recordista em desigualdade social. Não é possível negar a pobreza, mas apresentar soluções “ordeiras” para ela parece adequado. Por outro lado, se essa pobreza lesa a mesma “ordem” ela precisa ser combatida.

Assim a mídia corporativa também constrói a imagem do sem-teto, sem-terra, camelôs, como os “fora-da-lei”. O personagem aqui muda. Não são mais as mulheres, crianças e idosos, nesse caso, as pessoas entrevistadas, filmadas ou fotografadas, que eles se utilizam para criar a imagem do fora da lei são quase sempre homens, e o comportamento que é elaborado pela TV é o da dissimulação, rebeldia ou mesmo agressividade.

Recentemente, tem ocorrido uma verdadeira “caça às bruxas” por conta da suposta “revitalização” da zona portuária, no contexto do *Choque de Ordem*. Vários são os mecanismos que estão sendo utilizados pela atual prefeitura para desocupar as áreas centrais ocupadas pela população de baixíssima renda.

Os argumentos mais utilizados, tanto pelo governo como pela justiça vão desde a alegação de que os imóveis ocupados, por estarem em condições indignas, oferecem risco de vida à população até a criminalização direta dos ocupantes como invasores, ladrões de água e de energia elétrica.

As ocupações (refiro-me a qualquer ocupação), por serem posses consideradas ilegais, não possuem autorização para fazer uso legal do serviço de luz e água. No entanto, esses serviços são essenciais à permanência das pessoas no prédio e, por isso, é mais do que lógico que se dará um jeito. Assim, o “gato” é uma prática inerente à manutenção da ocupação e todas, sem praticamente nenhuma exceção, fazem uso desse mecanismo de aquisição irregular de energia elétrica.¹⁸¹

No entanto, não são todas as ocupações que estão sendo hoje denunciadas pelo RJ-TV por “furto” de energia. A *Ocupação Chiquinha Gonzaga*, por exemplo, já está sendo tratada com outro status pela corporação Globo¹⁸². Isso porque, tal ocupação está prestes a conseguir a posse e possivelmente conseguirá verbas do Governo Federal para

¹⁸¹ E vale lembrar que o famoso “gato” não é exclusividade das ocupações mas é amplamente praticado muito devido ao altíssimo custo da energia elétrica, levando a população com baixa renda a realizar esta prática.

¹⁸² No jornal *O Globo*, esta ocupação já apareceu como ocupação modelo, e é utilizada para contrastar com aquelas que devido à precariedade de infra-estrutura não poderiam ser preservadas.

reformas. Dessa maneira, mesmo fazendo também uso do “gato”, a rede Globo não selecionou essa ocupação como exemplo de ilegalidade, afinal, ficaria complicado denunciar uma ocupação que já está praticamente reconhecida pela institucionalidade como legítima. Isso, logicamente, fruto de lutas e de muita organização para manter um espaço que esteve diversas vezes ameaçado pela possibilidade do despejo.

Mas a tendência atual não é a de legitimar a posse das ocupações. Devido ao



Valentim novamente na mira da Globo!
Imagem congelada extraída de: Rede Globo. *RJ-TV*,
1ª edição, 19-09-09. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1310852-9097,00.html> Acesso em 06 out. 2009.

contexto de expulsão da população pobre do centro do Rio de Janeiro para promover a suposta “revitalização”, o “gato” e qualquer ação que está sendo associada a uma suposta “desordem” urbana, pode servir de justificativa para desgastar os ocupantes e legitimar uma ação de despejo. É o que está ocorrendo com a Ocupação Zumbi dos Palmares, na Rua Venezuela, nº. 111.

Conforme aparece no RJ-TV de 19 de setembro de 2009:

*“À noite, as luzes acesas indicam que o prédio não está vazio. Logo aparecem alguns moradores. Na janela dá para ver fios saindo em direção à rua. Eles ficam mais aparentes quando amanhece. Em um poste se vê um emaranhado de cabos, possíveis ‘gatos’ de luz feitos para desviar a energia pública para os apartamentos. O imóvel fica quase em frente ao prédio da Justiça Federal. Ao perceberem que estão sendo filmados, eles começam a reclamar.”*¹⁸³

Essa matéria, como fica bastante perceptível na ênfase dada ao fato de o imóvel estar “quase em frente ao prédio da Justiça Federal”, é uma denúncia daquela ocupação e uma cobrança de medidas repressoras por parte da justiça, que conforme fica implícito na matéria, “tudo vê e nada faz”.

Além disso, coincidência ou não, o morador que aparece “não querendo ser filmado” é Joel Valentim, o mesmo que anteriormente, conforme abordamos no

¹⁸³ Rede Globo. *RJ-TV*, 1ª edição, 19-09-09. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1310852-9097,00.html> Acesso em 06 out. 2009.

primeiro capítulo, foi réu de ação encaminhada pela corporação Globo, devido à feitura e venda de camisetas com a figura do solzinho do Pan em armas, o “Pandemônio”, de autoria de Carlos Latuff. Tais camisetas se tratavam de uma crítica à violência policial contra a população pobre do Rio de Janeiro, ampliada significativamente por conta da realização dos Jogos Pan Americanos.

A possibilidade de a escolha desse indivíduo e da ocupação Zumbi dos Palmares ser mera coincidência se reduz ainda mais quando consideramos que Valentim vem atuando ativamente na campanha contra o *Choque de Ordem* e que a ocupação onde mora vem sendo espaço de aglutinação e articulação política dessa luta.

Percebemos então um caso explícito de perseguição política assim como uma intenção bastante clara de criminalizar o movimento social através de um mecanismo ainda mais cruel, que é o da criminalização da pobreza (acusação de “furto” de energia). Esse é um instrumento amplamente utilizado pela mídia, que como dito anteriormente, caminha lado a lado com a criação e desenvolvimento do estereótipo do “coitadinho”.

Vale retomarmos a outra e intensa manifestação do ódio de classe através dos meios midiáticos. Trata-se da *Ocupação Confederação dos Tamoios*, no Largo do Boticário, que atraindo para si a fúria dos setores conservadores, teve como seu principal porta-voz o *Jornal do Brasil*. Em matéria intitulada “Ocupantes de ponto turístico planejam reformas urgentes e exploração do local”:



Pandemônio!
LATUFF, Carlos. Disponível em:
http://aindaamoscaazul.blogspot.com/2007_08_01_archive.html Acesso em:
09 fev 2009.

*O Largo do Boticário começa a render frutos para os sem-teto que desde julho do ano passado ocupam uma das mansões no local. Tanto que já pensam em construir uma loja de artesanato e cobrar entrada para a visita de turistas. O investimento inicial não faltará: por R\$1.600,00 uma equipe de cineastas alugou os jardins da casa para usar como cenário de um curta-metragem.*¹⁸⁴

¹⁸⁴ SALES, Felipe. Ocupantes de ponto turístico planejam reformas urgentes e exploração do local. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2007, Caderno Cidade, p. A15.

Ficam então caracterizados os sem-teto como um grupo de oportunistas que tomaram a propriedade de alguém que a detinha legitimamente para fazer dinheiro, ou seja, para explorá-la. Como essas, foram muitas as matérias desse jornal destinadas a atacar aquela ocupação e exigir medidas das autoridades competentes. Em outra matéria, o *Jornal do Brasil* informava que haveria uma reunião do movimento sem-teto para discutir suas questões e preparar novas ações. O efeito, como podemos ver está na

carta do seguinte leitor, que foi promovida a parte integrante de outra matéria sobre a ocupação:



Rosas, Paulo. “Opinião do leitor: Não será por falta de aviso.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006, Caderno Cidade, p. A12.

Opinião do Leitor- Não será por falta de aviso

O JB avisou na edição desta quarta-feira, e nós contribuintes esperamos que o poder público, as autoridades tenham o JB como primeira leitura do dia. Afinal, não é qualquer jornal que alerta sobre a gravidade de uma reunião na qual invasores vão decidir sobre o próximo alvo. Está avisado que o Rio de Janeiro é um alvo em potencial, que são 5 mil imóveis abandonados, e que em breve um grupo vai se reunir para atacar. Está tudo lá. Desta vez se o pior acontecer, sem que as autoridades adotem medidas de segurança e sem que haja nova política de habitação, ninguém nos governos vai poder dizer que não foi avisado de nada, como costuma acontecer nos ataques ao direito de propriedade deste tipo. O JB avisou, alertou, e agora cabe a nós contribuintes esperarmos pelas providências.

Paulo Rosas, Tijuca, Rio de Janeiro. ¹⁸⁵

Essa “opinião” é muito “valorosa” visto que não mascara nada, ao contrário, se posiciona claramente na luta de classes. Há um grupo inimigo, o dos perigosos invasores que devem ser controlados através do poder público, ou seja, o estado, que aí opera claramente como um instrumento da classe dominante, que no caso se apresenta como o “nós contribuintes”. O “nós contribuintes” é apresentado nesse texto como uma oposição clara ao “eles”, “os invasores”, os que “atacam” imóveis abandonados.

¹⁸⁵ ROSAS, Paulo. “Opinião do leitor: Não será por falta de aviso.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006, Caderno Cidade, p. A12. (grifos meus).

Através dessa distinção fica marcada novamente a criminalização difundida pela grande mídia. De um lado estão os cidadãos de bem, os contribuintes, que por serem contribuintes, merecem respeito e a defesa de seu principal direito, ou seja, o direito de propriedade. Do outro lado estão os “invasores”, aqueles sobre os quais se constrói um imaginário de que não são contribuintes, afinal, como apresentado na matéria anterior, não pagam luz nem água, e ainda por cima atacam o direito daqueles que estão em acordo com as regras.

Assim, retomando a questão do “coitadinho” e do “bandido” como criações complementares, percebemos que a imagem do coitadinho é a posição que a classe dominante espera do proletariado, neste sentido, cabe a tal grupo aguardar pela boa vontade do estado. Se ao contrário, ele parte para a luta, não espera, mas age sobre as questões que lhe afligem, ele e suas ações precisam ser rapidamente criminalizados. E quanto mais o movimento assume uma postura de enfrentamento à ordem, mais é necessário o fortalecimento dessa segunda imagem.

Fato é que ambos os casos servem para neutralizar o caráter contestador, combativo e porque não ativo desses sujeitos sociais. Afinal, algo que é sempre negado pela mídia é a apresentação de uma imagem ativa e não submissa do sem-teto e demais setores das classes exploradas. Da mesma maneira, evita a reflexão sobre os motivos, as razões que geram essas ações.

Além disso, é possível também perceber nesse jogo de criação de um imaginário (duplo) sobre o movimento sem-teto pela mídia uma tentativa de disputa em meio ao próprio movimento sem-teto, entendendo que todo e qualquer movimento social possui disputas internas, tais como tendências a maior ou menor radicalização. Assim, quando a mídia joga com a imagem do “sem-teto coitadinho” e do “sem-teto bandido”, arriscamos afirmar que ela está disputando dentre os oprimidos a adesão à posição do “coitadinho”, à passividade e à alienação política em oposição à postura de enfrentamento. Dessa maneira, busca induzir ao sem-teto que espere, que confie nas autoridades, pois estas farão por ele, caso contrário será visto como um bandido, como um criminoso.

Mas além da criminalização explícita, argumentos mais ardilosos são também empregados, trata-se do discurso amplamente criado para combater as ocupações através da alegação de que estas se realizam em locais com estrutura precária e que representam, portanto, perigo para os moradores e/ou vizinhos. Interessante perceber

que tal discurso só surge quando o imóvel é ocupado, aos proprietários que o abandonam não é atribuída responsabilidade pelos riscos que a falta de manutenção gera.

Mas ainda assim esse é um elemento recorrente e que tanto a imprensa enfatiza em seus jornais como o judiciário se utiliza desse discurso para legitimar a reintegração de posse.

Recentemente esse tipo de argumento também tem sido amplamente utilizado nas investidas da prefeitura na região portuária para assim legitimar a tomada dos prédios para entregá-los às construtoras privadas a fim de efetivar a suposta “revitalização” da região.

Conforme observamos na abordagem do telejornal *RJ-TV*, a *Ocupação Zumbi dos Palmares* é uma das ocupações que está sendo constantemente afetada por investidas dos setores interessados em seu desalojo. Não apenas em setembro de 2009, com a tentativa de criminalização pelo “furto” de energia, mas já antes, com a tentativa de interdição do prédio, em fevereiro daquele ano:

Uma equipe da prefeitura esteve hoje (12/02) na Ocupação Zumbi dos Palmares (Av. Venezuela, 53) e entregou aos moradores uma notificação de interdição do prédio. O pretexto é o suposto risco de queda da marquise frontal do prédio, o que colocaria transeuntes em risco. A marquise não apresenta nenhum sinal de dano estrutural e o único incidente observado nos quase quatro anos de ocupação (que começou em 25/04/2005) foi o desprendimento de pequenos pedaços de revestimento (emboço), que não causaram dano a ninguém e a nada.¹⁸⁶

Através dessa matéria veiculada pela *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*, percebemos como está sendo uma constante o ataque da prefeitura às ocupações, principalmente na área de interesse das grandes construtoras devido ao projeto de revitalização. Mas, além disso, percebemos a utilização da precariedade da moradia como justificativa de despejo, assim, inverte-se a relação de responsabilidade, afinal, é o proprietário quem abandona, não realiza manutenção do prédio e nem paga o IPTU e demais taxas sobre a propriedade. De vítimas os sem-teto passam a culpados por ameaçar a segurança dos transeuntes. A punição para isso deve ser o despejo.

¹⁸⁶ REDE de Comunidades e Movimentos contra a Violência. “Choque de Ordem” ameaça Ocupação Zumbi dos Palmares. *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*. Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/431.html> Acesso em 04 mai. 2009.

Outro exemplo que revela a constância desse tipo de ataque ocorreu, novamente, com a ocupação no Largo do Boticário, a *Confederação dos Tamoios*. Naquele caso, a imprensa alternava críticas que criminalizavam os ocupantes por estarem usurpando a propriedade alheia, com acusações de estarem depredando o imóvel tombado. Como percebemos no capítulo anterior, o *Instituto Estadual do Patrimônio Cultural*, foi uma das principais instituições governamentais a atacar por esse véis.

Um dos argumentos básicos utilizados era a questão da “segurança dos vizinhos e dos próprios invasores”, e, principalmente, a preservação daquele patrimônio histórico, argumento esse que é enfaticamente repetido e deixa implícito que a integridade do prédio seria mais importante que a das pessoas:

*Segundo o laudo [do Inepac], instalações inadequadas de luz e gás estariam ameaçando não só as famílias dos sem-teto e vizinhos, mas todo o conjunto de casas históricas, que poderiam acabar em caso de acidentes*¹⁸⁷.

O *Jornal Brasil* divulgou com bastante frequência o laudo do INEPAC que relatava risco de incêndio, ainda que o *Instituto de Terras e Cartografias do Estado* (Iterj) não houvesse constatado que houvesse risco de fato.

Um breve parêntese: interessante observar que a atuação do INEPAC foi extremamente rigorosa naquele contexto, fiscalizando com suas constantes visitas e cobrando dos ocupantes a preservação do imóvel. Já agora esta mesma instituição aparece tão ineficiente frente aos vários casos “misteriosos” de incêndios a patrimônios tombados na região do cais do porto.

Mas além desse “perigo”, o do incêndio, outros foram levantados em matéria da *Revista Zona Sul*, caderno do jornal *O Globo*:

*Enquanto a justiça não se manifesta sobre a permanência dos sem-teto que invadiram o casarão do Largo do Boticário, no Cosme Velho, a situação do imóvel piora e já ameaça os próprios invasores. Foi o que constatou o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) em vistoria realizada na última sexta-feira: - O risco de o telhado e a escada desabarem existe.*¹⁸⁸

¹⁸⁷ SÁLES, Felipe. Invasores vão cobrar entrada no Boticário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2007, Caderno Cidade, p. A15.

¹⁸⁸ *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2006. *Revista Zona Sul*.

Novamente a imprensa aparece representando a voz dos proprietários (Revista Zona Sul), exercendo pressão sobre a justiça para agir com maior prontidão e rigor.

Mas não é apenas no caso de ocupações de prédios abandonados que se utilizam argumentos de precariedade de condições do local. Por incrível que pareça, esse também foi um elemento a embasar a ação de despejo promovida contra a ocupação estudantil na reitoria da Universidade Federal Fluminense:

Outrossim, é visível o risco à vida dos próprios ocupantes, em razão das precárias condições a que estão submetidos, como fica explícito fl. 08, com a fotografia do botijão de gás utilizado para a preparação de alimentos no saguão do prédio da reitoria.¹⁸⁹

A simples presença de um botijão de gás acoplado em um fogareiro de duas bocas (próprio para a utilização com aquele tipo de botijão) foi usada como argumento de representar risco à segurança do local.

A partir desses exemplos, percebemos então que a alegação de que as condições de sobrevivência nas áreas ocupadas são precárias, tem servido de motivo para as ações de despejo. Na maioria dos casos há divergência entre os posicionamentos dos órgãos governamentais e os profissionais especializados que auxiliam os movimentos sociais, mas logicamente vale a posição oficial.

O mais significativo, no entanto, não é verificar se de fato os prédios estão ou não em condições dignas de moradia, mas sim, o porquê de isso servir de justificativa para um despejo e não para políticas que solucionem a precariedade apontada. A naturalização dessa argumentação contrária às ocupações já se difunde tanto que no máximo, considera-se a possibilidade de encaminhar essas pessoas para um abrigo. Mas se formos refletir a fundo essa questão é de uma brutalidade, de uma violência tamanha, que o argumento de proteger a vida dessas pessoas não consegue mascarar a agressão à dignidade humana por trás de tal justificativa. Como é possível ser aceito tão facilmente que o despejo protege a vida daquelas pessoas contra sua vontade de serem protegidas? E como pode ser aceita a proposição de encaminhar as pessoas para abrigos e não a de solucionar o problema de estrutura da moradia ocupada? Fica claro que a preocupação

¹⁸⁹ SILVA, Fábio de Souza. *Conclusão do processo 2007.51.02.006010-9*. Niterói: 23 de outubro de 2007.

menor (se é que há alguma) é com a dignidade humana, afinal, ainda que os abrigos fossem lugares dignos, o que não é verdade, um abrigo nunca é um lar e nem é definitivo, portanto abrigo não é solução para o direito à moradia estabelecido na Constituição.

Passemos então para a atuação do judiciário, mais especificamente, frente à problemática das ocupações urbanas.

Em entrevista a mim concedida, perguntei ao advogado André de Paula acerca da possibilidade de ganho ou perda das causas para os sem-teto na justiça. Respondeu-me que depende “da posição ideológica do juiz, mas a gente sabe qual é normalmente a posição ideológica do juiz, é de direita”¹⁹⁰.

Esse é um elemento básico que devemos ter em mente quando nos referimos à atuação do judiciário na luta de classes e especificamente nos casos abordados nessa dissertação, ou seja, a constatação da hegemonia de um setor que defende os interesses dos proprietários naquele espaço de poder.

Tomemos alguns exemplos de como a justiça funciona de maneira a privilegiar determinados setores em detrimentos de outros. Retomemos o caso específico do movimento estudantil pela moradia na Universidade Federal Fluminense, movimento este que ocupava a universidade desde 4 de abril de 2006. Na conclusão do processo nº 2007.51.02.006010-9, consta que a ocupação existia há apenas três meses:

“Afirma ter ocorrido a invasão do saguão da reitoria e do campus do Gragoatá há três meses (...)”¹⁹¹

Custa-me crer que qualquer morador da cidade de Niterói que possua algum vínculo com a Universidade Federal Fluminense não questionasse tal informação, o que diríamos então da Diretora de Secretaria Renata Benevides Carvalho Chaves, que de acordo com seu Currículo Lattes:

“(...) Atualmente é Analista Judiciário da Justiça Federal de 1ª Instância, Pesquisador da Universidade Federal Fluminense e Acadêmico da Universidade Federal Fluminense.”¹⁹²

¹⁹⁰ PAULA, André Luiz Costa de. Entrevista concedida à Mariana Affonso Penna em 08/10/2009.

¹⁹¹ SILVA, Fábio de Souza. *Conclusão do processo 2007.51.02.006010-9*. Op. cit..

Vale lembrar que de acordo com a Revista Online do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário, é dever do Diretor de Secretaria “dar conhecimento ao Juiz de todas as questões relevantes ou de repercussão, processuais ou administrativas”¹⁹³. Portanto, é possível considerar que a probabilidade de a justiça ter “fechado os olhos” para aquela informação mentirosa é muito maior do que tenha de fato ocorrido mero desconhecimento.

O processo de despejo se deu através de Mandado Liminar de Reintegração de Posse, *inaudita altera pars*, ou seja, a outra parte não é notificada e assim não tem meios para se defender da ação. A efetivação dessa ação através desse mecanismo, *inaudita altera pars*, só foi possível através da informação mentirosa de que a ocupação ocorria há apenas três meses, caso contrário, seria necessário comunicar a outra parte para assim configurar a *lide*, ou seja, a disputa jurídica entre as partes.

Esse foi um pequeno exemplo da posição de classe do judiciário, mas temos ainda muitos outros.

Novamente citamos a *Confederação dos Tamoios*, ocupação no Largo do Boticário, dessa vez para fornecer elementos para compreendermos o papel de classe da justiça.

O número 20 do Largo do boticário, o imóvel ocupado, assim como outras quatro ou cinco propriedades das oito existentes no local¹⁹⁴, pertencem a Sybil Bittencourt, pessoa que de acordo com o advogado da FIST, André de Paula, era interdita, e, portanto, não tinha capacidade para postular uma ação. Mesmo assim a ação foi promovida, ainda que tenha sido enviada após a ação de manutenção de posse encaminhada pelos sem-teto:

A dona do casarão ainda não entrou na Justiça com o pedido de reintegração de posse, segundo o advogado Bruno Siciliano, que representa Sybil Bittencourt, de 80 anos, única herdeira de quatro imóveis. O

¹⁹² CURRÍCULO Lattes de Renata Benevides Carvalho Chaves. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4730956Z4>. Acesso em 25 de setembro de 2009. (*grifos meus*)

¹⁹³ FREITAS, Vladimir Passos de. *Decálogo de um diretor de secretaria*. In *Revista Online do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário*. Disponível em: <http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=9> Acesso em 15 de dezembro de 2009.

¹⁹⁴ Não há informação exata, algumas fontes citam quatro, outras cinco. De qualquer maneira é certo que no mínimo cinco casas do Largo do Boticário são da família Bittencourt.

*advogado disse que ainda está preparando o documento. Por enquanto, na Justiça existe apenas a ação impetrada pelos invasores, que entraram com um pedido de manutenção de posse na 9ª. Vara Cível.*¹⁹⁵

Quando enfim o processo foi enviado, o advogado de Sybil Bittencourt também pediu gratuidade de justiça para a riquíssima filha do dono do antigo jornal Correio da Manhã e a juíza Fernanda Xavier de Brito prontamente deferiu. Revoltado com a situação, André de Paula disse ter encaminhado “uma petição bem desafortada para a juíza”¹⁹⁶. Esse foi o início de uma série de arbitrariedades. Os sem-teto haviam entrado primeiro com o processo de manutenção de posse, tal como confirma a notícia acima. Ainda assim, como havia a necessidade de citar as partes, a juíza criou mecanismos para tardar a citação dos proprietários no que diz respeito ao processo de Manutenção de Posse encaminhado pelos Sem-teto e, em contrapartida, mandou citar os ocupantes quanto ao processo de Reintegração de Posse promovido pela família Bittencourt. Através dessa manobra obscura ela conseguiu realizar uma inversão de ordem dos processos configurando a *lide* no que foi encaminhado por último, antes do primeiro. E esse tipo de atuação continuou a se dar. O advogado da proprietária Bruno Siciliano não havia pedido a liminar de reintegração de posse quando apresentou o processo. No entanto, requisitaram a mudança da causa do pedido e incluíram a liminar para efetuar o despejo. Esse trâmite é vedado pela justiça, mas ainda assim ocorreu. Após tantas mazelas a juíza Fernanda Xavier de Brito, titular da 44ª Vara Cível do Rio de Janeiro, enfim concluiu a ação e mandou efetivar o despejo. A burguesia carioca comemorou em solidariedade à família Bittencourt, que já possuía grandes projetos com a prefeitura de César Maia:

*Há algum tempo a situação do Largo do Boticário vem se agravando em relação à conservação de suas 8 casas. Houve há pouco tempo até uma invasão coordenada por famílias de sem-teto, que **finalmente foi resolvida**. A notícia que se tem é de que a Família Bittencourt, dona de 5 das 8 casas está viabilizando um projeto de arquitetura que juntará as casas para se transformarem em um único*

¹⁹⁵ CASARÃO invadido no Largo do Boticário passa por vistoria. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.bairrodaslaranjeiras.com.br/gente/noticias120706.shtml> Acesso em 2 de janeiro de 2010.

¹⁹⁶ PAULA, André Luiz Costa de. Entrevista concedida à Mariana Affonso Penna em 08/10/2009.

*espaço interligado por trás das fachadas. Pode vir a ser um hotel de charme com restaurante ou um centro cultural com eventos.*¹⁹⁷

Sai Sem-teto e entra “hotel de charme com restaurante ou um centro cultural com eventos”, assim fica “finalmente resolvida” a questão.

Ainda que na maioria dos casos o judiciário dê ganho de causa para os proprietários, em geral estes não aguardam as decisões judiciais para iniciar o ataque às ocupações. São muitos os mecanismos utilizados para dificultar a permanência da ocupação. No caso acima narrado, por exemplo, o Inepac foi responsável por realizar, com uma enorme frequência, ações de “fiscalização” para criminalizar o movimento e ameaçá-lo com multas.

No entanto, essas ações podem ser implementadas por outros órgãos, como, por exemplo, o próprio aparato repressivo, e em ações muitas das vezes sem respaldo judicial.

Em *Sonho Real*, filme produzido por Brad Will do *Centro de Mídia Independente de Nova Iorque* em associação com o *Centro de Mídia Independente de Goiânia*, temos ali documentado todo o processo de despejo da ocupação urbana *Sonho Real*, promovida por mais de quatorze mil pessoas. Esse é um exemplo, a nível nacional, de mecanismos extremamente violentos de ação policial, contra uma ocupação. Reproduzo o triste desabafo, em formato poético, proferido por representante dos despejados, em audiência em Curitiba:

O SONHO REAL

Amigo, preste atenção pro que agora vou falar. A história é muito triste, de fazer estômago embrulhar. Escrevemos do Planalto Central, somos lá do cerrado, trazemos o Parque Oeste Industrial, que deixa qualquer um indignado.

O sonho começou em maio, mês de nossas mãezinhas, mas rápido como um raio foram construídas 4.000 barraquinhas. Logo veio a liminar, moradia contra a propriedade atrapaça o povo o sonhar, mas seguiam à vontade.

Amiga, preste atenção, vou falar sobre o terreno, não cumpria a função isso já faz muito tempo. Criado em 1957 para fins de especulação e desde 1997 já não pagava tributação. Muitos políticos apareceram, foram prefeitos, governador: te prometo desapropriação, casa nova e meu labor.

¹⁹⁷ LARGO do Boticário. *Morar Bem*. Disponível em: http://www.morarbemweb.com.br/exibi_noticia.php?id=52. Acesso em 15 de dezembro de 2009. É um site de empresas corretoras de imóveis.

Passados nove meses, não nascia a “criança”, disseram que a negociação acabou, mas não a esperança. Preparando pro despejo, foi a primeira operação, com raiva e muito desejo, iniciou-se a inquietação.

Mas no dia 16, veio a operação triunfo. Acuadas como rês, o povo perdeu seu chão, seu céu e seu mundo. Mundo de que duas vidas foram levadas: Wagner e Pedro levaram tiros e porradas.

Depois do despejo humano, foram derrubar as casas, eram 1.400 lares, todas em pó transformadas. Hoje sobram sonhos, dores, lágrimas e muita indignação. Levar pra todo mundo é desejo nosso: não só de Goiânia, de Curitiba e todos os irmãos. Agradeço o espaço, mas de alma entristecida...

*Imploro às Nações Unidas que Goiânia não seja esquecida!*¹⁹⁸

Reproduzo esse trecho para demonstrar a falta de princípios humanitários mínimos na ação de despejo que produziu “2 vítimas fatais, 16 feridos à bala, tornando-se um desses paraplégico e 800 pessoas detidas (suspeita-se que o número dos mortos e feridos seja bem maior)”¹⁹⁹. Mas além da citada “Operação Triunfo”, antes que esta se efetivasse, foi necessário realizar diversas “Operações Inquietação”. Essas operações consistiam na entrada noturna da polícia na ocupação aterrorizando os ocupantes com bombas de gás e pimenta, atirando a esmo (conforme o filme evidencia com as várias balas encontradas nas manhãs seguintes), agressão aos moradores que respondiam com pedras e paus às balas de borracha e cacetetes, dentre várias outras ações brutais. Ações desse tipo têm por objetivo aterrorizar os ocupantes, provocando medo e, muitas das vezes, o abandono da ocupação.

Apesar de realizadas em menores proporções, ações com esse caráter são também empregadas nas ocupações cariocas, variando os métodos, mas não a intenção de gerar desgastes e danos psicológicos aos ocupantes. Temos, por exemplo, o caso da *Ocupação Poeta Xynayba* que foi frequentemente atacada pela Polícia Militar antes da efetivação do despejo, conforme já havíamos observado no segundo capítulo dessa dissertação:

¹⁹⁸ HAHNEMANN, Allan, & CLEUTON César Ripol de Freitas (2005), “Aspectos sociojurídicos da ocupação Sonho Real à luz da formação urbana de Goiânia e dos direitos da moradia”. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, vol. 43: pp. 121-131. Goiânia: Universidade Federal de Goiânia, 2005. Texto apresentado na Audiência de Conciliação sobre Despejos Forçados em Curitiba aos membros *experts* em despejos forçados da ONU, no dia 25 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.calvados.c3sl.ufpr.br> Acesso em 2 de dezembro de 2009.

¹⁹⁹ A Ocupação “Sonho Real”: o “triunfo” da impunidade e da barbárie. *Adital Brasil*. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37882> Acesso em 11 de outubro de 2009.

Nós Moradores da Ocupação Poeta Xynayba, localizada a Praça Hilda, 11 – Tijuca, vimos através desta denunciar a criminosa e ilegal incursão da Polícia Militar do 6º Batalhão identificados como Washington e Brasil (PMs) e outros policiais nas viaturas (duas) placas KTY 5482 e LQR 0196 acompanhados pelo reincidente policial desta DP Rubens em carro particular LNZ 7034, ameaçando, intimidando e penetrando de forma truculenta, sem ordem judicial ou qualquer documento que os habilitasse.

O Policial Rubens disse que com ele as coisas se resolvem na marra, não pela justiça. Quebraram o cadeado com alicate inglês (alicateão) e invadiram a ocupação como um bando de marginais.

*O Policial Brasil ainda antes de entrar ameaçou atirar nos moradores para abrir o portão. Isto aconteceu hoje de manhã (14/06/05) a partir de 6 horas da madrugada.*²⁰⁰

Foram várias as incursões da polícia, muitas vezes de madrugada, no interior da ocupação. A esse tipo de ação denomina-se, em termos jurídicos, por turbação que consiste em constranger os moradores para forçá-los a desocupar a área. A turbação pode ocorrer de diferentes formas como por ameaças e agressões diretas, cobranças ilegais de tributos sob ameaça de despejo caso não seja efetivada, invasões de suas residências e ações que provoquem uma espécie de terror psicológico nos ocupantes. Ainda que procedimentos desse tipo possam ocorrer por meio de atuação de órgãos públicos, como foi o caso da nefasta “Operação Inquietação”²⁰¹, em Goiânia, o que caracteriza a turbação é justamente o fato de ocorrer sem autorização judicial. A turbação é geralmente praticada pela polícia e outros agentes de estado a mando de particulares, ou seja, são subornados, ou obrigados por autoridades governamentais que incorrem nesse tipo de delito, a cumprir uma função, como foi o caso, por exemplo, da incursão da Guarda Municipal em ocupações do centro do Rio, como o prédio 43 da Rua das Marrecas, onde além de turbação ocorreu esbulho, visto que não havia ação judicial para embasar o despejo.

O esbulho é a tomada da posse de alguém sem ação judicial. Sobre casos de esbulho temos a ação das milícias em Campo Grande, que será mais adiante abordada.

Além dessas ações, outras são promovidas por um setor voltado para a defesa dos interesses das classes dominantes que extrapola as regras mais básicas a manutenção da máscara do Estado de Direito. Esse grupo adere de fato à criminalidade

²⁰⁰ PEDIDO de instauração do IPM e Registro de Ocorrência (RO) com a vinda do MP encaminhado ao Delegado da 19ª DP e Comandante do 6º Batalhão da PM. Protocolo 032942-1019/2005. Rio de Janeiro: 14 jun. 2005. (grifos meus).

²⁰¹ A Operação Inquietação aparece retratada no filme *Sonho Real*, produzido pelo Centro de Mídia Independente, e consistiu no ataque promovido pela Polícia Militar à ocupação durante as noites, lançando bombas, atirando e soltando fogos para intimidar os moradores.

e dificilmente são reprimidos por suas ações. Organizam milícias, conseguem vitórias eleitorais na base da coação e ameaçam a vida daqueles que dificultarem seu caminho.

Há casos de grupos de extrema direita que operam à margem da legalidade, ainda que com suspeita de envolvimento de autoridades. As perseguições do *Comando de Caça aos Comunistas* a Maurício Campos, na época membro da *Frente de Luta Popular*, foi um desses exemplos. Em 3 de outubro de 2000, época em que o ativista se encontrava envolvido em várias atividades políticas que contribuíram para a formação da *Frente de Luta Popular* e da *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*, e para a realização de várias ocupações, Maurício Campos recebeu uma carta enviada pelo CCC, que demonstrava que todos os seus movimentos estavam sendo monitorados por este grupo:

*“A carta chegou por correio à minha residência na terça-feira, 03/10. Vinha endereçada a mim, constando como remetente “Carlos Coimbra Cabral” (notar iniciais CCC), tendo como endereço de remetente o endereço de meu trabalho. No envelope está o carimbo da Agência Central dos Correios e a data de postagem 29/09/00. (...) Sobre a seqüência de atividades em que participei, descrita, com razoável precisão, na carta, devo registrar que a menção à Candelária refere-se à manifestação organizada pela Frente de Luta Popular no dia 29 de agosto, sétimo aniversário da chacina de Vigário Geral, contra a violência que atormenta as comunidades de favelas do Rio de Janeiro.”*²⁰²

Durante esta e outras manifestações, os ativistas identificaram espões os fotografando. Tiveram certeza das intenções de um deles quando realizaram, em frente à Bolsa de Valores na Praça XV, uma manifestação contra a reunião do Fundo Monetário Internacional em Praga, no dia 26 de setembro de 2000. Após abordarem o suspeito tentando fugir em um táxi, tomaram-lhe a câmera e logo revelaram as fotos:

*“(...) constatamos que o indivíduo de fato estava realizando fotos de identificação de quem se encontrava na concentração. Pela seqüência das fotos reveladas, ele ficou mais de uma hora nos fotografando de diversos ângulos.”*²⁰³

²⁰² GRUPO Tortura Nunca Mais. *Carta de Apoio do Grupo Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Outubro de 2000. Depoimento de Maurício Campos ao Grupo Tortura Nunca Mais, relatando como se deu o envio da carta e seu conteúdo.

²⁰³ IDEM.

Além desses grupos de extrema direita há também perseguição de grupos ligados a atividades inegavelmente criminosas, mas que se inserem em espaços de poder, como no legislativo, para assim facilitar suas práticas. Um dos casos que ganhou bastante vulto foi a recente denúncia contra o vereador Jerônimo Guimarães Filho (PMDB) e seu irmão Natalino José Guimarães, deputado estadual pelo DEM, por comandarem a milícia Liga da Justiça na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

As denúncias foram feitas principalmente pela *Frente Internacionalista dos Sem-Teto*, após as investidas deste grupo em 2006 sobre a Ocupação Olga Benário, onde atuava a FIST:

*“Durante as eleições, os milicianos instalaram placas de Jerominho, Denise Frossard e Ayrton Xerez, todos do Partido dos Democratas (DEM), o mesmo do prefeito César Maia.”*²⁰⁴

Como a ocupação havia deliberado pelo voto nulo, os capangas que realizavam a campanha de tais candidatos forçaram a colocação do material eleitoral no local e ameaçaram a vida dos moradores que pretendessem tirar a propaganda do local. Além disso, proibiram também o advogado, André de Paula, a frequentar a ocupação, ameaçando-o de morte caso fosse visto no bairro de Campo Grande.

Mas a atuação desse grupo não parou por aí, expulsaram moradores da ocupação para tomar suas terras:

*Segundo denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cinco famílias foram expulsas da ocupação. (...) “Depois o grupo ligado aos políticos teria invadido o terreno e iniciado a venda de lotes”.*²⁰⁵

Esses terrenos foram então vendidos para a construção de uma igreja denominada Igreja do Posto de Jacó. Mas sobre o solo em que se ergueu esta igreja, já correu também sangue:

²⁰⁴ SEM-TETO declaram guerra às milícias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2008, Caderno JB Cidade. p. A10.

²⁰⁵ CRUZ, Adriana. Nova denúncia contra vereador. *O Dia*. Rio de Janeiro, jan. 2008.

Há cerca de dois anos, integrantes da milícia foram à comunidade oferecendo suposta segurança contra traficantes. Eles cercaram o terreno ocupado por um dos sem-teto e vendeu para a Igreja do Posto de Jacó, que construiu um templo no local. Revoltado, o sem-teto derrubou a casa erguida por um policial militar reformado, integrante da milícia, e acabou levando dois tiros.”²⁰⁶

Felizmente o sem-teto em questão sobreviveu, mas a ingerência da milícia sobre a ocupação continuou. No entanto, recentemente, através da CPI das milícias, tais políticos e seus comparsas começam a ser julgados. Jerominho e Natalino respondem processos por diversos atentados, inclusive contra policiais militares que foram assassinados.

Constatamos que a violência por parte dos proprietários ou mesmo da milícia interessada em esbulhar e vender as terras tomadas permeia constantemente o processo de ocupação, no entanto, a (suposta) violência que as classes dominantes optam por privilegiar em suas acusações parte normalmente dos ocupantes.

Como afirmamos anteriormente, a caracterização do inimigo de classe como violento é amplamente utilizada toda vez que esse se subleva e passa a agir não mais sob os parâmetros da passividade, mas sim enfrenta diretamente o opressor. Esse estigma é lançado independentemente da existência ou não de uma atitude violenta por parte dos acusados.

No caso, por exemplo, do fechamento da reitoria da Universidade Federal Fluminense em 23 de setembro de 2007, além das fotos nos jornais privilegiarem a presença de um ativista com visual punk, amplamente explorado em filmes para demonstrar agressividade e violência, o próprio processo judicial assim caracteriza o fechamento da reitoria pelos estudantes:

“(...) o grupo de invasores, armados de paus e porretes, montou barricada na manhã desta terça-feira, (...) ameaçando o uso de violência física contra os servidores que se dispuseram a tentar negociar seu ingresso ao local de trabalho.”²⁰⁷

²⁰⁶ SEM-TETO declaram guerra às milícias. *Jornal do Brasil*. Op. cit.

²⁰⁷ SALLES, Roberto de Souza, RIBEIRO, Jonas de Jesus & NEVES, Aloysio Tadeu de Oliveira. *Ação de Reintegração de Posse. Processo nº. 2007.51.02.0060109*. Niterói: 23 de outubro de 2007. (grifos meus)

Além de acusarem sem ter nenhuma prova de que os estudantes estivessem armados de paus e porretes, o que não procede de maneira alguma, nenhum servidor foi ameaçado de violência física conforme é possível ser constatado inclusive, nas filmagens feitas por aqueles estudantes. Ao contrário, a grande maioria dos servidores logo que se inteiravam do que se tratava tal ação, iam logo para suas casas. Os poucos que pararam para debater o fizeram em clima de respeito mútuo, não havendo nenhuma agressão verbal nem muito menos física.

Mas, é logicamente interessante àqueles que desejam se contrapor aos agrupamentos em ação de protesto utilizar a imagem mais pejorativa possível de seus opositores, ainda que na maioria das vezes esta seja mentirosa. Assim sendo, lançam nos processos diversas acusações desse tipo.

No caso acima narrado, não interessava à reitoria propor qualquer ação criminal contra os estudantes por aquela situação, afinal criaria um fato político que poderia comprometer-lá, sua intenção era a de tão somente efetivar a ação de despejo, mas há situações em que é importante neutralizar o agente em revolta para, inclusive facilitar a execução daquela ação repressora.

Um dos instrumentos jurídicos mais utilizados contra ativistas, principalmente em momentos de confronto agudo, como o caso dos momentos iniciais de uma ocupação, é a acusação de Desacato ao Funcionário Público (Artigo 331 do Código Penal). Esse instrumento tem servido, rotineiramente, para tentar neutralizar ativistas que questionem ou confrontem as ações policiais. Por se tratar de um crime em flagrante, é dada imediatamente a voz de prisão e assim tira-se de cena o ativista que está atrapalhando tal ação policial.

Como o conteúdo desse artigo é muito vago, “desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela”²⁰⁸, quase qualquer ação pode ser considerada um desacato, e para isso basta a palavra da autoridade que acusa.

Esse foi o caso da acusação de desacato pelo advogado da *Federação Internacionalista dos Sem-Teto* (FIST), André de Paula, quando da tentativa de ocupação do prédio nº. 20 da Rua Alcindo Guanabara, ao lado da Câmara Municipal, na Cinelândia, centro do rio de Janeiro.

²⁰⁸ *Desacato - Artigo 331 in Código Pena l. p. 80.* Disponível em http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf Acesso em 09 fev. 2010.

“segundo narra a denúncia, [o réu] teria incitado os invasores de um prédio de propriedade federal de hostilizarem os policiais federais encaminhados aquele local, bem como teria desacatado o Delegado de Polícia que comparecera no local”.²⁰⁹

O desacato consistiu na resposta proferida por André de Paula ao delegado quando este ameaçou prendê-lo caso atrapalhasse o despejo. O advogado então respondeu que o delegado também poderia ser preso se incorresse em alguma ilegalidade. Por conta dessa fala, André de Paula foi condenado em segunda instância a pena substituta da privação de liberdade pela de seis meses de prestação de serviços a comunidade por 8 horas, em dois dias por semana durante o mesmo período, e por pena de multa no valor de 1/13 do salário mínimo por 50 dias.

Assim justificou o juiz a sua condenação:

(...) penso que o réu foi sim devidamente preso em flagrante por ter afirmado em resposta à exortação legítima do Delegado de Polícia Federal, que a respectiva autoridade deveria ser presa, incorrendo assim, de forma inegável, na prática do crime de desacato (art. 331 do CP).²¹⁰

A acusação de desacato é uma prática bastante freqüente e utilizada também contra outros ativistas, em momentos como manifestações, para desorganizar ou interromper passeatas, por exemplo.

Em 2008, após o assassinato de três jovens pelo exército no Morro da Providência, jovens que, diga-se de passagem foram detidos também por acusação de desacato e depois entregues à facção criminosa para serem exterminados, o povo foi às ruas se manifestar, inflamados pela revolta já anterior àquele acontecimento, devido às práticas truculentas exercidas pelos militares naquela comunidade.

Participaram dessa manifestação ativistas da *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*, os quais foram caluniados pelo jornal *Globo* na edição de 17 de junho de 2008:

Manifestantes acusaram integrantes do grupo Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, tido como radical, de

²⁰⁹ MAGALHÃES, Vlamir Costa. Decisão do Processo 2006.51.01.532977-0. Rio de Janeiro: 29 de novembro de 2006.

²¹⁰ IDEM.

terem começado a atirar pedras contra os militares, o que iniciou o confronto, que se estendeu por quase 20 minutos. Um carro foi depredado. Um integrante do grupo foi detido numa segunda tentativa de protesto, por volta das 19h, na rua situada nos fundos da Central.²¹¹

A esta declaração se opõem o ativista detido pela polícia, em depoimento a mim concedido:

“Eu estava na manifestação junto com a Rede contra a Violência, aí com as faixas a gente tava fechando a rua junto com a população da Providência. Nisso que fechávamos a rua, o policial pedia para eu sair da rua e eu permanecia ali respondendo que estava no direito de me manifestar, mesmo quando eu saía do meio da rua para a calçada, o povão voltava pra rua e mantinha fechada, inclusive um cara de cadeira de rodas foi pro meio da rua para fechar, ele disse que tinha sido fuzileiro naval e estava puto com isso que o exército fez. Aí ele pediu a minha ajuda, nisso o policial me ameaçou dizendo “pra você é tratamento especial, chute na cara e tudo!”

Aí quando a gente estava saindo da rua junto com o povão que saía correndo da policia, uns PMs, inclusive o que me ameaçou veio em minha direção e da galera da Rede e da Chiquinha Gonzaga. Nisso eles foram pra prender uma amiga minha, que mora na Chiquinha Gonzaga, que fugiu para dentro de uma padaria. Aí nisso eu perguntei pros PM’s porque que ela estava sendo presa, um deles perguntou se eu era delegado, eu disse que era cidadão e estava no direito de saber... aí ele mandou um subordinado me prender. Foi brabão, me ajoelharam e me algemaram, a acusação era de desacato.²¹²

As duas versões são claramente antagônicas e levantam a dúvida sobre quem de fato agiu de maneira violenta nessa ação. Além de haver provas da calúnia promovida pelo *O Globo*, que segundo os ativistas da *Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência* já está sendo por eles processado, percebemos que o desacato partiu dos policiais e não do ativista. Fato é que os policiais que acusaram o réu de desacato até agora não compareceram em nenhuma das audiências para dar prosseguimento ao caso, demonstrando preocupação com os possíveis desdobramentos da ação.

Por fim, apresentamos a prática recente do governo municipal, em associação ao estadual e federal nessa luta perpetrada contra os sem-teto. Se em geral, conforme discutimos no capítulo anterior, ocupar uma propriedade pública era menos inseguro do

²¹¹ MORADORES da Providência protestam no Centro e são repelidos pela polícia. *O Globo*, Rio de Janeiro: 17 de junho de 2008.

²¹² Depoimento de um ativista próximo à *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*, concedido a mim em 12 de outubro de 2009. A identidade do ativista foi mantida em sigilo a pedido do mesmo.

que ocupar uma propriedade privada, muito devido ao “ódio de classe” suscitado neste caso, atualmente a situação está um tanto distinta no centro do Rio de Janeiro. Por trás do otimismo em torno dos projetos de revitalização da zona portuária difundido pela grande mídia está uma triste realidade para a parcela mais empobrecida da população. O que para alguns é chamado de “revitalização”, e reaquecimento de suas economias para outros se revela o “choque de ordem” vigente.

Os principais objetivos do governo municipal com a realização da “revitalização” da zona portuária ficam demonstrados em matérias de jornais por mais que por vezes a construção de “moradias populares” apareça como propaganda. Por isso, através dos mesmos meios de comunicação e de dados oficiais dos órgãos governamentais, buscamos revelar o que significam por “populares”. Além disso, faz-se necessário apontar também quais são os maiores interessados e quem serão os maiores beneficiários dessa “revitalização”.

Um dos jornais que vêm trazendo diversos artigos sobre essa temática é *o Jornal do Commercio*. A partir de uma entrevista desse periódico com o presidente *do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos*, responsável pelo projeto, fica mais claro qual é o público alvo dessas construções de moradias na região portuária:

*“Voltando à questão da residência, vivem no local desde a baixa renda até a classe média. Acreditamos que ali haja a possibilidade de se construir prédios de classe média, semelhantes aos que foram feitos recentemente na Lapa.”*²¹³

Ainda que na declaração o entrevistado reconheça a presença de pessoas de “baixa renda” residindo na região, ele só menciona a construção de prédios de classe média tais como os da Lapa, como objetivo da revitalização.

Essa informação demonstra o que vêm ocorrendo com essa população de baixa renda que é a parcela que vêm sendo despejada para liberar os prédios a serem usados nesse projeto.

Agora, no que consiste exatamente esse projeto de revitalização do centro do Rio de Janeiro e como ele se efetivou?

Segundo dados do *Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos*, 60% dos imóveis na região em que será realizada a “revitalização” são pertencentes à União, o

²¹³ ENTREVISTA Felipe Góes, presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 28 de julho de 2009. Caderno Documentário especial, p. C-2.

que demanda uma aliança entre os diversos níveis de governo para efetivar a transferência dos imóveis pertencentes aos governos federal e estadual para o município e depois para a iniciativa privada responsável pela construção e comercialização dos imóveis com o amparo do governo federal. Felipe Góes, presidente do Instituto, esclarece ao *Jornal do Commercio* o porquê desta aliança e como ela se efetivará:



“Juntar os três níveis do governo”: Sérgio Cabral, Lula e Eduardo Paes.
MAGNO, Carlos. Disponível em:
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/01/461981.shtml>
Acesso em 09 fev. 2010.

“Essa região está do jeito que está porque 60% dos imóveis pertencem à União, que tem uma dificuldade natural para vender esses imóveis. Os processos são complicados, tem que ir à leilão e aí qualquer órgão do Brasil pode requerer aquele imóvel para uso operacional. O modelo com o qual estamos trabalhando é o de tentar juntar os três níveis do governo em uma empresa de Sociedade de Propósito Específico (SPE), que será capitalizada com imóveis e terá um mandato explícito para a venda desses imóveis ao mercado. Ela será fundamental para o desenvolvimento do mercado imobiliário na região.”²¹⁴

Essa declaração do presidente do *Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos* é bastante esclarecedora revelando simultaneamente a forma como se estruturou e foi possível a implementação de tal projeto, assim como os interesses a serem atendidos por essa “revitalização”, ou seja, “o desenvolvimento do mercado imobiliário na região”. É, portanto, devido aos interesses da burguesia ligada ao setor da construção civil, que uma aliança formada entre estes e os governos municipal, estadual e federal busca destinar os prédios públicos abandonados para serem explorados por essa fração da burguesia.

Mas é importante ressaltar que não é apenas a nível municipal que ocorre esse projeto de “aquecimento” da economia através do auxílio governamental ao setor de construção civil. A revitalização do centro do Rio de Janeiro se insere em um programa

²¹⁴ ENTREVISTA Felipe Góes, presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Jornal do Commercio*, Op. Cit.

maior, com dimensão federal, ligado ao programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, que fornecerá subsídios para a construção de um milhão de moradias por empresas privadas de construção civil. Destas um milhão, 40% seriam construídas a partir de subsídio integral do governo federal e seriam destinadas a população de baixa renda, sendo estas as famílias com renda inferior a três salários mínimos, ou seja, R\$ 1.390. No entanto, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de 90% dos afetados pelo déficit habitacional que no Brasil atinge 7,9 milhões de domicílios, pertence a esse grupo com renda inferior a três salários mínimos. Ou seja, 60% das casas serão destinadas a um grupo que não é o mais afetado pela falta da moradia. Mas ainda poderíamos falar em um avanço caso ao menos essas 400 mil moradias fossem construídas, mas as construções para este fim não estão saindo do papel:

Uma das principais bandeiras do Planalto e do PT para as eleições de 2010, o MCMV tem encontrado mais dificuldade, segundo empresários, para colocar de pé as unidades voltadas para a população mais pobre, alvo de 40% do programa.²¹⁵

Além disso, o que se torna mais dramático na implementação desse projeto é o fato de a população diretamente afetada pelo despejo não estar sendo atendida por um programa que em tese busca reduzir o déficit habitacional no Brasil, mas que despeja o setor que mais necessita da moradia. Esse é o caso dramático do Rio de Janeiro, mas parece não ser exclusividade da política de Eduardo Paes:

São Paulo e Recife. Cerca de 200 sem-teto acamparam ontem diante da casa do presidente Lula em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista reclamando do programa Minha Casa, Minha Vida, que não estaria absorvendo as famílias despejadas.²¹⁶

²¹⁵ CAMPANA, Fábio. Minha Casa, Minha Vida: só 3,7% das casas prometidas saem do papel. Disponível em: <http://www.fabiocampana.com.br/2009/08/minha-casa-minha-vida-so-37-das-casas-prometidas-saem-do-papel/>. Acesso em 2 de dezembro de 2010. Fábio Campana é diretor da editora *Travessa dos Editores*, editor das revistas *Et Cetera* e *Ideias*, colunista político dos jornais *O Estado do Paraná*, *Tribuna do Paraná* e *Gazeta do Paraná* e comentarista da rádio *Banda B*.

²¹⁶ AGGEGE, Soraya e LINS, Letícia. Sem Teto protestam em frente à casa de Lula. *Diário de São Paulo*, São Paulo: 9 de julho de 2009.

Com essas considerações podemos concluir que tais políticas sociais estão muito mais voltadas para o atendimento do interesse da burguesia da construção civil do que para solucionar a demanda por dignidade dos setores mais oprimidos na sociedade. No caso do Rio de Janeiro, ao menos, percebemos que a política de “reordenamento” urbano vem provocando efeitos devastadores para os setores mais oprimidos desta sociedade, com destaque para os moradores de ocupações, vendedores informais (camelôs) e moradores de rua. Arriscamos afirmar que se iniciou a todo vapor, um novo processo de expulsão da população pobre do centro da cidade do Rio de Janeiro. E não por mera coincidência está a efetivar essa ação um instituto denominado nada menos que *Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos*.

CONCLUSÃO

O principal objetivo dessa dissertação foi conferir maior visibilidade a lutas sociais muito recentes, porém pouco conhecidas, e que se organizam através de um modelo horizontal de organização política. Conforme observamos logo no primeiro capítulo, a ação dos socialistas libertários foi tratada com desdém por parte significativa da historiografia. No caso brasileiro, principalmente, o socialismo libertário aparece como “algo do passado”, que teve seu auge e decadência com o movimento anarquista e sua atuação nos sindicatos, nas primeiras décadas do século XX. Buscamos então, nesta pesquisa, demonstrar como não são insignificantes nem coisas do passado as lutas promovidas por coletivos e indivíduos que reivindicam a autogestão, também conhecida como democracia direta, como princípio de organização política.

O fato de o socialismo libertário ser tão pouco compreendido gerou a princípio uma inquietação sobre a opção a definir na pesquisa: ou explicar o Socialismo Libertário ou apresentar a experiência histórica de lutas socialistas libertárias no Rio de Janeiro contemporâneo. Optei pela segunda alternativa por perceber que já há trabalhos significativos que fazem essa discussão, de autores tais como Daniel Guérin²¹⁷, Maurício Tragtemberg²¹⁸, Nildo Viana²¹⁹, Raúl Zibechi²²⁰ e muitos outros.

Assim, buscamos a experiência recente dos socialistas libertários no Rio de Janeiro, e após traçar um breve histórico das organizações que deram origem a alguns dos coletivos que estiveram ou estão envolvidos em algumas das mais importantes lutas contra-hegemônicas, partimos para conhecer a organização desses coletivos e para uma

²¹⁷ GUÉRIN, Daniel. *Marxismo y Socialismo Libertario*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972; *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre, Editora A: 1980; *Anarchism: From Theory to Practice*. New York/London: Monthly Review Press, 1970; e *Por un marxismo libertário*. Madri: Júcar, 1979.

²¹⁸ TRAGTEMBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

²¹⁹ VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008 e *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

²²⁰ ZIBECCHI, Raúl. *Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antiestatales*, Buenos Aires y La Paz: Tinta Limón y Textos Rebeldes: 2006; *La mirada horizontal. Movimientos sociales y emancipación*, Montevideo: Nordan, 1999 e *Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento*, Lima y Ciudad de México: Univ. San Marcos y Bajo Tierra: 2007 y 2008.

reflexão sobre suas práticas. Dessa maneira, identificamos a ação de ocupação como uma luta que vem sendo privilegiada pelos socialistas libertários na cidade do Rio de Janeiro. Observamos que é praticamente impossível pensar o movimento sem-teto no Rio de Janeiro sem considerar a forte presença e participação de militantes do socialismo libertário nessas lutas. E por fim buscamos apresentar alguns dos principais mecanismos utilizados pelos antagonistas dos movimentos sociais para fazer frente a essas lutas, via grande mídia, judiciário e aparelhos repressivos.

É importante frisar que essa pesquisa foi motivada e é, portanto, fruto direto da minha aproximação ou mesmo da inserção como ativista em alguns dos movimentos e organizações estudadas. Em decorrência disso experimentei vantagens e desvantagens na condução da pesquisa e na elaboração dessa dissertação. Dentre as vantagens podemos citar desde a experiência direta nos movimentos estudados até a facilidade de “trânsito” naqueles meios, podendo mais facilmente obter entrevistas e acessar fontes nem sempre públicas. Mas, por outro lado, estudar algo em que se está diretamente envolvida revelou dificuldades as quais não havia percebido quando optei por tal objeto. Provavelmente a mais angustiante preocupação que me afetou diz respeito ao peso da responsabilidade em analisar movimentos e coletivos que ainda estão ativos ou, ao menos, com muitos de seus antigos ativistas atuando e construindo também suas próprias interpretações sobre os processos em que estão/estiveram envolvidos.

Essa responsabilidade implicou em uma constante preocupação em evitar julgamentos sobre as opções políticas que os agrupamentos tomaram no decorrer do processo. Essa foi uma tarefa muito complicada, pois para quem está diretamente envolvido é difícil não julgar os motivos e escolhas de outros militantes ao direcionar sua prática política. No entanto, isso não caberia nessa dissertação, principalmente porque se trata de um processo ainda em desenvolvimento e só no futuro será possível distinguir mais claramente “erros” e “acertos”. Ainda assim, por mais que tenha tentado evitar, é possível que tenha deixado passar nas entrelinhas alguns desses “julgamentos”.

Mas ainda que não possamos “julgar” as escolhas feitas pelos agrupamentos é sim possível refletir historicamente sobre suas experiências e tirar conclusões acerca da importância imediata de suas lutas. A mais óbvia diz respeito à própria existência desses movimentos, visto que negam o atual mito de apatia geral que prepondera como ideologia dominante.

E, concomitantemente à ideologia da apatia geral convive a crítica constante ao modelo da democracia representativa, de forma, inclusive, a não se limitar a uma classe social específica. O político profissional é tido como uma criatura distante e que não representa seu eleitorado nem a nação, mas sim seus próprios interesses, sendo por isso altamente suscetível a corromper-se e degenerar-se das mais variadas formas. Independente da veracidade ou não dessas questões diariamente colocadas cada vez mais como um “senso comum”, é possível observar que elas apresentam um cenário em que a descrença no modelo de representação pode, por um lado, gerar de fato apatia e pessimismo, mas por outro, pode possibilitar questionamentos e ações contestatórias que conduzam a uma organização política e social distinta.

Dessa maneira, verificamos que mesmo nas situações concretas analisadas nas quais a autogestão social, tal como defendida pelos socialistas libertários, não consegue ser plenamente instaurada, a luta por uma maior horizontalidade e participação estimula que sujeitos antes totalmente apartados de qualquer poder de decisão reivindiquem seu quinhão de “poder-fazer”.²²¹ E, tendo em mente a indissociação entre poder econômico e poder político, afirmamos haver uma relação direta entre uma maior horizontalização do poder político com uma maior equidade na divisão das riquezas humanas.

²²¹ Em oposição à alienação, este conceito chama a atenção para a possibilidade de construção de um “poder-sobre”. Ver: HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003, pp.47-63.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDES-RJ & ADUFF. Fala de Maurício Campos. In: *Seminário sobre Perspectivas de Reorganização da Classe Trabalhadora*. Rio de Janeiro: Andes, 2006.
- ARQUIVO de Memória Operária do Rio de Janeiro. *Coletivo Gregório Bezerra*. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/arquivos/COLETIVO%20GREGORIO%20BEZERRA.pdf> Acesso em: 13 jan. 2009.
- BAKUNIN, Mikhail. *O Socialismo Libertário*. São Paulo: Global, 1979.
- BAKUNIN, Mikhail. Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint-Imier. In: *O Princípio do Estado*. Brasília: Novos Tempos, 1989.
- BAMBIRRA, Vânia. *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo Social ou Anarquismo de Estilo de Vida: um abismo intransponível*. São Paulo: Faísca/Hedra, 2008.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. Contraponto: 1992.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia Maria & ALBERTI (orgs.), Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. São Carlos: Rima, 2006.
- FREEMAN, Jô. *A Tirania das Organizações sem Estrutura*. São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2005.
- FREITAS, Vladimir Passos de. Decálogo de um diretor de secretaria. *Revista Online do Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário*. Disponível em: <http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=9> Acesso em 15 de dezembro de 2009.
- GUÉRIN, Daniel. *Marxismo y Socialismo Libertario*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1972.

- GUÉRIN, Daniel. *O Futuro Pertence ao Socialismo Libertário*. Porto Alegre, Editora A: 1980
- GUÉRIN, Daniel. *El Anarquismo – de la doctrina a la acción*. Disponível em: http://api.ning.com/files/WzcaIWn7A91DbD8-7eILaEjGTj9EjGDRBk-54EYQoe6OZ2F6z6kbVjd*dPvFhUvGyShUDotAimdcS UHxtyrS3M6Z*vzyrJs/ElanarquismoDanielGuerin.pdf Acesso em 09 fev. 2010.
- GOLDMAM, Emma. *O fracasso da Revolução Russa, 1924*. Disponível em: <http://www.midiaIndependente.org/pt/blue/2004/09/290647.shtml> Acesso em 1 ago. 2009
- HAHNEMANN, Allan; e FREITAS, Cleuton César Ripol de. Aspectos sociojurídicos da ocupação sonho real à luz da formação urbana de Goiânia e dos direitos à moradia. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*. Curitiba, v. 43, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/viewFile/6975/4953>. Acesso em: 10 dez. 2009.
- HOBBSAWM, Eric. “Reflexões sobre o Anarquismo”. In: *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- HOLLOWAY, John. *Zapatismo Urbano*. In: Humboldt Journal of Social Relations Volume 29; Number 1, pp. 168-178. California: Humboldt Journal of Social Relations, 2005.
- HOLLOWAY, John. *A Crise do Trabalho Abstrato*. In Terceiro Colóquio Internacional Teoria Crítica e Marxismo Ocidental, Buenos Aires: Revista Herramienta, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LE LIBERTAIRE & LE MONDE LIBERTAIRE. *Espanha Libertária - A Revolução Social contra o Fascismo*. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.
- LÊNIN, Wladimir e LUXEMBURGO, Rosa. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo: Nova Estela, 1985.
- LUDD, Ned (org.). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.
- MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa, História e Memória: da unicidade do passado às outras histórias.” Assis, UNESP/CEDAP, *Revista Patrimônio e Memória*, v. 5, n.2, p. 1-24, dez. 2009.
- MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de & KHOURY, Yara Aun (orgs). *Outras Histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D’água, 2006.
- MAMARI, Fernando Gonzales Cruz de. *Se Morar é um Direito, Ocupar é um Dever! – As Ocupações de Sem-teto na Metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Hedra, 2009, p.45.

- PALHARINI, Francisco de Assis; SANDALL, H. L. P.; MUNIZ, A. E.. “Perfil sócioeconômico e cultural dos vestibulandos e ingressantes na UFF: 1998-2001.” In: 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia. *Anais do 12º Seminário de Iniciação Científica e Prêmio UFF Vasconcellos Torres de Ciência e Tecnologia*. Niterói: Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002.
- PANNEKOEK, Anton. *As tarefas dos Conselhos Operários*. Disponível em: www.marxists.org Acesso em: 09 fev. 2010.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, FERNANDES, Tânia Maria & ALBERTI, Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- PREFEITURA Municipal/Secretaria Municipal de Cultura. *Niterói Patrimônio Cultural*. Niterói: SMC/Niterói Livros, 2000.
- PRESTES, Luís Carlos. *Carta aos Comunistas*. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm> Acesso em: 12 ago. 2009.
- PROJETO História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 14. São Paulo: 1997.
- PROJETO História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 15. São Paulo: 1997.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* Lisboa: Estampa, 1975.
- RÜHLER, Otho. *A Revolução não é tarefa do Partido*. Disponível em: www.marxists.org Acesso em: 09 fev. 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAMUEL, Raphael. *Theatres of Memory*. Londres: Verso, 1996.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.
- VIANA, Nildo. *Para Além da Crítica dos Meios de Comunicação*. In *Indústria Cultural e Cultura Mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VANEIGEM, Raul. *A Arte de Viver para as Novas Gerações*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.
- TOMIMURA, Patrícia. *Ocupações dos sem-tetos e psicologia do trabalho: como construir origamis interventivos?* Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- TRAGTEMBERG, Maurício. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.
- WOOD, Ellen M., *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

- ZIBECHI, Raúl. *La Mirada Horizontal: Movimientos sociales y emancipación*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- ZIBECHI, Raúl. *Dispersar el Poder: Los Movimientos como Poderes Antiestatales*. La Paz: Preguntas Urgentes – Textos Rebeldes, 2006.
- ZIBECHI, Raúl. *Autonomía y Emancipaciones: América Latina en Movimiento*. Cidade do Mexico: Bajo Tierra y Sísifo, 2008.

FONTES

1. Entrevistas e relatos escritos:

- ANONIMO. Relato pessoal sobre a detenção por crime de desacato durante manifestação na Providência. 10 de outubro de 2009.
- CAMPOS, Maurício. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 15 de junho de 2009.
- COSTA, Tatiana. . Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 20 de maio de 2008 .
- DEMINICIS, Rafael Borges. Relato da experiência pessoal na Ocupação Porta Xynayba. Junho de 2009.
- SAMIS, Alexandre. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 07 de maio de 2008.
- SANTOS, Jobson Lopes. Entrevista concedida a Mariana Affonso Penna em 16 de setembro de 2008.
- PAULA, André Luiz Costa de. Entrevista concedida à Mariana Affonso Penna em 08 de outubro de 2009.

2. Documentos de organizações socialistas libertárias

- ALIANZA de los Comunistas Libertarios. El Anarquismo Revolucionario y la Sexta Declaracion. *Anarkismo Net*. Disponível em: http://www.anarkismo.net/newswire.php?story_id=1030 Acesso em: 01 ago. 2009

- ADE. A Ação Direta Estudantil e a luta pela moradia na UFF. *CMI*, 09 mai. 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/05/279493.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.
- CMI. Sobre o CMI. *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml> Acesso em 30 de novembro de 2009.
- CCRI- Comitê Clandestino Revolucionário Indígena. Comunicado de dezembro de 2006. *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/12/367810.shtml> Acesso em: 01 ago. 2009.
- COPEI – Documento da FAU, 1972.
- CCP. *O que é o CCP?* Disponível em: <http://br.geocities.com/fcpataxo/CCProletaria.htm> Acesso em 2 ago. 2008.
- DEMINICIS, Rafael Borges. Corrupção e Violência atropelaram a Ocupação Poeta Xynayba. *Anarkismo Net*. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/5989> Acesso em: 6 jun. 2009.
- DEMINICIS, Rafael Borges. História da democratização e luta pela reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1980 até 2008. *FARJ*. Disponível em: <http://www.alquimidia.org/farj/index.php?id=2212&mod=noticia> Acesso em: 24 jul. 2008
- ENTREVISTA Ocupação Chiquinha Gonzaga, *AINFOS*, Rio de Janeiro, 28 fev. 2005. Disponível em: www.ainfos.ca/05/feb/ainfos00415.html Acesso em: 29 jul. 2009.
- ENTREVISTAS - Ocupação Zumbi dos Palmares – Rio. *AINFOS*, 28 abr. 2005. Disponível em: www.ainfos.ca/05/apr/ainfos00490.html Acesso em: 29 jul. 2009.
- FAI. *Anarquismo é luta! (07/11/2003)* Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/green/2003/11/267403.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.
- FARJ. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo, Faísca, 2009.
- FARJ. *Influências da FAU e Construção Anarquista Brasileira*. Disponível em: www.farj.org Acesso em: 15 de julho de 2009.
- FARJ. Nosso Trabalho com as Ocupações e a FIST. *AINFOS*. Disponível em: www.anarkismo.net/article/7100 Acesso em: 29 jul. 2009. Acesso em: 29 jul. 2009. Disponível em: www.fondation-besnard.org/article.php3?id_article=576 Acesso em: 29 jul. 2009.
- FARJ. Um Relato da visita do MTD-RJ às comunas da terra do MST-SP. Disponível em: www.alquimidia.org/farj/index.php?id=2071&mod=noticia Acesso em: 29 jul. 2009.
- FLP. Entrevista com os moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga. *Papo Reto, Informativo da Frente de Luta Popular*. Rio de Janeiro, Março de 2008, pp. 7-8.
- FLP. 1 mês da Ocupação Chiquinha Gonzaga (RJ). *CMI*, 23 ago. 2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/green/2004/08/289102.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.
- FLP. *Novas Fotos da Ocupação Chiquinha Gonzaga*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/287859.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.

- FLP. Atualização e fotos da Ocupação Chiquinha Gonzaga. *CMI*, 13 ago.2004. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/288519.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.
- FLP. Manifesto da Frente de Luta Popular. Papo Reto – Informativo da Frente de Luta Popular Especial. *CMI*. Disponível em: www.midiaindependente.org/media/2006/01/342404.pdf Acesso em: 29 jul. 2009.
- FAI. Anarquismo é luta! *CMI*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/en/green/2003/11/267403.shtml> Acesso em: 29 jul. 2009.
- FRENTE de Luta Popular. *Contribuição da Frente de Luta Popular à Conferência Política “Periferia e Poder Popular”*. In: *Periferia do Capital e Poder Popular – Caderno de Debates*, 2006.
- LEL. Uma proposta do Laboratório de Estudos Libertários para a rearticulação de um anarquismo militante no Brasil, e para a intensificação da Propaganda. *Libera..Amore mio*, nº 109. Rio de Janeiro, Novembro/Dezembro de 2001, p.4.
- LOURO, Antônio, Deminicis, Rafael & PAULA, André de. *Outro lado: Lago do Boticário*. Disponível em: www.coleguinhas.jor.br/2006/07/outro-lado-lago-do-boticrio.html Acesso em: 29 jul. 2009.
- LIBERTAD, Thierry. Entrevista com a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) Disponível em: <http://divergences.be/spip.php?article876> Acesso em: 29 jul. 2009.
- MEL. *Ocupe a sua Escola e a sua Universidade. (14 Mar. 2005)* Disponível em: <http://www.ainfos.ca/05/mar/ainfos00249.html>. Acesso em: 14 ago. 2009.

3. Periódicos de organizações e movimentos sociais:

- *Espaço das Ocupações, Jornal da Frente Internacionalista dos Sem Teto*. Rio de Janeiro: 2007 – 2009.
- *Libera*. (Nº 1- 143). Rio de Janeiro: jun.1991- dez. 2009.
- *Mutirão: periódico anarquista*. (nº. 1 - 5) Rio de Janeiro: 1991-1992.
- *Papo Reto: Informativo da Frente de Luta Popular*. Rio de Janeiro, jul. 2002 - jun. 2008.
- *Protesta!* (nº. 0 – 4). Rio de Janeiro: mai. 2005 – out. 2007.

4. Reportagens jornalísticas (impressas e eletrônicas)

- ALVES, Marcelo. Campus vira palco de protesto político. *O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2006, Caderno Niterói.
- ANARCOAGRO. Atividade no acampamento Maria Júlia Braga - UFF (RJ). *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/353810.shtml> Acesso em 13 jun. 2009.
- ADUFF. Polícia Federal fecha o campus do Gragoatá e desaloja estudantes do acampamento In: *Circular n° 025/08*. Brasília: ANDES, 2008, pp.14-15.
- A Ocupação “Sonho Real”: o “triunfo” da impunidade e da barbárie. *Adital Brasil*. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=37882> Acesso em 11 de outubro de 2009.
- ALMEIDA, Denise. Descaso ameaça patrimônio tombado no Largo do Boticário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2007, Caderno Cidade – Rio. Disponível em: www.bairrodaslaranjeiras.com.br/gente/noticias180107.shtml Acesso em: 29 jul. 2009.
- ACAMPAMENTO Maria Júlia Braga despejado. *CMI*, 05 fev. 2008 Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/02/411471.shtml Acesso em: 29 jul. 2009.
- ACAMPAMENTO Maria Júlia Braga. Disponível em: sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2008/06/acampamento-maria-julia-braga.html Acesso em: 29 jul. 2009.
- AGGEGE, Soraya e LINS, Letícia. Sem Teto protestam em frente à casa de Lula. *Diário de São Paulo*, São Paulo: 9 de julho de 2009.
- BRUNET, Daniel. “Despejo na Casa do Estudante”. Niterói: *O Fluminense*, 05 de abril de 2006
- CASARÃO invadido no Largo do Boticário passa por vistoria. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.bairrodaslaranjeiras.com.br/gente/noticias120706.shtml> Acesso em 2 de janeiro de 2010.
- CAMPOS, Fernando S. *Ocupação Machado de Assis*. Disponível em: port.pravda.ru/cplp/brasil/24-11-2008/25386-machadodeassis-0 Acesso em: 29 jul. 2009.
- CORREA, Felipe. “O Centro de Cultura Social no Rio de Janeiro”. *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/01/301861.shtml> Acesso em 12 de agosto de 2008.
- CHOQUE de ordem começa amanhã. *O Dia Online*. 3 jan. 2009. Disponível em: http://odia.terra.com.br/rio/htm/choque_de_ordem_no_rio_comeca_amanha_221599.asp Acesso em 25 jun. 2009.
- CAMPANA, Fábio. Minha Casa, Minha Vida: só 3,7% das casas prometidas saem do papel. Disponível em: <http://www.fabiocampana.com.br/2009/08/minha-casa-minha-vida-so-37-das-casas-prometidas-saem-do-papel/>. Acesso em 2 de dezembro de 2010.

- CRUZ, Adriana. Nova denúncia contra vereador. *O Dia*. Rio de Janeiro, jan. 2008.
- CAOS na Casa do Estudante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 set. 2002.
- DESPEJADOS à espera de abrigo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo, 28 de abril de 2006, Caderno Geral, p. 6.
- ESTUDANTES formalmente expulsos da CEF. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 09 mai. 2005, p.58.
- ENTREVISTA Felipe Góes, presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: 28 de julho de 2009. Caderno Documentário especial, p. C-2.
- FERNANDES, Dario Andrade. “Nova Ocupação de Rio de Janeiro”. 24 nov. 2008. Disponível em: <http://diarioandrefernandes.blogspot.com/2008/11/nova-ocupao-no-rio-de-janeiro.html> Acesso em: 29 jul. 2009.
- GRUPO Tortura Nunca Mais. *Carta de Apoio do Grupo Tortura Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Outubro de 2000. [Depoimento de Maurício Campos ao Grupo Tortura Nunca Mais, relatando como se deu o envio da carta e seu conteúdo].
- LARGO do Boticário. *Morar Bem*. Disponível em: http://www.morarbemweb.com.br/exibi_noticia.php?id=52. Acesso em 15 de dezembro de 2009.
- MOBILIZAÇÃO pela Ocupação Zumbi dos Palmares. *CMI*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/06/319794.shtml> Acesso em 24 jun. 2009.
- MARSAL. Nathália. Choque de ordem vai combater o sopão distribuído para moradores de rua. Disponível em: <http://www.sidneyrezende.com/noticia/43186+choque+de+ordem+vai+combater+o+sopao+distribuido+para+moradores+de+rua> Acesso em: 25 jun. 2009.
- MORADORES da Providência protestam no Centro e são repelidos pela polícia. *O Globo*, Rio de Janeiro: 17 de junho de 2008.
- OCUPAÇÃO Guerreiros do 510 resiste!. *Centro de Mídia Independente*, 10 jan. 2009. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/01/437152.shtml>. Acesso em 25 jun. 2009.
- *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2006. *Revista Zona Sul*.
- OCUPAÇÃO Machado de Assis completa um mês. *Agência de Notícias das Favelas*. Disponível em: www.anf.org.br/2008/12/18/ocupacao-machado-de-assis-completa-um-mes/ Acesso em: 29 jul. 2009.
- OCUPAÇÃO Zumbi dos Palmares comemora 1 ano. *CMI*, 2 mai. 2006 Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/05/352188.shtml Acesso em: 29 jul. 2009.
- OCUPAÇÃO Quilombo das Guerreiras ameaçada de despejo no RJ. *MTST Movimento dos Trabalhadores Sem-teto*. Disponível em: http://www.mtst.info/ocupacao_quilombo_das_guerreiras_rj. Acesso em: 14 jan. 2009.

- PAULA, André de. Movimento dos Sem-teto: vitória para a Vila da Conquista. *Jornal do Professor*, Rio de Janeiro, Maio de 2005, p. 13.
- PELLICIONI, André. Moradores da “Chiquinha Gonzaga” querem legalizar ocupação do prédio do INCRA. *Jornal Sindsprev*. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2004, Caderno Exclusão Social, p. 7.
- PROJETO de Reestruturação Arquitetônica da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Disponível em: http://www.chiqdasilva.com/chiq_velho/ocupacoes/chiquinhagonzaga.htm Acesso em: 29 jul. 2009.
- REZENDE, Carol. Chiq da Silva. Ignez Ferraz arquitetura e design. Disponível em: www.ignezferraz.com.br/mainportfolio4.asp?pagina=Artigos&cod_item=1855 Acesso em: 29 jul. 2009.
- ROSA, Arthur. Famílias de Sem-teto invadem imóvel na Gamboa. *O Dia On-line*. Disponível em: http://odia.terra.com.br/rio/htm/familias_de_sem_teto_invadem_imovel_na_gamboa_214282.asp Acesso em: 06 out. 2009.
- ROSAS, Paulo. “Opinião do leitor: Não será por falta de aviso.” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006, Caderno Cidade, p. A12. (grifos meus).
- REDE de Comunidades e Movimentos contra a Violência. “Choque de Ordem” ameaça Ocupação Zumbi dos Palmares. *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*. Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/431.html> Acesso em 04 mai. 2009.
- SEM-TETO “passeiam” no shopping. *Jornal Vale do Paraíba*, 05 ago. 2000. Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2000/08/05/geral/teto.html> Acesso em: 29 jul. 2009.
- “SEM-TETOS” invadem a UFF. *O São Gonçalo*. São Gonçalo, 18 de abril de 2006, Caderno Geral-Polícia, p. 4.
- SALLES, Marcelo. “Perseguição Política”. *Caros Amigos*. Ano XIII, 148. São Paulo: maio de 2009, p. 33.
- SÁLES, Felipe. Ocupantes de ponto turístico planejam reformas urgentes e exploração do local. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2007, Caderno Cidade, p. A15.
- SÁLES, Felipe.. Justiça já deu vitória a invasores. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2006, p.A12.
- SEM-TETO declaram guerra às milícias. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2008, Caderno JB Cidade. p. A10.
- SÁ, Fátima. Vivendo no Abandono. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2008, Revista O Globo Ano 5, nº 226, pp. 31-36.
- SEM-TETO Universitário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1997.
- UNIVERSITÁRIOS expulsos acampam em frente à CEF”. Niterói: *A Tribuna*, 6 de abril de 2006, p. 4.

- UCHOAS, Leandro. Moradores da Guerreiros da 510 acampam na rua há uma semana. *Brasil de Fato*. Rio de Janeiro, 1 jun. 2009.
Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/moradores-da-201cguerreiros-da-510201d-acampam-na-rua-ha-uma-semana> Acesso em: 25 de jun. 2009.
- UFF. Proposta do Grupo de Trabalho sobre REUNI. *UFF Notícias*. Niterói: UFF, 2007, p. 5.
Disponível em: <http://www.uff.br/uffon/noticias/2007/10/reuni-proposta-gt-uff-at.pdf> Acesso em 23 de junho de 2009.
- UNIVERSITÁRIOS expulsos acampam em frente à CEF. *A Tribuna*. Niterói, 06 de abril de 2006, p. 4.
- VITÓRIA da Ocupação. *Surgente – Jornal Semanal do Sindipetro Ano XII, Numero 1065*, Rio de Janeiro, de 07 a 12 de abril de 2006.

5. Reportagens televisivas:

- REDE Globo. RJ-TV 1ª Edição. Rio de Janeiro: 22 de novembro de 2008. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL871970-9097,00-MOVIMENTO+DOS+SEMTETO+INVADE+PREDIO+NA+ZONA+PORTUARIA.html> Acesso em 09 fev. 2010.
- REDE Globo. RJ-TV 1ª Edição. Rio de Janeiro: 18 de junho de 2009. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1199231-9097,00-MORADORES+DA+ZONA+PORTUARIA+FAZEM+REIVINDICACOES+A+PREFEITUR+A+DO+RIO.html> Acesso em 06 out. 2009.
- REDE Globo. RJ-TV 1ª Edição. Rio de Janeiro: 19 de setembro de 2009. Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1310852-9097,00.html> Acesso em 06 out. 2009.

6. Documentos Oficiais

- AGUIAR, Leonardo Max Alves Aguiar. *Relatório de Missão*. Ministério da Justiça/Departamento de Polícia Federal/Delegacia de Polícia Federal de Niterói – RJ/Núcleo de Operações. Niterói: 06 de setembro de 2007.
- BOECHAT, Carlos Alberto. *Pedido de Vista do Processo 2007.51.02.006010-9*, Ação de Reintegração de Posse.

- CARVALHO, Gilda P. de, PIOVESAN, Flávia & NETO, Percílio S.L. Relatório Final do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana sobre a violação de direitos humanos no Morro da Providência. 2009.
- CÓDIGO Penal. Disponível em http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf Acesso em 09 fev. 2010
- CURRÍCULO Lattes de Renata Benevides Carvalho Chaves. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4730956Z4>. Acesso em 25 set. 2009.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. *Regimento Interno da Casa do Estudante Fluminense* - Resolução SEE nº. 2752. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2005.
- GOVERNO do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. Of. SEE/CG nº 987 / 2005. Rio de Janeiro, 07 de junho de 2005.
- GOVERNO do Estado do Rio De Janeiro. Secretaria de Estado de Educação. Assessoria do Gabinete. *Carta-resposta dirigida aos estudantes que reivindicaram alteração do Regimento Interno da Casa do Estudante Fluminense*. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2005.
- MAGALHÃES, Vlamir Costa. Decisão do Processo 2006.51.01.532977-0. Rio de Janeiro: 29 de novembro de 2006.
- PAULA, André. *Pedido de instauração do IPM e Registro de Ocorrência (RO)* com a vinda do MP encaminhado ao Delegado da 19ª DP e Comandante do 6º Batalhão da PM. Protocolo 032942-1019/2005. Rio de Janeiro: 14 jun. 2005.
- SALLES, Roberto de Souza, RIBEIRO, Jonas de Jesus & NEVES, Aloysio Tadeu de Oliveira. *Ação de Reintegração de Posse. Processo nº. 2007.51.02.0060109*. Niterói: 23 de outubro de 2007.
- SILVA, Fábio de Souza. *Conclusão do processo 2007.51.02.006010-9*. Niterói: 23 de outubro de 2007.

7. Filmes

- AMJB. *O Nefasto resultado da chopada de Odonto*. Niterói: 2008
- AMJB. *REItor Ladrão - Cadê nossos pertences?* Niterói: 2008
- AMJB. *O Circo do Estudante Oprimido*. Niterói: 2008
- BASTOS, Miguel. *Brad, uma Noite Mais nas Barricadas*. Rio de Janeiro: VideoHackers, 2007.

- CAMBINDA Estrela. *Visita ao Acampamento Maria Júlia Braga in Canto do Gueto*. Niterói/Salvador, 2006.
- CMI – Hungria e CMI - Rio. *Vídeo sobre o AMJB*. Niterói/Budapeste: 2007.
- CMI – Goiânia. *Sonho Real - Uma história de luta por moradia*. Goiânia, 2005.
- DZEIK, Suzanne, KIRSTEM, Wagenschein & JERÔNIMO, Marcio. *Entre muros e favelas*. TV Tagarela, 2005.
- SALLES, João Moreira & LUND, Kátia. *Notícias de uma guerra particular*. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999.
- SEIXAS, Wladimir. *Hiato*. Rio de Janeiro: Wladimir Seixas, 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)